



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
ANA DANIELLA DAMASCENO

ESCOLAS NOCTURNAS NO CEARÁ:
Ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República

FORTALEZA, CEARÁ
2010

ANA DANIELLA DAMASCENO

**ESCOLAS *NOCTURNAS* NO CEARÁ:
Ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Formação de professores.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sofia Lerche Vieira

FORTALEZA – CEARÁ
2010

D155e Damasceno, Ana Daniella
Escolas *nocturnas* no Ceará: ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República/ Ana Daniella Damasceno. — Fortaleza, 2010.
200 p.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sofia Lerche Vieira.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação.
1. Educação de Adultos. 2. História da Educação. 3. Escolas Noturnas. 4. Analfabetismo.
I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação. CDD:374

ANA DANIELLA DAMASCENO

ESCOLAS *NOCTURNAS* NO CEARÁ:
Ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovado em: 01 de Setembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sofia Lerche Vieira
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Orientadora

Prof.^a Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra
Universidade Federal do Ceará - UFC

A Kamillo Karol,
pelo amor traduzido em apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Aos **meus pais e familiares**, pela compreensão nos momentos de ausência e apoio nos instantes de dúvida e dificuldades.

À professora **Sofia Lerche Vieira**, pela confiança no meu trabalho expressa em cada conversa e orientação.

À **Lidiane, Karine e Janaína**, companheiras nessa caminhada, pela possibilidade de compartilhar momentos de grande significado para minha formação e crescimento pessoal.

Aos **professores e professoras** do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual do Ceará, pelos conhecimentos construídos em cada atividade acadêmica.

Às professoras **Eliane Dayse Furtado e Marcilia Chagas Barreto**, pelas contribuições trazidas ao estudo quando este ainda se encontrava em seus momentos de construção.

À **Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa – FUNCAP**, pelo apoio financeiro disponibilizado durante a realização do Curso de Mestrado e desenvolvimento da pesquisa.

Ao **Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC**, pelo reconhecimento da relevância da pesquisa ao abrir seu acervo, mesmo não estando disponível para consulta.

À **Biblioteca Pública Menezes Pimentel**, à **Biblioteca Cesar Cals de Oliveira**, da Assembléia Legislativa do Ceará, e ao **Grupo de Pesquisa Política Educacional, Docência e Memória**, por colocar à disposição seus acervos, essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

À **Secretaria de Educação do município de Jaguaruana**, por permitir minha liberação durante a realização do Curso, acreditando na importância da qualificação de seus funcionários.

“De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos sempre começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!”

Fernando Sabino

RESUMO

O objetivo central desse estudo é analisar a atuação das escolas noturnas no combate ao iletramento entre a população adulta do Estado do Ceará, no período de 1889 a 1930. O analfabetismo como um problema social é algo recente na História da Educação brasileira. Somente com o advento dos ideais liberais de educação, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX é que este passou a ser visto como um dos maiores desafios postos à sociedade republicana que se formava. Desta forma, a falta de instrução da população passou a ser alvo de iniciativas diversas, promovidas tanto pelo poder público através de políticas educacionais voltadas para o seu enfrentamento, com pela própria sociedade civil, por intermédio de grupos organizados que atuavam de forma complementar às ações do Estado. Por se tratar de uma pesquisa histórica de caráter documental, têm-se como fontes as Mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará, a legislação voltada para a organização da instrução pública, as correspondências produzidas pelos sujeitos envolvidos nessas atividades, além de notícias produzidas por jornais e periódicos relacionadas ao objeto em estudo. Através dos dados identificados nos cento e vinte e quatro documentos analisados, foi possível observar uma trajetória muito particular no desenvolvimento da instrução primária voltada para a população adulta analfabeta. Verificou-se a existência de três momentos distintos com caráter e estratégias de combate ao analfabetismo que se iam modificando a partir do surgimento de diferentes sujeitos e a alternância entre Estado e segmentos da sociedade organizada como responsáveis pela sua promoção. Neste sentido, a Primeira República representou para a história da educação de adultos, particularmente no Ceará, um período de inúmeras experiências com o desenvolvimento de características, práticas e concepções que se mantêm ainda hoje no contexto da educação de adultos no país.

Palavras chaves: Educação de Adultos. Escolas Noturnas. Analfabetismo. História da Educação. Ceará. Primeira República.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the performance of schools in fighting overnight between the illiterate adult population of the State of Ceará, from 1889 to 1930. Illiteracy as a social problem is a recent phenomenon in the history of Brazilian education. Only with the advent of the ideals of liberal education in the late nineteenth and early decades of the twentieth century is that this came to be seen as one of the greatest challenges posed to the republican society that was forming. Thus, lack of education among the population became the target of several initiatives, promoted both by the public through educational policies aimed at combating it, as by civil society, through organized groups that acted as a complement to the actions the state. Because it is a historical survey of documentary character, have sources like the Messages of the Presidents of the State of Ceará, legislation concerning the organization of public instruction, the matches produced by the subjects involved in these activities, in addition to news produced by newspapers and periodicals related to the object under study. Through the data identified in one hundred twenty-four documents examined, we observed a very particular trajectory in the development of primary education focused on the adult population illiterate. There was the existence of three distinct moments with character and strategies to combat illiteracy that were changing from the emergence of different subjects and the alternation between the state and organized segments of society as responsible for its promotion. In this sense, the First Republic accounted for the history of adult education, particularly in Ceará, a period of many experiences with the development of characteristics, practices and concepts that remain even today in the context of adult education in the country.

Keywords:

Adult Education. Night Schools. Illiteracy. History of Education. Ceará. First Republic.

LISTA DE ABREVIATURAS

APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
BPPMM	Biblioteca Pública Professor Menezes Pimentel
C.O.C.	Círculo Operário Católico
CE	Constituição Estadual
CF	Constituição Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBCA	Liga Brasileira Contra o Analfabetismo
LCCA	Liga Cearense Contra o Analfabetismo
UECE	Universidade Estadual do Ceará

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Crescimento populacional no Brasil, no Estado do Ceará e na capital, Fortaleza, no período de 1900 a 1930.....	54
Tabela II	Classificação da população do País, segundo o grau de instrução.....	60
Tabela III	Classificação da população cearense, segundo o grau de instrução.....	65
Tabela IV	Evolução do ensino primário no Brasil e no Ceará.....	66
Tabela V	População cearense por faixa de idade.....	100
Tabela VI	Dados estatísticos da instrução primária cearense na década de 1920.....	123
Tabela VII	Ensino primário no Brasil.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro I	Documentos identificados com referências aos cursos noturnos e dominicais no Ceará do início do século XX.....	35
Quadro II	Distribuição dos documentos de acordo com os acervos consultados.....	36
Quadro III	Mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará.....	37
Quadro IV	Leis da Educação relacionadas aos cursos noturnos e dominicais no Ceará do início do século XX.	39
Quadro V	Constituições elaboradas no período (1889-1930).....	40
Quadro VI	Relação dos jornais e periódicos pesquisados.	41
Quadro VII	Características das correspondências localizadas	42
Quadro VIII	Cronologia dos documentos identificados.....	44
Quadro IX	Despesas anuais do Estado com os cursos noturnos.....	96
Quadro X	Relação do pessoal docente e administrativo dos cursos primários noturnos das cidades de Sobral e Crato.....	109

LISTA DE IMAGENS

Imagem I	Esquema das etapas da pesquisa.....	34
Imagem II	Bonde elétrico no centro de Fortaleza.....	55
Imagem III	Retirados durante a seca de 1915.....	85
Imagem IV	Capa da impressão do Regulamento da Instrução Pública distribuído nas escolas cearenses.....	101
Imagem V	Lei de criação dos cursos primários noturnos nas cidades de Sobral e Crato, no ano de 1917.....	106
Imagem VI	Capa do livro “João Pergunta ou o Brasil Sêcco”.....	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - O CAMINHO TRILHADO POR ENTRE AS FONTES: PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO.....	30
1.1. ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	31
1.2. ETAPAS DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	34
CAPÍTULO II – A INSTRUÇÃO DE ADULTOS ANALFABETOS NO INÍCIO DA REPÚBLICA: ENTRE A DENÚNCIA DO PROBLEMA E A AUSÊNCIA DE PRÁTICAS.....	45
2.1. OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA BRASILEIRA: POLÍTICA E SOCIEDADE.....	47
2.1.1. O Ceará republicano: a tradição das oligarquias frente às transformações socioculturais.....	50
2.2. VALORIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NOS ANOS INICIAIS DA REPÚBLICA.....	56
2.2.1. O analfabetismo como questão central no debate da instrução primária.....	59
2.2.2. A escola primária cearense como privilégio de poucos.....	64
2.3. A LEGISLAÇÃO PRODUZIDA NO PERÍODO E OS IMPACTOS SOBRE A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DE ADULTOS.....	69
2.3.1. As Constituições republicanas e o combate ao analfabetismo adulto.....	70
2.3.2. Regulamento da Instrução Primária e a tentativa de sistematização dos cursos noturnos e dominicais.....	75
2.4. INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL VOLTADAS PARA O COMBATE AO ANALFABETISMO ADULTO.....	78
CAPÍTULO III – O COMBATE AO ANALFABETISMO ADULTO COMO POLÍTICA PÚBLICA: AS INTERVENÇÕES DO ESTADO CEARENSE NA CRIAÇÃO DOS CURSOS NOTURNOS.....	83
3.1. AS PRIMEIRAS AÇÕES DO ESTADO NA PROMOÇÃO DOS CURSOS NOTURNOS.....	84
3.1.1. Os cursos noturnos de Fortaleza e Granja.....	88
3.1.2. A Reforma da Instrução Primária cearense de 1922 e a retirada do Estado na promoção dos cursos noturnos.....	97
3.2. OS CURSOS PRIMÁRIOS NOTURNOS DE SOBRAL E CRATO.....	105
3.3. FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS ENTRE ESTADO E SOCIEDADE NO COMBATE AO ANALFABETISMO.....	112
CAPÍTULO IV – DA AUSÊNCIA DO ESTADO À EXPANSÃO DAS AÇÕES DA SOCIEDADE: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO PARA A INSTRUÇÃO DE ADULTOS NO CEARÁ DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	121

4.1. PERÍODO PÓS-REFORMA DE 1922: RETORNO À AUSÊNCIA DE PROPOSTAS.....	122
4.2. O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA SOCIEDADE NO COMBATE AO ANALFABETISMO ADULTO.....	132
ECOS DO PASSADO NO PRESENTE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO CEARÁ DO SÉCULO XX.....	143
FONTES.....	152
BIBLIOGRAFIA.....	160
APÊNDICES.....	167
ANEXOS	184

Introdução

Construindo o objeto

Nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Maria Cecília Minayo, 2007

Inserida no meio pedagógico desde 2001, minha experiência como profissional da educação sempre esteve relacionada à modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA¹. Após a conclusão do curso de Pedagogia e aprovação em concurso público para a rede municipal de ensino de Jaguaruana², fui convidada a integrar o recém criado Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação do referido município.

Como coordenadora pedagógica durante quase oito anos, pude vivenciar dificuldades e avanços na luta para incluir a EJA ao sistema municipal de ensino. Visto como modalidade à parte do ensino regular, a EJA sempre foi abordada na própria História da Educação Brasileira como algo secundário entre as prioridades educacionais, sendo desenvolvida quase sempre através de programas temporários e sem propósitos duradouros (PAIVA, 1987).

Nas últimas décadas, este cenário começou a ser modificado com a inclusão da EJA às discussões sobre os desafios educacionais para o novo milênio. Encontros internacionais foram organizados nos últimos anos, discutindo a necessidade de uma profunda reformulação

¹ Neste tópico o texto encontra-se escrito na primeira pessoa do singular como opção da autora, por fazer referência a aspectos particulares do desenvolvimento da pesquisa.

² O município de Jaguaruana está localizado na região do Baixo Jaguaribe, zona leste do Estado do Ceará. Possui uma população de 29.735 habitantes, dentre os quais, segundo dados do Censo Democrático do ano de 2001, havia quase 7 mil jovens e adultos sem saber ler e escrever convencionalmente, o que representa 35,36% de sua população economicamente ativa em estágio de analfabetismo absoluto. (IBGE, 2001)

do conceito e das práticas educacionais voltadas às pessoas jovens e adultas, com consequências diretas no cenário brasileiro³.

No contexto de redefinição das políticas educacionais verificado no Brasil através do fortalecimento do processo de descentralização das responsabilidades sociais, a EJA iniciou esta década com novos desafios: a modalidade foi anunciada legalmente como sendo de responsabilidade dos poderes locais, sem que estes contassem com fontes de financiamento suficientes para atender a demanda educacional existente.

Nesse momento, impulsionado pelo processo de municipalização da educação básica, acompanhei o aumento das responsabilidades dos órgãos gestores para com a promoção dos diversos programas de EJA desenvolvidos. Presenciei as limitações do poder local na organização e continuidade das salas de aulas abertas diante do parco conhecimento acumulado na área. Também observei a presença de uma priorização dos escassos recursos disponíveis para com a contratação de professores, em geral com pouca ou nenhuma experiência pedagógica com esse público. Paulatinamente, esses e outros problemas foram sendo amenizados, mas ainda se conservavam práticas e concepções que limitavam o ajuste dessa modalidade de ensino às políticas locais.

Ainda como aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, *campus* da Universidade Estadual do Estado do Ceará – UECE, em Limoeiro do Norte, participei do desenvolvimento da pesquisa “Educação e movimentos sociais rurais: um estudo sobre as representações sociais da educação entre os assentados de Barra do Feijão e Bela Vista”. Nessa ocasião, tive a oportunidade de desenvolver, como bolsista do Programa de Iniciação Científica IC/UECE/FUNCAP, os primeiros passos na pesquisa social e de compreender a EJA como objeto de estudo particular⁴.

O interesse por essa modalidade de ensino prosseguiu no curso de pós-graduação *latu sensu*⁵ durante o qual me voltei para as iniciativas municipais nesta área a partir das políticas

³A última desses grandes encontros aconteceu no Brasil no ano de 2009. A VI Conferência Internacional sobre a Educação de Jovens e Adultos foi realizada no Estado do Pará com o objetivo de favorecer o reconhecimento da educação e aprendizagem de adultos como elemento importante e fator que contribui com a aprendizagem ao longo da vida.

⁴ Como desmembramento dessa atividade, produzi meu trabalho monográfico de conclusão de curso intitulado como “MST e educação: uma análise sobre a experiência do assentamento Bela Vista na área da Educação de Jovens e Adultos a partir das representações dos alunos”. (DAMASCENO, 2001)

⁵ A monografia do curso de especialização ficou com o seguinte título: “Processo de municipalização da Educação de Jovens e Adultos no município de Jaguaruana”. (DAMASCENO, 2003)

educacionais que as promoviam, tendo como objeto os impactos do Programa Recomeço⁶ para a educação local. No momento em que o foco da promoção da EJA se dava principalmente no âmbito municipal, a análise dessa experiência revestia-se de grande importância, pois contribuiria para a melhor compreensão das ações, possibilitando vislumbrar os avanços, os limites e os caminhos para assegurar a construção de uma política municipal de EJA.

A consciência de que a EJA deveria ser vista enquanto política pública era para mim, desta forma, cada vez mais clara e, portanto, merecedora de uma investigação mais densa. As diversas experiências vivenciadas no cotidiano de meu trabalho junto a professores, alunos e gestores e os inúmeros questionamentos levantados fortaleciam a necessidade de continuar estudando a EJA, sendo a Universidade o espaço preferencial.

Busquei o Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, na qual, a partir do ingresso na Linha de Pesquisa Política Educacional, Memória e Formação Docente, fui desafiada a encontrar respostas aos questionamentos postos à Educação de Adultos em outro contexto histórico. Assim, voltei às leituras sobre História da Educação Brasileira, buscando um momento, um fato, um acontecimento que pudesse se tornar um novo objeto de estudo.

Dirigi-me aos anos finais do século XIX, aos primeiros momentos de implantação do regime republicano, e percebi uma “raiz” para muitos dos questionamentos feitos na contemporaneidade. Mesmo tendo a clareza da inadequação de se fazer uma relação simplista de causa-feito no processo histórico, percebi naquele momento que, apesar do analfabetismo estar presente ao longo de toda a história do Brasil, este só foi reconhecido como problema social naquele período, com a difusão dos ideais liberais que o denunciaram como “a grande chaga” do País⁷.

Foi justamente no cenário da Primeira República (1889 - 1930) que a questão da instrução das camadas populares tomou destaque nas discussões e debates travados entre a elite brasileira, figurando como peça essencial para a construção de uma nova sociedade, mais democrática e evoluída intelectual e economicamente. Imbuídos dos preceitos do liberalismo

⁶ Intitulado como Programa Recomeço – Supletivo de Qualidade, o programa foi criado em 2001 e atuava como apoio aos Estados e Municípios que desenvolvessem experiências na área da educação fundamental de jovens e adultos..

⁷ Conferir Nagle (2001), Freire (1989) e Paiva (1987).

econômico, acreditava-se que somente com o aumento da escolarização de seus cidadãos poderia o Brasil ser elevado ao patamar das nações mais desenvolvidas.

Desta forma, a população jovem e adulta analfabeta, que segundo dados oficiais do período atingiu a taxa de 75% (IBGE, 1986b), tornou-se alvo de denúncias de políticos, intelectuais e membros da sociedade civil, sendo apontada como a grande responsável pelo atraso de nosso país e, portanto, foco de intervenção urgente. Diante de tudo isso, o problema central da investigação começava a se constituir.

Definindo o problema

Tratada como parte da Educação Popular, a questão da instrução dos trabalhadores iletrados surgiu como necessidade nas cidades somente durante o Império, quando foram criadas as primeiras classes noturnas⁸. Estas, por muito tempo, incentivadas pela difusão da escola elementar em geral, foram as únicas formas de educação para adultos praticadas no País.

Com a mudança no regime político provocada pela instalação do modelo republicano e a disseminação dos princípios liberais sobre a instrução pública, a educação da população adulta tomou novo impulso, principalmente com a reafirmação, na Constituição de 1891, da restrição ao voto do analfabeto⁹. Acreditava-se que tal restrição funcionasse como estímulo tanto “às classes populares para que se instruissem, a fim de poderem participar da vida política”, como também “aos poderes públicos que, buscando ampliar as bases da representação popular, iriam dispender maiores recursos com a instrução do povo” (PAIVA, 1987: p: 82).

⁸ As primeiras ações educativas desenvolvidas junto aos adolescentes e adultos no Brasil datam do período colonial com as atividades missionárias dos jesuítas de catequização dos nativos, através do ensinamento de princípios da cultura européia e da religião cristã. Somente no Império foi que esta questão passou a ser objeto de atenção do poder central com a criação de leis que proporcionavam o funcionamento no período noturno de classes destinadas ao ensino dos rudimentos da leitura e escrita aos adultos que se interessassem. (BEISIEGEL, 1974)

⁹ Desde fins do Império era vetada a participação dos analfabetos nos processos eleitorais através da chamada Lei Saraiva (1882) que considerava ainda a renda como critério de participação. A Constituição republicana eliminou este último critério, mas manteve a seleção pela instrução conseguindo ampliar a consulta eleitoral de forma significativa, mesmo ainda excluindo quase 65% da população adulta. (PAIVA, 1987)

A expansão do sistema escolar não aconteceu como esperado, não conseguindo, como consequência, atingir seus objetivos políticos. Entretanto, a valorização da instrução como mecanismo de ascensão social fez aflorar uma visão preconceituosa contra o analfabeto, que passou a ser identificado como incapaz de pensar, decidir e, portanto, de votar.

Nos anos seguintes à Proclamação da República, o analfabetismo tornou-se objeto de preocupação em virtude dos altos índices apresentados¹⁰. Durante as primeiras décadas do novo regime, a carência de instrução primária entre os brasileiros foi denunciada por diversos setores da sociedade, que passaram a lutar contra o analfabetismo. Surgiu, em 1915, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, fundada por intelectuais, médicos e industriais, com representações em diversos Estados, que tinha como propósito comemorar o centenário da Independência política do Brasil, no ano de 1922, com o País livre do analfabetismo.

Imbuídos do fervor nacionalista, defendiam a obrigatoriedade do ensino baseado em patriotismo, moralismo e civismo. Não conseguindo produzir resultados expressivos nos índices educacionais brasileiros, a grande influência da Liga foi, contudo, de ordem ideológica, na proliferação de uma visão depreciativa do analfabetismo (FREIRE, 1982, p: 191)

Tudo isso aconteceu em meio ao movimento ideológico de valorização da educação como redentora dos problemas nacionais, conhecido como “entusiasmo pela educação”¹¹. Aqui, o preconceito contra o analfabeto ganhou destaque e promoção, sendo denunciado por um de seus principais representantes, o médico Miguel Couto, como sendo “o grande mal” do País e que, sendo o analfabeto um ser “microcéfalo”, este “não pensa, não entende, não prevê, não imagina, não cria” (PAIVA, 1987, p: 99).

A sociedade brasileira vivia momentos de importantes transições sociais e econômicas, iniciados havia décadas, com o desenvolvimento dos centros urbanos e a expansão gradativa da indústria, exigindo-se cada vez mais o domínio da leitura e da escrita como instrumentos necessários à integração neste novo contexto.

¹⁰ No Censo Demográfico realizado em 1890, 85% da população encontrava-se analfabeta. Nos anos de 1900 e 1920 houve uma diminuição da taxa para 75%, não representando, todavia, uma redução no número absoluto de analfabetos que passou de quase 13 milhões para uma quantidade superior a 23 milhões de pessoas. (RIBEIRO, 1982, p: 78)

¹¹ Conceito elaborado por Jorge Nagle para definir o movimento surgido na transição do Império à República e presente até os anos de 1920. Seus adeptos viam no desenvolvimento quantitativo conseguido através da disseminação da educação primária para as grandes camadas da população o caminho que levaria o Brasil para junto das grandes nações do mundo. (NAGLE, 2001)

Era urgente o enfrentamento do problema educacional. Campanhas proclamando a difusão da escola primária foram organizadas, em especial por aqueles que acreditavam ser a expansão quantitativa do ensino a única solução. Leis foram criadas, escolas foram abertas e recursos foram disponibilizados, no entanto de forma ainda insuficiente. As matrículas, de uma maneira geral, foram ampliadas, mas não o suficiente para atender toda a demanda. Acreditava-se que, como alertou Teixeira (1962), o simples ato de proclamar leis seria o bastante para transformar a realidade educacional do país.

Vale destacar aqui que tais iniciativas estavam voltadas para o atendimento à população infantil em faixa etária escolar, sendo marginalizada a grande demanda de analfabetos com mais de 15 anos, o que representava na época cerca de 65% da população brasileira (IBGE, 1986b).

O caso do Estado do Ceará não é diferente. Ao longo das quatro décadas da República Velha, o atendimento à população analfabeta acima da idade escolar não foi expressivo diante da grande demanda. Das poucas atividades promovidas neste período, havia uma atenção particular para a capital, Fortaleza, e algumas cidades do interior que apresentavam maior concentração de habitantes, além de uma demanda por escolarização mais acentuada pelo processo de industrialização que ali se firmavam.

O Ceará da Primeira República (1889-1930) foi um espaço marcado por questões políticas de luta pelo poder entre as oligarquias rurais. Assim como no restante do País, o advento da República não representou, pelo menos de imediato, uma ruptura com as antigas lideranças políticas, prevalecendo ainda o poder decisório dos mesmos grupos econômicos do final do Império (FARIAS, 1997, p: 116).

Com as decisões no cenário nacional sendo promovidas sobretudo na Região Sudeste e com preponderância dos interesses paulistas e mineiros como principais centros econômicos da época, através da “Política dos Governadores”, o sistema coronelista foi fortalecido e aperfeiçoado. Eleições foram decididas a partir do apoio do Presidente da República, que, por sua vez, contava com o apoio das bases regionais para eleger o seu sucessor¹².

¹² Ver Relação dos Presidentes da República eleitos no período de 1889 a 1930 em Apêndice II (p:169).

Os reflexos desta política estavam presentes claramente no Estado cearense através das lutas internas pelo poder político e a conservação dos grupos oligárquicos na Presidência do Estado. Ao longo de quatro décadas, dezoito diferentes políticos ocuparam o cargo¹³, em sua maioria ligados direta ou indiretamente a grupos cujo interesse maior era a conservação de seus privilégios políticos e da estrutura econômica existente, baseada no modelo agrário-exportador.

Contando com uma população de quase 850 mil habitantes no início do século XX¹⁴, na maioria moradores das regiões rurais, o Ceará não conseguiu acompanhar as transformações sociais que estavam se desencadeando nos Estados mais desenvolvidos. Encontrava-se entre aqueles que apresentavam as maiores dificuldades em virtude das constantes intempéries climáticas, da fragilidade de sua economia e do descaso de seus políticos.

No cenário educacional, a realidade cearense não diferia daquela relatada antes no País no que se refere à instrução pública e ao analfabetismo. Muito se denunciou sobre as limitações da educação cearense, mas pouco foi observado de ação efetiva para reverter o quadro. Mesmo sendo esse período de grandes expectativas quanto às melhorias na educação através dos inúmeros projetos de reforma que propunham mudanças na organização do ensino, a instrução pública continuou caracterizada como elitista e excludente.

O Ceará ganhou destaque neste período ao propor uma mudança profunda em seu sistema de ensino através da Reforma de 1922, organizada por Lourenço Filho. No entanto, esta não apresentou resultados duradouros para a instrução pública no Estado. Ao final da República Velha, a matrícula escolar geral atingiu um contingente de apenas 48 mil alunos distribuídos em 499 estabelecimentos, número ínfimo diante da grande demanda de crianças e jovens em idade escolar (PINTO, 1939, p: 101).

Apesar da expansão expressiva na rede escolar observada nesse período, proporcionando a ampliação nas matrículas nos diversos níveis de ensino, o problema do analfabetismo da população cearense não pôde ser resolvido, e o Estado continuava a deter um dos maiores índices do País: cerca de 80% da população não dominava os rudimentos da leitura e da escrita.

¹³ Ver Relação dos Presidentes do Estado no Apêndice III (p: 170).

¹⁴ Em 1920 a população cearense ampliou para 1,3 milhão habitantes, sendo que 78,5 mil moravam na Capital Fortaleza. (Revista do Instituto do Ceará, 1922)

A preocupação do poder público com a causa da instrução pública e com o combate ao analfabetismo era percebida nas falas de seus representantes políticos. Diversas foram as menções nos discursos¹⁵ dos Presidentes do Estado ao problema do iletramento¹⁶ da população e as consequências para o desenvolvimento da região. Nogueira Accioly¹⁷, em uma de suas Mensagens à Assembléia Legislativa do Ceará, destacou o papel imprescindível do poder público para com

a difusão do ensino por toda as classes e camadas sociaes, em ordem a ir-se reduzindo de mais em mais, até annullar-se, si possível, o negro coefficiente do analfabetismo, que tanto degrada e inferioriza um povo aos olhos das gerações contemporaneas, incapacitando-o para o exercício consciente da soberania, para a defesa e compreensão de seus direitos (CEARÁ, 1910, p:19).¹⁸

Em tais discursos, foi possível perceber a presença das concepções ideológicas dominantes no período, como a defesa do nacionalismo e do preconceito contra o analfabeto. Era comum a proclamação do analfabetismo como origem de “todos os problemas da nação, principalmente os que se referem aos de ordem economica” (Idem, 1926, p:17), e de que apenas com a expansão da instrução primária entre as crianças em idade escolar este problema poderia ser sanado.

Nestes documentos, poucas foram as referências à instrução dos adultos analfabetos, visto ser a escolarização do público infantil o principal alvo das ações na área educacional. As referências às classes noturnas na legislação da época foram feitas, muitas vezes, de forma indireta e/ou secundária, no conjunto de propostas de mudança na escola pública cearense.

¹⁵ O termo discurso foi utilizado neste trabalho em referência às falas expostas pelos políticos, intelectuais e demais personalidades da sociedade cearense da época sobre a questão do analfabetismo. Ao contrário de outros trabalhos como o de Carlos (2005) que abordam o discurso sobre a educação de adultos, não utilizamos esta como categoria de análise como determina os estudos de Michel Foucault.

¹⁶ O termo iletramento foi utilizado como sinônimo de analfabetismo, em referência a falta de conhecimentos sobre o uso da leitura e da escrita, sem relação ao uso atualmente difundido de iletramento como a ausência de uso prático das habilidades léxicas no contexto social, mesmo que o individuo as conheça. Sobre o tema ver estudos desenvolvidos por Magda Soares (1998).

¹⁷ Antonio Pinto Nogueira Accioly nasceu em Icó-Ce, formou-se em Direito e atuou como comendador. Foi Presidente do Estado quatro vezes, estando à frente do momento político conhecido como “Oligarquia acciolina”, entre os anos de 1896 e 1912 (FARIAS, 1997, p: 123).

¹⁸ Como forma de preservar a originalidade dos discursos encontrados nos documentos analisados optou-se em transcrevê-lo segundo as normas ortográficas do período em que estes foram produzidos. Acredita-se que tal postura não prejudicará o entendimento por parte do leitor do conteúdo exposto no texto.

Segundo a Mensagem do Presidente João Thomé de Sabóia e Silva¹⁹, o número de salas noturnas destinadas aos adultos, no ano de 1918, era de apenas cinco dentre as 468 escolas existentes, permanecendo igual no ano seguinte, mesmo com o aumento da rede de instrução primária para 531 escolas, o que representava menos de 1% de um sistema educacional falho e inoperante. A localização dessas aulas noturnas, de uma forma geral, seguia critérios comuns ao período, sendo muitas vezes definido por questões políticas e pela maior concentração populacional.

Esse tratamento dado à instrução elementar dos trabalhadores também foi percebido nas Leis produzidas no início do século XX pelo Estado do Ceará. Mesmo sendo assegurada nas quatro Constituições estaduais vigentes durante a Primeira República²⁰ a gratuidade da Instrução Primária, a liberdade de ensino e a definição de uma cota mínima de 10% das rendas dos municípios para a criação de novas escolas, claramente nada se fez de referência a essa questão.

Somente alguns poucos documentos oficiais traziam alguma referência específica ao assunto, em particular aqueles voltados para a organização do sistema de ensino. Dentre eles pode-se citar o Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará, produzido em 1905, que orientou a organização dos “cursos *nocturnos e dominicaes*”, este último específico para o sexo feminino, definindo o seu currículo, horário e local de funcionamento, critérios de matrícula e quem seriam os professores e a sua gratificação (secção II, art.83 a 92).

Estes cursos também foram abordados na década seguinte na Lei sobre o Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário, de 1915. Nessa ocasião, questões de caráter mais pedagógico eram apontadas como, por exemplo, a organização do currículo e os procedimentos didáticos de avaliação e de disciplina, iguais ao recomendado no ensino das crianças, além de referências aos propósitos da educação feminina e do caráter informal das matrículas (Art. 142 a 155).

Referências indiretas, mas de grande impacto sobre a existência das escolas noturnas neste período, foram também percebidas nos documentos que davam corpo à reforma produzida por Lourenço Filho, no Ceará (CEARÁ, 1922). Ali foi possível compreender a

¹⁹ João Thomé de Sabóia e Silva nasceu em Sobral - CE e formou-se como Engenheiro e Magistrado. Foi Presidente de Estado entre 1916 a 1920

²⁰ Em menos de três décadas foram aprovadas quatro diferentes textos constitucionais: 1891, no governo de Clarindo de Queiroz; 1892 com José Freire Bezerril Fontenelle; 1921, na gestão de Benjamim Liberato Barroso; e em 1925 com José Moreira da Rocha. (VIEIRA, 2006b)

especialidade do funcionamento de tais salas, no momento em que caberia apenas ao Presidente do Estado a decisão de criar cursos noturnos no Estado (Art. 5º, inciso 3), além de seu caráter secundário, diante da preferência nas matrículas dos analfabetos em idade escolar (7 a 12 anos) quando se recomendava que somente após a matrícula destes e havendo vagas, poderiam ser aceitos “os não analfabetos e os analfabetos de 14 a 16 anos” (Art. 87, inciso 4º).

Além do pequeno contingente de salas de aula, o funcionamento das Escolas Noturnas nesta fase foi acometido de outros obstáculos, comuns ao ensino público como um todo. As principais eram baixa frequência dos alunos; carência de materiais pedagógicos adequados; local de funcionamento em condições precárias de higiene; deficiência na formação dos professores, além da questão dos seus provimentos, que nestes casos específicos eram determinados como apenas “uma gratificação razoável”. Somado a estes problemas, tinha-se ainda o fato aqui já denunciado da priorização das crianças em idade escolar nas ações de combate ao analfabetismo e a consequente secundarização da enorme demanda adulta iletrada disseminada por todo o Estado.

Existem por todo o período da Primeira República, no entanto, escolas noturnas promovidas a partir da própria sociedade organizada²¹. Iniciativas da classe operária foram registradas já desde os fins do século XIX e intensificadas nas primeiras décadas do seguinte, através do oferecimento de escolas primárias e secundárias para os trabalhadores, no período após a jornada de trabalho, nos principais centros urbanos cearenses. Destacaram-se por seus projetos pedagógicos e estruturas organizacionais as aulas noturnas promovidas na capital, Fortaleza, pelo Centro Artístico Cearense e pelo Círculo Operário Católico São José.

No ano de 1917, a Liga Cearense Contra o Analfabetismo, composta por representantes de diferentes segmentos da sociedade local, foi reconhecida pelo poder estadual como instituição de grande utilidade pública pela criação de escolas para os trabalhadores analfabetos em diversos pontos do Estado (CEARÁ, 1917). Na ocasião, firmou-se uma parceria entre a Liga e o Governo; este contribuiria com a concessão de seus professores para atuarem nas aulas noturnas.

Percebe-se até aqui que, mesmo a Instrução Primária dos jovens e adultos não sendo alvo de grandes iniciativas do poder público, apesar da enorme proporção do analfabetismo

²¹ O termo “sociedade organizada” é utilizado nesse estudo em referência aos grupos ligados a determinados setores da sociedade cearense da época, tais como a Igreja, sindicatos, intelectuais, etc., que desenvolviam ações de combate ao analfabetismo.

em nosso Estado, esta tornou-se objeto cada vez mais frequente da iniciativa popular e de ações assistencialistas da elite dominante. No entanto, tais esforços não se mostraram suficientes diante do enorme do desafio.

Partindo das informações obtidas nos contatos com as diferentes fontes coletadas e através das leituras realizadas, foi possível perceber que o combate proclamado ao problema do analfabetismo no Estado do Ceará se dava através de ações isoladas. O poder público, que segundo a legislação da época teria o dever de promover tais iniciativas, fazia-o de forma tímida e insuficiente, em particular quando se referia à instrução dos adultos analfabetos. Restava à sociedade civil organizada atuar também como responsável por tal tarefa, ocupando as lacunas deixadas pelo Estado na promoção de cursos primários noturnos.

Na divergência entre o dito e não dito, entre o “oficial” e o “real” aqui observado (TEIXEIRA, 1962), a atuação das escolas noturnas, criadas para tirar do analfabetismo adultos e jovens sem instrução, surgiu como objeto de investigação. Desta forma, apresentou-se nesta investigação a seguinte questão central: **Como as escolas noturnas voltadas para a questão da instrução dos adultos analfabetos foram desenvolvidas na sociedade cearense do início da República, no instante em que a educação começa a tomar lugar de destaque nos seus discursos e projetos políticos?**

É, portanto, com esta proposta de trabalho que se compromete esta pesquisa, cujo foco central está nas ações de enfrentamento do analfabetismo. Tais ações, desenvolvidas através das escolas noturnas, foram criadas no período da Primeira República (1889-1930), no Estado do Ceará, tanto pelo poder público como pela própria sociedade civil, através de suas instituições organizadas.

A seguir, são apresentados os objetivos orientadores da investigação.

Objetivo

Geral

- Analisar a atuação das escolas noturnas no combate ao analfabetismo junto à população adulta do Estado do Ceará, no período de 1889 a 1930.

Específicos

- Identificar as concepções de analfabetismo disseminadas na sociedade cearense, subjacentes às ações de enfrentamento do analfabetismo desenvolvidas na Primeira República;
- Identificar as iniciativas de alfabetização da população adulta, no período da Primeira República, através da criação de cursos noturnos promovidos tanto pelo poder público como pela sociedade civil cearense;
- Compreender a atuação das escolas noturnas no combate ao analfabetismo adulto no contexto das reformas da instrução primária promovidas pelo poder público do Ceará, no período considerado.

Estrutura do texto

Como forma de melhor responder aos propósitos colocados para a investigação, o texto da dissertação foi organizado em quatro capítulos, seguindo uma proposta definida pela própria apresentação das fontes. Percebeu-se que, após a categorização das diferentes documentos identificados, foi observada a evolução na promoção e na oferta dos cursos noturnos no Ceará, que seguia uma lógica temporal. Nos três momentos identificados nesse processo, as atuações do Estado e da sociedade civil foram postas como aspectos centrais para a compreensão da atuação dos cursos noturnos enquanto ações isoladas de combate ao analfabetismo adulto.

Para que essa lógica flua mais clara para o leitor desse trabalho, optou-se por apresentar em capítulo específico a metodologia adotada, visando alcançar os objetivos propostos. Assim, no primeiro capítulo são discutidos os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa; nele os fundamentos da História Nova foram tomados como fundamentais para a realização de uma pesquisa histórica baseada nos procedimentos da análise documental. Em seguida são esclarecidas as etapas do trabalho, com a definição das fontes e acervos consultados, de forma que se possa visualizar todo o processo de coleta e análise dos documentos, aqui compreendido também como momento de formação do pesquisador e de constituição do próprio objeto investigado.

No segundo capítulo, inicia-se a discussão acerca das características do funcionamento dos cursos noturnos cearenses. Através das informações coletadas nos documentos produzidos entre os anos de 1889 e 1914, identifica-se um período em que a proliferação de um discurso de denúncia do analfabetismo como problema não foi acompanhado de um anúncio de ações efetivas para o seu enfrentamento. Com um intuito de melhor compreender esse fato, são analisados os cenários socioeconômicos e políticos da época, percebendo que tais fatores interfeririam diretamente nos acontecimentos observados no cenário educacional.

É nessa fase inicial da República que a instrução começava a ocupar lugar nos debates, como único mecanismo capaz de tirar o País do atraso provocado pelo “cancro” do analfabetismo. Leis foram criadas, muito embora a escola primária continuasse sendo frequentada por uma pequena minoria. Caberia, portanto, à própria sociedade, através de instituições civis, promover iniciativas de escolarização voltadas para o público adulto, enquanto o poder público não se pronunciava sobre o assunto.

Esse cenário começa a ser modificado em meados da década de 1910, quando o Estado desenvolve suas primeiras ações no campo da instrução de adultos. Foi nesse momento (entre os anos de 1914 e 1922), analisado no terceiro capítulo, que foram criados cursos noturnos na capital e no interior do Ceará, por iniciativa do Presidente do Estado, João Thomé.

Com a nova proposta pedagógica para a escola primária apresentada por Justiniano de Serpa, que fortalecia a priorização dada a instrução das crianças, esses cursos noturnos foram fechados sem que fossem apresentadas as causas ou uma alternativa. Assim como no

período anterior, organizações sociais continuavam promovendo ações de instrução popular, ocupando o espaço deixado pelo Estado, agora com o seu incentivo financeiro.

No quarto e último capítulo, o período pós-reforma educacional de 1922, é discutido enquanto uma fase de retrocesso, no momento em que a esfera pública retomou uma postura passiva diante da permanência do desafio do analfabetismo. Observou-se que, após o fechamento dos cursos noturnos mantidos pelo Estado, este não mais se colocou como promotor de qualquer iniciativa na área, voltando a ocupar o papel de denunciador do problema. Restava, mais uma vez, à sociedade desenvolver as únicas ações neste campo apresentando experiências bastante representativas no cenário educacional cearense dos anos de 1920.

Ao final do texto, são expressas algumas considerações acerca da atuação dos cursos noturnos ao longo de toda a Primeira República, no Ceará, apontando os impactos obtidos no combate ao analfabetismo entre a população adulta. São feitas ainda alguns paralelos entre essas iniciativas desenvolvidas no início do século XX e outras que sucederam ao longo da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, destacando-se a permanência/renovação de algumas características relacionadas à atuação do professor nesse tipo de iniciativa, do tipo de atendimento oferecido aos analfabetos, muitas vezes temporários e sem continuidade. No entanto, destaca-se a relação estabelecida entre o Estado e a sociedade na promoção de oportunidades de escolarização voltadas à classe trabalhadora que, como revelado nesse estudo, já estava presente desde os momentos iniciais do regime democrático brasileiro.

Capítulo I - O caminho trilhado por entre as fontes: percurso metodológico da investigação

Uma boa pesquisa histórica no campo educacional precisa ter a sensibilidade para identificar silêncios e omissões.

Jorge Nagle, 2002

Este primeiro capítulo pretende apresentar o percurso metodológico desenvolvido ao longo da pesquisa, buscando refletir sobre cada momento enquanto parte da constituição do pesquisador e do objeto. Ao expor o processo de busca, tratamento e análise dos dados coletados, além das bases teóricas que o embasaram, acredita-se estar contribuindo para a maior difusão da pesquisa histórica na área da educação, em especial a da educação de adultos.

Concordando com Nagle (2002), compreende-se que uma investigação voltada para o estudo das ações de combate ao analfabetismo adulto, através dos cursos noturnos no Ceará da Primeira República, traz em si as marcas do “silêncio” e das “omissões” como fatores determinantes e explicativos. Seja no silêncio das falas dos sujeitos ali envolvidos através da falta de conservação dos documentos históricos, seja por meio da ausência de estudos que servissem de referência, foram muitos os obstáculos enfrentados no decorrer do trabalho de campo. Tais dificuldades, no entanto, determinaram o próprio caminho da investigação. Foram os documentos, ou mesmo a ausência ou o não acesso a eles, que indicavam o próximo passo a ser dado.

Assim, na primeira parte deste capítulo, são apresentadas as orientações teórico-metodológicas adotadas para a compreensão do objeto em estudo. Baseado em autores como Le Goff (1996 e 1998), discute-se o desenvolvimento e a contribuição da pesquisa historiográfica no campo da educação, com destaque para a nova visão de documento trazida pela História Nova. Em seguida, descrevem-se as etapas do processo metodológico, de forma que se compreenda o seu desenvolvimento e as consequências para a organização da investigação, em que foram apontados os tipos de documentos localizados, o tratamento dado no instante da análise e o confronto dos dados.

A reflexão acerca da metodologia adotada na investigação se configurou, assim como parte essencial deste trabalho, no momento em que revelou muito sobre as escolhas e afirmações feitas. Tão importante quanto apontar conclusões e defender idéias sobre o objeto em estudo, acreditou-se ser a própria reflexão sobre o processo desenvolvido, parte importante da formação acadêmica e pessoal da pesquisadora.

1.1. Orientações teórico-metodológicas

A definição pelo percurso metodológico se coloca como um dos primeiros desafios ao pesquisador. Decidir como se pretendem alcançar os objetivos propostos, definindo o método e as técnicas a serem utilizadas, é um passo essencial para o bom desenvolvimento da investigação e deverá ser feito tendo em vista as próprias características do objeto.

A abordagem qualitativa de caráter documental foi colocada, desta forma, como a que melhor compreende a problemática levantada, visto se tratar de um fenômeno educativo ocorrido no passado. Autores como Triviños (1987), Santos Filho (1995) e Minayo (2007) concordam que apenas uma pesquisa qualitativa poderá evidenciar os diversos aspectos dos objetos das ciências sociais marcados por subjetividade, historicidade e valores presentes na própria relação existente entre sujeito e objeto. Estes não podem ser vistos como peças antagônicas, já que ambos pertencem ao mesmo universo social em que se desenvolve a investigação.

No campo da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados para se aproximar da realidade social, sendo a perspectiva metodológica documental aquela que busca compreendê-la de forma indireta, por intermédio da análise dos inúmeros tipos de documentos construídos pelo homem.

Nesta perspectiva, uma pesquisa documental, como a que foi proposta, permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, como revela Bravo (1991), mas por meio do estudo dos documentos que foram produzidos por um determinado grupo social, revelar o seu modo de ser, viver e compreender um fato social.

Antes de qualquer coisa, todavia, esta foi uma pesquisa de caráter historiográfico, cuja perspectiva teórica estava fundamentada nas orientações do movimento da História Nova²², por proporcionarem uma renovação na forma de se entenderem e registrarem os diversos acontecimentos ocorridos ao longo dos tempos.

Particularmente para a História da Educação, a principal contribuição trazida pela História Nova foi a concepção ampliada de documento. Conforme Le Goff (1996), documentos são vestígios deixados pelos homens e, portanto, são produtos da sociedade que os fabricou, de acordo com determinadas relações de poder. Eles nada revelam por si mesmos, embora permitam construir interferências e rever concepções já existentes. Para o autor

o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p: 547)

Os documentos válidos para a compreensão e a escrita da História não são mais apenas ofícios, cartas, textos ou outro tipo de escrito produzido oficialmente, mas todo e qualquer registro concreto da ação humana, seja ele expresso na forma de documento numérico ou estatístico, de reprodução de imagem e som, objetos ou mesmo aqueles configurados na forma impressa. Todos os meios são agora empregados para vencer as lacunas e os silêncios das fontes. (REIS, 2000, p: 37)

O “novo” documento, ressalta Le Goff (1996), alargado para além dos textos tradicionais, deve ser tratado como um documento/monumento por não ser neutro e que, por isso mesmo, deverá ser abordado como material determinado por sua época.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentiroso. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (...). É preciso começar

²² O movimento intelectual que ficou conhecido como a Escola dos *Annales* surgiu em fins da década de 1920 como oposição às orientações tradicionais dos positivistas até então dominante também no campo da História. Sua trajetória pode ser descrita segundo seus analistas como sendo dividida em fases distintas caracterizadas pela defesa de uma construção racional de uma história totalizante que foi também questionada por seus teóricos mais contemporâneos, propondo assim o que autodenominaram de uma “História Nova” (SAVIANI, 2000, p: 9).

por demonstrar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumento. (Ib. Idem, p: 548)

Analisar um fato social a partir de documentos implica também, neste sentido, fazê-lo partindo do ponto de vista de quem os produziu, ou seja, buscando compreender primeiro o contexto mais amplo em que estes se originaram. Isto requer certos cuidados por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.

Para Ragazzini (1999), o historiador é um homem do presente que, do presente, interroga o passado e que, por isso mesmo, poderá estar sujeito ao risco eminente de transferir incontrolavelmente categorias do seu tempo histórico para o passado de maneira anacrônica. É preciso evitar olhar o ontem com os olhos do hoje. Nesta pesquisa, quando se faz referência à questão da escolarização da população adulta e ao combate ao analfabetismo não se tem como parâmetro teórico os conceitos contemporâneos de EJA e de analfabetismo, visto serem duas categorias que sofreram modificações profundas nas últimas décadas devido aos avanços trazidos pelos diferentes estudos neste campo.

Tomou-se como orientação, desta forma, a própria compreensão de analfabetismo e de instrução de adultos presente entre os cearenses do início do século XX, período este em que a questão da formação intelectual da grande parte da população, até então desprezada, começava a ser vista como um dos grandes desafios postos à nova sociedade democrática e liberal que se estava formando, fato já mencionado neste trabalho.

A outra contribuição trazida pela História Nova para a historiografia educacional e que possibilitava uma nova abordagem do objeto em estudo foi a noção de tempo de longa duração. Le Goff (1998) alerta para o fato de que é preciso demolir a idéias de um tempo único, homogêneo e linear e que a história do curto prazo é incapaz de apreender e explicar as permanências e as mudanças.

A História não é mais vista, nesta perspectiva, como um progresso contínuo. Ela não possui “um sentido/direção final antecipada”, mas sim uma “articulação entre permanência e mudança”. Passado e presente estão, desta forma, em constante diálogo, em que “o presente não continua e nem é superior ao passado”, é apenas outro tempo. (REIS, 2000, p: 40)

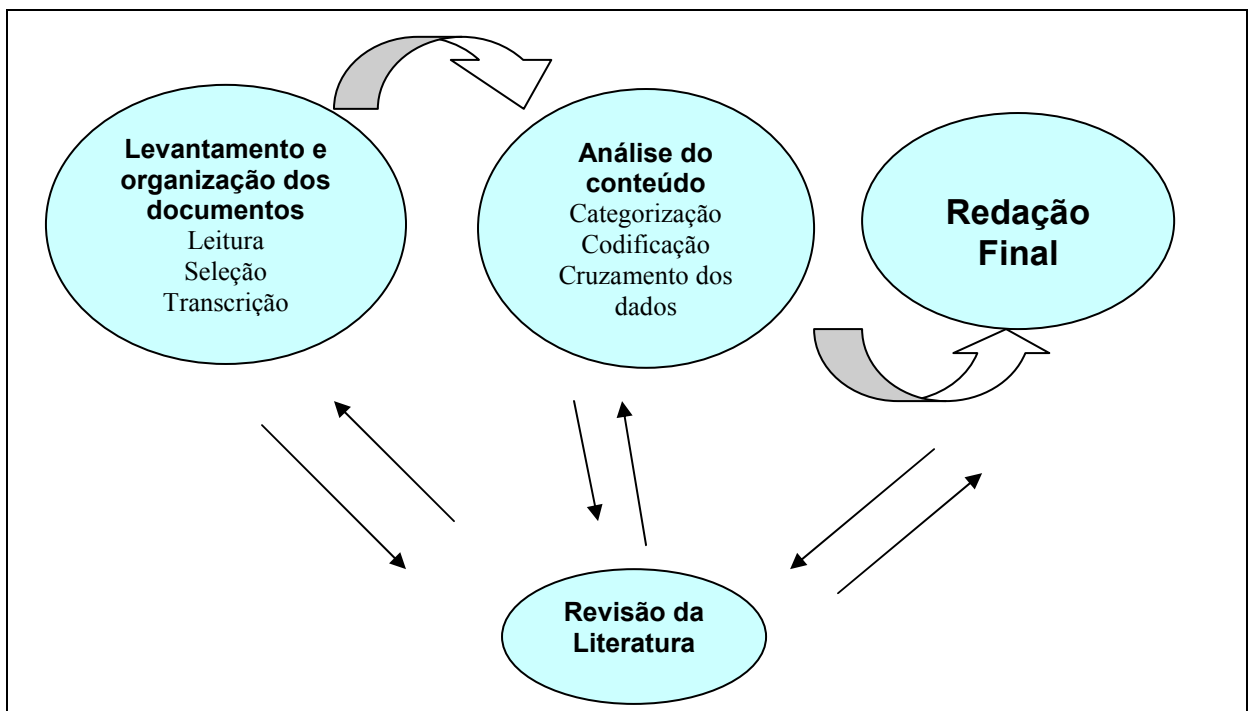
Não se pretendeu identificar aqui as origens da problemática da baixa escolarização existente entre a população brasileira, em especial aquela fora da faixa etária escolar, nem apontar as causas do descaso que caracteriza as políticas públicas recentes voltadas à EJA, mas entender como se davam as práticas de combate ao analfabetismo adulto através da atuação das escolas noturnas cearenses.

1.2. Etapas do procedimento metodológico

Esclarecidas as bases teórico-metodológicas que orientaram a execução da investigação proposta, foi preciso também discorrer sobre os passos e momentos planejados para a sua concretização. O caminho investigativo adotado (ver Imagem I), muito mais que um mapa definido e fechado, colocou-se como um roteiro facilitador do percurso desenvolvido, marcado por mudanças que levaram a novos direcionamentos de acordo com as limitações e as surpresas deparadas ao longo da investigação.

Imagem I

Esquema das etapas da pesquisa



Por se tratar de uma pesquisa histórica baseada, principalmente numa investigação documental, o processo exploratório ocorreu sustentado essencialmente em uma análise dos principais documentos produzidos no período e que fossem relacionadas de alguma forma às práticas pedagógicas das escolas noturnas cearenses. Assim, um primeiro passo foi o de promover o levantamento e a organização desses documentos, num processo de busca e de catalogação das fontes que sustentariam a análise do fenômeno educativo.

Primeiramente, identificaram-se os documentos existentes e disponíveis que trouxessem dados sobre a instrução pública no período da Primeira República e, particularmente, acerca da problemática do analfabetismo e das ações desenvolvidas para o seu enfrentamento entre a população adulta. Neste momento, foram localizados um total de cento e vinte e quatro documentos que abordavam especificamente a atuação das escolas noturnas e dominicais cearenses, divididos em cinco categorias principais, de acordo com a sua natureza e propósito (ver Quadro I abaixo).

Quadro I

Documentos identificados com referências aos cursos noturnos e dominicais no Ceará do início do século XX.

Tipos de Documentos	Total encontrado
Mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará	35
Constituições (Federal e Estaduais)	06
Legislação Educacional	16
Correspondência	49
Jornais e Periódicos	18
Total	124

Tais documentos foram localizados em quatro espaços distintos, de acordo com o tipo de acervo disponível, a saber: o Arquivo Público do Estado do Ceará, em seu Fundo de Instrução Pública; a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, no setor de periódicos e microfilmagem; a Biblioteca Cesar Cals de Oliveira, da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; e o acervo do Grupo de Pesquisa Política Educacional, Docência e Memória, da Universidade Estadual do Ceará/ UECE. Foi utilizada ainda a documentação disponibilizada em site eletrônico como fonte de dados fundamental para o desenvolvimento desse estudo (Ver Quadro II). Estes acervos foram selecionados por serem os que apresentam as condições

mais favoráveis à execução de uma pesquisa acadêmica, com a política de conservação e disponibilização de documentos referenciais da história da educação cearense.

Quadro II

Distribuição dos documentos de acordo com os acervos consultados

Acervo	Tipo de documento	Quantidade
Biblioteca Menezes Pimentel (setor de periódicos e microfilmagem)	Legislação educacional	05
	Jornais e Periódicos	18
Biblioteca Cesar Cals de Oliveira-Assembléia Legislativa (Acervo geral)	Legislação educacional	04
Arquivo Público do Ceará (Fundo de Instrução Pública)	Legislação educacional	03
	Correspondência	49
Site: www.crl.edu/info/brazil-provincial-presidential-reports (1830-1930). link:	Mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará	35
Grupo de Pesquisa Política Educacional, Docência e Memória – UECE	Constituições	06
	Legislação educacional	04
Total		124

Partindo da afirmação de Lombardi (2003) de que é o próprio objeto que define, em grande medida, o tipo de fonte a ser utilizada na pesquisa, considerou-se que não seriam todos os documentos identificados que poderiam ser úteis, sendo necessária uma leitura criteriosa do material para que se pudesse promover uma seleção consciente daquilo que seria realmente analisado.

Mas antes que se iniciasse a fase de análise do conteúdo desses documentos, foi promovida a transcrição literal e a digitalização através de fotos de todos os trechos em que havia referência às questões abordadas. Este processo facilitou o mapeamento dos temas emergentes, promovendo a sua categorização e codificação, para por fim ser possível um cruzamento dos dados identificados.

Perpassando toda a pesquisa em campo, ocorreu o trabalho de revisão da literatura selecionada sobre as temáticas de história da educação, legislação educacional, analfabetismo e escolarização de adultos, particularmente referindo-se ao recorte espaço-temporal já definido. Tal postura teve como propósito clarear a análise do pesquisador, proporcionando-

lhe uma visão mais ampla e consciente do contexto em que estava inserido o objeto de análise.

Dentre os primeiros documentos identificados, as Mensagens dos Presidentes do Estado se mostraram fontes privilegiadas para a análise das iniciativas e concepções referentes à instrução primária das classes trabalhadoras por parte da esfera pública. Produzidas com o propósito de prestar contas das ações do poder executivo ao órgão legislativo, as Mensagens revelavam, através de discursos de exaltação, ações e omissões efetivadas na área da instrução da população mais carente durante os primeiros momentos de democratização política.

No Ceará, o grau de importância dada a essa questão diferenciava significativamente cada Presidente de Estado. Observou-se que, dentre os trinta e cinco documentos analisados²³ (ver Quadro III), alguns faziam pouca referência a essa temática, limitando-se a breves comentários. Na maioria das vezes, esse tipo de Mensagem se propunha a trazer informações quantitativas acerca das ações desenvolvidas no último ano, com estatísticas da movimentação escolar das instituições cearenses nos diversos níveis de ensino²⁴.

Quadro III

Mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará

Presidente do Estado do Ceará		Anos da Mensagem	Quantidade
01	José Clarindo de Queiroz	1891	01
02	José Freire Bezerril Fontenelle	1893 a 1896	04
03	Antonio Pinto Nogueira Accioly	1897 a 1900	04
04	Pedro Augusto Borges	1901 a 1904	04
05	Antonio Pinto Nogueira Accioly	1905 a 1911	07
06	Antonio Frederico de Carvalho Motta	1912	01
07	Marcos Franco Rabelo	1913	01
08	Benjamin Liberto Barroso	1914 a 1916	03
09	João Thomé de Saboya e Silva	1917 a 1920	04
10	José Moreira da Rocha	1925 a 1928	04
11	José Carlos de Matos Peixoto	1929 a 1930	03
Total			35

²³ As Mensagens dos Presidentes de Estados produzidas nos anos de 1889 e 1890 e as de 1921 a 1924 não foram localizadas nos acervos pesquisados.

²⁴ A maioria dos dados fazia referência às instituições públicas voltadas para o ensino primário, além do Lyceo e da Escola Normal.

De uma forma geral, esse tipo de documento era produzido visando a apresentação de aspectos mais burocráticos do funcionamento do Estado. Destacava-se em alguns anos a apresentação detalhada das ações e despachos promovidos durante os últimos meses, tais como nomeações, transferências, afastamentos, demissões, gratificações e até falecimentos, com a identificação minuciosa dos professores e suas localidades²⁵.

Estas características se devem ao seu processo de elaboração e a própria organização da estrutura da máquina estatal. Como parte da Secretaria dos Negócios do Interior, desde 1893²⁶, quando da extinção de Secretaria específica, as questões relativas à instrução pública passaram a ser analisadas por seu Diretor Geral, ligado a Secretaria do Interior e Justiça, responsável em repassar as informações para o Presidente do Estado.

Foi, então, baseados nos dados e opiniões repassadas nos relatórios dessa Secretaria que os relatos sobre instrução eram produzidos. Observou-se que inúmeros foram os momentos em que a fala do Diretor Geral misturava-se com o relato do Presidente, ou mesmo a primeira tomando a forma de discurso oficial com a sua transcrição literal.

Em muitos documentos foi identificada a maior concentração de informações sobre a realidade educacional cearense. Nestes casos, extraíram-se vestígios de concepções diversas acerca da instrução pública, na sua maioria no sentido de destacar o seu papel na construção de uma sociedade mais moderna. Destacavam-se por seu aspecto literário as Mensagens produzidas por Antonio Pinto Nogueira Accioly.

Ao longo da análise dos onze textos de sua autoria, em um terço do total dos documentos, Nogueira Accioly trazia uma abordagem diferenciada sobre a situação da instrução no Ceará. Ao levar para suas Mensagens elementos de outras naturezas, refletindo a sua ampla formação intelectual e mostrando conhecimento das experiências de outros países e das discussões acerca das questões mais atuais sobre a instrução, Accioly conseguiu muitas vezes mascarar a real situação em que se encontrava a escola cearense. Segundo Vieira (2002, p: 137), ele apresentava “uma visão positiva do estado da instrução pública”, parecendo que “com ele, tudo vai bem, muito embora os dados mostrem que não”.

²⁵ Conferir Mensagens produzidas em 1894 e 1895 pelo então Presidente do Estado João Freire Bezerril Fontenelle.

²⁶ A Secretaria da Instrução Pública foi extinta através da Lei Nº 18, de 26 de julho de 1893. (CEARÁ, 1894, p: 21)

Seu estilo de dissertar sobre as possíveis contribuições de uma elevação intelectual da população para a formação da nova sociedade e da necessidade de se disseminar a instrução primária entre os cidadãos cearenses, em detrimento à simples apresentação de dados burocráticos, foi seguido por aqueles que o sucederam no poder. Muito embora com um tom diferenciado, outros Presidentes também produziram relatos bastante interessantes sob o ponto de vista desta investigação, trazendo descrições fundamentais para se compreender a postura adotada pelo poder público frente ao desafio de superar as altas taxas de analfabetismo registradas.

Com o intuito de apreender as intervenções do poder público no combate ao analfabetismo adulto, buscou-se também identificar os documentos ligados à Legislação orientadora das práticas educacionais produzidas no período. Dentre estes, foram identificados dezesseis Leis²⁷ com algum tipo de referência (direta ou indireta) ao funcionamento dos cursos noturnos para adultos (ver Quadro IV abaixo).

Essas Leis refletiam as intenções dos dirigentes políticos, muito embora poucas das proposições feitas tenham sido realmente implementadas. No caso dos cursos noturnos e dominicais, essa relação entre o proclamado e o efetivado se manteve como antagônica na medida em que poucas foram as intervenções efetivas promovidas pelo poder público neste campo.

Quadro IV

Leis da educação relacionadas aos cursos noturnos e dominicais no Ceará do início do século XX.

Nº	Ano	Documento de referência	Acervo
1	1905	Regulamento da Instrução Primária do Ceará, de 13 de março de 1905	Grupo de Pesquisa Política Educacional, Docência e Memória – UECE
2	1914	Lei Nº 1.208, de 09 de agosto de 1914	Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Setor de Microfilmagem)
3	1915	Regimento das escolas públicas no ensino primário de 1915	Grupo de Pesquisa Política Educacional, Docência e Memória – UECE
4	1916	Lei nº 1401, de 02 de outubro de 1916	Biblioteca Cesar Cals de Oliveira-Assembléia Legislativa (Acervo Geral)
5	1917	Lei nº 1448, de 29 de setembro de 1917	Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Setor de Microfilmagem)

²⁷ Dentre estas, apenas uma Lei foi elaborada pelo Governo federal, com o intuito de orientar e fomentar o desenvolvimento da Instrução Primária em todo o país, através da criação de aulas subvencionadas, inclusive para adultos analfabetos, como se discutiu no capítulo 4 desse trabalho.

6	1917	Decreto nº 1513, de 07 de novembro de 1917	Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Setor de Microfilmagem)
7	1918	Decreto nº 103, de 07 de março de 1918	Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Setor de Microfilmagem)
8	1918	Regulamento dos cursos secundários e primários noturnos de Crato e Sobral (anexo ao Decreto nº 103)	Arquivo Público do Estado do Ceará (Fundo de Instrução Pública)
9	1918	Decreto nº 1630, de 04 de novembro de 1918	Arquivo Público do Estado do Ceará (Fundo de Instrução Pública)
10	1919	Lei nº 1717, de 04 de outubro de 1919	Biblioteca Cesar Cals de Oliveira-Assembléia Legislativa (Acervo Geral)
11	1920	Lei nº 1734, de 16 de agosto de 1920	Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Setor de Microfilmagem)
12	1920	Lei nº 1823, de 25 de outubro de 1920	Biblioteca Cesar Cals de Oliveira-Assembléia Legislativa (Acervo Geral)
13	1922	Regulamento da instrução pública (Reforma Lourenço Filho)	Grupo de Pesquisa Política Educacional, Docência e Memória – UECE
14	1922	Ato do Presidente do Estado do Ceará, de 1º de agosto de 1922	Arquivo Público do Estado do Ceará (Fundo de Instrução Pública)
15	1925	Decreto Nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925	Grupo de Pesquisa Política Educacional, Docência e Memória – UECE
16	1929	Lei N 2763, de 12 de novembro de 1929	Biblioteca Cesar Cals de Oliveira-Assembléia Legislativa (Acervo Geral)

Neste sentido, as Constituições produzidas no período foram também documentos que apresentavam as pretensões e os posicionamento do poder público quanto à instrução de sua população. No Ceará, apenas nas primeiras três décadas da República, foram produzidas quatro Constituições, enquanto o Governo Federal elaborou apenas uma durante todo o período analisado (ver Quadro V). Com abordagem diferenciada sobre a temática educacional, cada Constituição trazia em seus artigos a compreensão da classe política do período, representante de interesses de setores diversos da sociedade.

Quadro V

Constituições elaboradas no período (1889-1930)

	Descrição do Documento	Âmbito	Ano
01	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Brasil	1891
02	Emenda Constitucional	Brasil	1826
03	Constituição do Estado do Ceará	Ceará	1891
04	Constituição Política do Estado do Ceará	Ceará	1892
05	Constituição Política do Estado do Ceará	Ceará	1921
06	Constituição Política do Estado do Ceará	Ceará	1925

Como forma de promover uma triangulação das fontes, objetivando o confronto dos diferentes dados coletados e a superação de equívocos e análises superficiais/parciais da temática, os jornais e periódicos da época foram consultados. Dentre aqueles que foram produzidos no período e que apresentavam condições de consulta, foram escolhidos cinco títulos como forma de compreender as diferentes concepções sobre o analfabetismo difundido na sociedade cearense da época; neles foram identificados dezoito artigos com referências à temática (ver Quadro VI).

Foram definidos alguns critérios para essa seleção de acordo com a natureza da publicação e também para a definição dos anos consultados. Optou-se, desta forma, em selecionar os jornais que defendiam o governo em sua perspectiva ideológica, assim como os periódicos que eram contrários às práticas do poder público. Não obstante a esta relação com o poder, foi possível ainda analisar publicações produzidas pelas próprias instituições da sociedade que promoviam os cursos noturnos, como foi o caso do jornal “Primeiro de Maio”, elaborado pelo Centro Artístico Cearense, como órgão de difusão de sua atuação.

Quadro VI

Relação dos jornais e periódicos pesquisados.

Nome	Descrição / Edição
O Cearense	Nº 3, Ano XLV, de 08 de janeiro de 1891
Jornal do Ceará	Nº 22, Ano I, de 25 de abril de 1904
Primeiro de Maio	Nº 61, Ano IV, de 08 de fevereiro de 1908 Nº64, Ano IV, de 08 de fevereiro de 1909
Almanach do Ceará	Anos 1911, 1912, 1914, 1917, 1918, 1920, 1921, 1922, 1924, 1925, 1926 e 1928
O Nordeste	Nº 774, Ano III, de 27 de janeiro de 1925 Nº 1.022, Ano II, de 27 de novembro de 1925
Total	18 edições

Quanto à temporalidade, privilegiaram-se as edições do período em que foram produzidas as Leis da Educação voltadas para os cursos noturnos, indicadas acima. Pretendia-se, assim, identificar as consequências e as repercussões de tais iniciativas políticas no seio da sociedade cearense.

Por fim, foi localizado um tipo particular de documento que muito contribuiu para a construção deste trabalho. As correspondências produzidas pelos próprios sujeitos envolvidos na promoção dos cursos noturnos surgiram como possibilidade de completar o círculo de dados já obtidos. Através de depoimentos, reclamações e solicitações de professores, inspetores de ensino, diretores de instrução, secretários de Governo e até proprietários dos imóveis alugados para o funcionamento das aulas, foi possível apreender um pouco das dificuldades e particularidades vivenciadas nessa experiência educacional.

A partir das informações contidas nos quarenta e nove ofícios selecionados, foi possível traçar um perfil geral das experiências desenvolvidas no campo do combate ao analfabetismo adulto no Ceará da Primeira República (ver Quadro VII).

Quadro VII

Características das correspondências localizadas

Responsável pelos cursos noturnos	
Estado	Sociedade civil
34	14
Localização dos Cursos	
Interior	Capital
10	39
Tipo de correspondência (segundo origem)	
Recebidas	Expedidas
13	36

Por fim, é preciso anunciar que, para cada tipo de documento abordado, foi aplicado um instrumental específico como mecanismo de organização e sistematização dos dados ali identificados, facilitando, assim, o processo de análise dos dados²⁸.

²⁸ Foram elaboradas quatro instrumentais distintos, a saber: Instrumental I para a coleta de dados contidos nas Mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará; Instrumental II para a coleta de dados contidos na Legislação educacional produzida no período (leis, constituições, regulamentos, regimentos, etc); Instrumental III para a coleta de dados contidos nos jornais e periódicos; Instrumental IV para a coleta de dados contidos nos materiais pedagógicos produzidos nas experiências com as escolas noturnas.

Exposto o percurso metodológico, reforça-se aqui a idéia de que foram as próprias peculiaridades desse processo que moldaram a estruturação do texto. Desta forma, cada um dos capítulos que se segue foi organizado de acordo com a ocorrência de todos os diferentes documentos, com predominância de determinado tipo de fonte de acordo com as características das iniciativas desenvolvidas em cada um das três fases analisadas (ver Quadro VIII, na página seguinte).

Conforme se observa na cronologia dos documentos identificados, a maior frequência de um determinado tipo de documento significaria o tipo de enfrentamento do analfabetismo (ou a sua ausência) desenvolvido no Estado cearense. Assim, percebe-se que num primeiro momento há a maior presença de documentos que anunciam o discurso político oficial sobre o problema do analfabetismo, em especial as Mensagens dos Presidentes do Estado e as Constituições, com poucas referências às ações práticas adotadas.

Já no momento seguinte, observa-se movimento contrário, com maior presença de fontes que trazem à tona as primeiras ações do poder público na promoção de iniciativas de escolarização voltadas para a população adulta. Surge um número significativo de documentos que revela a criação de cursos noturnos em diferentes pontos do Estado, com destaque para a legislação relacionada ao campo educacional e para as correspondências produzidas pelos sujeitos envolvidas nessas experiências.

Na etapa final da Primeira República registra-se um retorno às práticas do início do período republicano, quando relacionado ao combate ao analfabetismo adulto. Pela própria natureza dos documentos, encontradas em sua maior parte produzida por entidades da sociedade cearense que desenvolviam iniciativas de escolarização popular, nota-se a ausência de proposta de enfrentamento ao iletramento dos trabalhadores cearenses por parte do poder público.

É, portanto, com o objetivo de melhor discutir cada um desses momentos que os capítulos seguintes são apresentados, de forma que seja possível visualizar a trajetória e as características de funcionamento das ações de combate ao analfabetismo por meio dos cursos noturnos.

Quadro VIII

Cronologia dos documentos identificados

Tipos de documentos		Mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará	Constituições Estaduais e Federal	Legislação Educacional	Correspondências	Jornais e Periódicos	Total
Períodos							
1º M O M E N T O	1889				1		1
	1890						-
	1891	1	2			1	4
	1892		1				1
	1893	1					1
	1894	1					1
	1895	1					1
	1896	1					1
	1897	1					1
	1898	1					1
	1899	1					1
	1900	1					1
	1901	1					1
	1902	1					1
	1903	1					1
	1904	1				1	2
	1905	1		1			2
	1906	1					1
	1907	1					1
	1908	1				1	2
1909	1				1	2	
1910	1					1	
1911	1				1	1	3
1912	1					1	2
1913	1						1
Subtotal		22	3	1	2	6	34
2º M O M E N T O	1914	1		1	2	1	5
	1915	1		1	3		5
	1916	1		1	4		6
	1917	1		2	4	1	8
	1918	1		3	1	1	6
	1919	1		1	5		7
	1920	1		2	1	1	5
	1921		1		1	1	3
	1922			2	16	1	19
Subtotal		7	1	13	37	6	64
3º M O M E N T O	1923				3		3
	1924					1	1
	1925	1	1	1		3	6
	1926	1	1		2	1	5
	1927	1					1
	1928	1				1	2
	1929	1		1	5		7
	1930	1					1
Subtotal		6	2	2	10	6	26
TOTAL		35	6	16	49	18	124

Capítulo II – A instrução de adultos analfabetos no início da República: entre a denúncia do problema e a ausência de práticas

Si a superioridade do homem está na inteligência – é dever do Estado cultivá-la, facilitar-lhe o desenvolvimento n'uma assistência benéfica e fecunda, porque é ella quem imprime o movimento ao progresso social.

Antonio Pinto Nogueira Accioly, 1897.

A fala do então Presidente do Estado do Ceará, Nogueira Accioly, revela o surgimento de um sentimento de valorização dado à questão da instrução do cidadão como condição essencial no desenvolvimento do País. Já nas últimas décadas do século XIX, intelectuais e políticos de diferentes correntes associavam a escolarização do povo ao crescimento econômico da Nação, alertando para a necessidade urgente de uma expansão na instrução primária entre aqueles segmentos populares até então excluídos dos bancos escolares.

A responsabilidade do poder público para com a escolarização da população tomou nova dimensão com a instalação do regime republicano e a difusão dos ideais liberais de cidadania. No entanto, o que se observou de fato foi uma onda de denúncia acerca da situação lamentável em que se encontrava a instrução pública brasileira, cujo símbolo maior eram as altas taxas de analfabetismo apontadas nos momentos iniciais do regime republicano, desacompanhado de práticas efetivas de combate a esse que começava a ser apontado como o maior obstáculo aos planos de construção de uma nova sociedade.

Foi, portanto, com o intuito de melhor compreender essa relação observada no Ceará da Primeira República, entre a presença de discursos de denúncia dos problemas educacionais, em especial a do analfabetismo, e a ausência de ações duradouras de elevação da escolarização que se comprometeu este segundo capítulo²⁹. Vale salientar que, neste primeiro momento histórico, aqui delimitado entre os anos de 1889 a 1913, as atenções voltadas para a questão da instrução primária faziam referência ao atendimento de crianças e jovens em idade escolar. Poucas foram as indicações encontradas acerca de práticas de

²⁹ A relação aqui apresentada entre denúncia e anúncio baseia-se nas idéias do educador Paulo Freire sobre a questão da participação do poder público na promoção da educação popular.

combate ao analfabetismo entre a população adulta, e quando elas existiam estavam ligadas a ações educativas promovidas pela própria sociedade.

Buscando desenvolver uma análise mais ampla das intenções proclamadas – presentes nos discursos de denúncia e nos documentos produzidos – e as práticas realmente promovidas tanto pelo poder público como pela sociedade organizada, fez-se a opção por apresentar num primeiro momento do texto uma análise do contexto espaço-temporal em que estas foram geradas. Ao apontar aspectos sociopolíticos e econômicos dos anos iniciais da República, com destaque para o cotidiano cearense do período, entende-se ser de mais fácil compreensão as causas e os desdobramentos das posturas adotadas, visando a redução das taxas de analfabetismo.

Em seguida, inicia-se o trabalho de exploração do objeto de estudo através de suas diversas manifestações. São analisadas as falas de valorização da instrução como redenção do País presentes principalmente nas Mensagens dos Presidentes de Estado e jornais da época. Na medida em que destacavam o poder mágico da escola, tais discursos apontavam o analfabetismo como principal problema nacional, gerando como consequência direta certo preconceito contra o analfabeto, em especial o adulto.

Como forma de reiterar as relações contraditórias entre o proclamado e o efetivado aqui anunciado, a situação da escola primária cearense é destacada como sendo ainda “privilégio de poucos”, embora seja alvo constante da atenção de todos os segmentos da sociedade. Além de dados estatísticos, algumas justificativas do poder público são apontadas para reforçar o descaso observado para com a instrução pública.

Diante deste cenário de conflito entre a denúncia e a ausência de práticas, algumas ações isoladas são identificadas e relacionadas ao combate ao analfabetismo adulto no Ceará republicano. Como principal iniciativa do poder público neste sentido, estava a elaboração de leis que regulassem as ações nesta área. Merecem destaque aqui os textos constitucionais (1891 e 1892) e o Regulamento da Instrução Pública (1905), por trazerem diretrizes (diretas e indiretas) sobre a escolarização da população analfabeta através dos cursos noturnos.

Para finalizar esse segundo capítulo, são identificadas algumas ações desenvolvidas pela sociedade organizada através de instituições ligadas muitas vezes à Igreja e à própria classe de trabalhadores. Tais iniciativas já existiam desde o Império, mas foi com as

transformações do século XX que as aulas noturnas mantidas por estes segmentos se fortaleceram e marcaram presença na cena educacional do Estado, ao ocupar a lacuna deixada pelo poder público na sua tarefa de oferecer oportunidade de crescimento intelectual.

Neste sentido, os anos iniciais da República podiam muito bem ser caracterizados, quando se refere ao combate ao analfabetismo adulto, como um momento de extrema contradição. Se de um lado observou-se uma denúncia da situação crítica da Instrução Pública, associada à declaração de um dever do Estado em cultivá-la e facilitar-lhe o desenvolvimento, como falou Accioly, de outro o que se viram foram poucas ações no sentido de enfrentar os baixos níveis de escolarização de nossa população.

2.1. Os primeiros anos da República brasileira: política e sociedade.

O episódio da Proclamação da República funciona como ponto inicial da presente investigação, por trazer um significado marcante no processo de modernização que o País já iniciara havia algumas décadas. No entanto, tal fato histórico não representou o apogeu de ideais renovadores, e muito menos uma ruptura com as tradicionais relações de poder.

Segundo Carvalho (1998, p: 23), o País não estava preparado para uma mudança no regime político, cujo interesse maior pertencia a determinados setores da sociedade. O povo, nas palavras do autor, “assistia aquilo bestializado sem saber o que significava, julgando tratar-se de uma parada militar”. Assim como em outros momentos da História, a grande massa não esteve à frente das principais transformações políticas deste País. Estas foram provocadas, em sua maioria, como consequência dos anseios das elites econômicas em tomar ou permanecer no poder.

A definição apresentada por Carvalho (1998) do momento da Proclamação da República, como um acontecimento estranho ao povo da cidade do Rio de Janeiro, que assistia a tudo “bestializado” pois dela não tomara parte, pode ser complementada pela análise de Basbaum (1986) que definiu o episódio da Proclamação como uma verdadeira “comédia dos absurdos”. Segundo esse pesquisador, os absurdos começaram mesmo no momento da

proclamação que, mesmo existindo um partido republicano, foi promovida pelo exército (BASBAUM, 1986, p: 14).

Assumiu o poder o Marechal Deodoro da Fonseca, oficial que esteve por toda sua vida ao lado do Imperador e que então se fazia de “novo republicano”. Este, em uma atitude antidemocrática, dissolveu o recém-formado Congresso como represália à oposição feita ao seu governo, fato que lhe levou à renúncia meses depois.

Percebe-se que a idéia de se instalar uma República no Brasil não estava ainda disseminada em toda a população. Nos momentos que a antecederam, os ideais republicanos eram defendidos apenas por uma pequena burguesia urbana, estando o povo alheio e indiferente, “preocupado com seus pequeninos problemas diários” (Ib.idem, p: 16).

A queda da Monarquia representou muito mais que uma mudança de regime político, significando também uma troca de classes no poder. A República trouxe em si os ideais de modernização e progresso almejados pelos novos setores da sociedade enriquecidos pela expansão da cultura do café e pelo progresso industrial dos centros urbanos do sudeste do País. Estes demandavam uma maior participação nas decisões políticas, orientadas até então pelos interesses dos latifundiários, de forma a proporcionar as condições econômicas para o seu crescimento.

A aristocracia rural, latifundiária, o governo dos senhores de engenho, essencialmente agrícola, fora derrubada. Assumira o poder um governo heterogêneo de homens que, pela sua formação e relações econômicas, sociais e culturais, se achavam vinculados umbilicalmente às classes urbanas, entre as quais os militares constituíam um setor senão o mais importante em números pelo menos o mais forte e homogêneo e que, além disso, dispunha de arma. (Ib.idem, p: 33).

Esta relação entre fazendeiros do café, a classe média urbana e os militares não se deu de forma pacífica durante o período da Primeira República³⁰, existindo ali certa troca de

³⁰ Basbaum divide o período de 1889 a 1930 entre Primeira República ou a “República das espadas”, como sendo relativo aos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Em seguida veio o que chamou de Segunda República ou o “reinado do café” como sendo as três décadas seguintes em que o poder esteve nas mãos da aristocracia rural do café. Adota-se, no entanto, a definição de Primeira República para todo esse espaço temporal. Sobre o período de cada Presidente da República desta fase ver Relação em apêndice II (p: 169).

interesses que os interligavam. Dentre estes setores apenas os primeiros tinham as condições favoráveis para estar à frente do poder, pois detinham os meios de produção.

O café tornou-se a nova fonte de riqueza do País, trazendo os recursos que favoreceram o desenvolvimento do setor industrial, em especial no Estado de São Paulo. A cultura do café fez crescer uma nova classe de proprietários de terra. Mais próspera, mais rica e poderosa, esta apresentava pretensões políticas claras: queria participar das decisões de forma a traçar os rumos da economia no sentido que a favorecesse. E assim o fez até 1930.

Os antigos proprietários de terra que outrora comandavam o País, no entanto, não desapareceram totalmente. Apesar do relativo empobrecimento de alguns deles, o que se observou foi a transformação de sua forma de atuar no cenário político. Saía de cena o senhor de terras e surgia um novo ator político, o coronel.

O fazendeiro se transformava em coronel. Já não ia às cortes como deputado. Delegava poderes ao filho, ao genro bacharel, enquanto ele se deixava ficar na sua cidadezinha “a fazer política”(...). Em suas mãos estava toda a lei, a polícia, o escrivão, o juiz, os votos e as atas eleitorais feitas nos gabinetes. Desses gabinetes saíam os deputados, os senadores, os presidentes da República (...). Para o primeiro [o antigo proprietário de terras] **a lei era ele**. Para o coronel, **a lei é dele** (...). Todos os instrumentos do poder legal **são seus**: o delegado; o juiz; o escrivão; os eleitores; os votos; as urnas; tudo obedece ao seu comando. [Grifos nosso] (Ib.idem, p: 147-8)

O coronelismo, expressão forte de uma cultura política patriarcal que caracterizava a formação do País, apesar dos discursos de renovação e modernização proferidos com a República, teve nela mesma os condicionantes adequados para o seu fortalecimento. Foram os próprios mecanismos eleitorais representativos adotados pelo governo republicano que favoreceram a existência dos coronéis e das oligarquias.

Constituíam-se uma “máquina eleitoral” que se disseminava por todas as regiões do País, cujas engrenagens eram movidas pela corrupção, a fraude e o nepotismo. Envolvia todas as esferas do poder, desde a eleição do Presidente da República até as consultas para o cargo de prefeito municipal.

Era como uma pirâmide em cujo ápice se encontrava o Presidente da República (...), e na base do arcabouço, o coronel e a sua família, amigos, parentes e dependentes, constituindo as famosas oligarquias estaduais, pequenos Estados dentro do Estado (...). Os chefes desses clãs, espécie de caudilhos locais, eram conhecidos e respeitados. Sua força estava no domínio da terra e da vida dos que nela habitavam mercê da sua graça. (Ib.idem, p: 190)

Essa estrutura política prolongou-se até 1930, mas não foi desarticulada. A influência de muitos desses coronéis e políticos permaneceu em seus Estados no instante em que articularam com a nova classe dominante como forma de manter seus privilégios e continuar no comando, mesmo que indiretamente.

No Ceará, o poder das oligarquias e do coronelismo foi observado durante todo o período inicial da República. Os mesmos grupos políticos que dominavam a política local durante a fase final do Império permaneceram ativos no novo regime, travando lutas constantes pelo poder estadual. O conservadorismo político da sociedade cearense contrastava-se com a renovação cultural observada em diversos momentos desta fase da história local, através dos movimentos intelectuais e da reorganização arquitetônica da capital do Estado.

2.1.1. O Ceará republicano: a tradição das oligarquias frente às transformações socioculturais.

Assim como no restante do País, o advento da República pegou de surpresa a sociedade cearense. A classe política, inclusive os poucos republicanos aqui existentes³¹, não esperava para aquele momento o fim da Monarquia. Isto, no entanto, não representou, pelo menos de imediato, uma ruptura substancial no cenário político.

Os grupos oligárquicos que comandavam a política local até então foram afastados temporariamente, com a ascensão dos militares à presidência do Estado³². Logo as antigas

³¹ O primeiro Clube republicano criado no Ceará foi o da cidade de Aracati, no ano de 1870. Somente meses antes da Proclamação foi que a capital Fortaleza organizou a sua agremiação.

³² Foi indicado como primeiro Presidente do Estado o tenente-coronel Luís Antonio Ferraz, fato repetido outras vezes ao longo das quatro décadas seguintes. Ver relação dos Presidentes de Estado em Apêndice III, página 170.

oligarquias perceberam que, para retomarem o poder decisório, teriam que promover outras alianças e se adequarem à “nova” realidade³³.

Neste cenário de incertezas, Antonio Pinto Nogueira Accioly despontou como grande líder político local. Aproveitando o fato de aqui não existir um movimento republicano bem-estruturado e consolidado, Accioly conseguiu promover as alianças que melhor lhe favorecessem, levando-o rapidamente à chefia do Estado, cargo que ocupou por três mandatos (ANDRADE, 1994, p: 214).

Por suas características autoritárias e nepotistas, o período que vai de 1896 a 1912 ficou conhecido como “oligarquia acciolina”. A sua existência, segundo Farias (1997), foi possibilitada graças à própria ordem política nacional, através do auxílio promovido pela “política dos governadores” e de uma rede de coronéis que lhe amparava no interior do Estado, além das relações estabelecidas com grupos econômicos locais.

Em retribuição ao apoio recebido, o oligarca beneficiava seus aliados com a indicação a cargos públicos e práticas corruptas e fraudulentas. Todavia, a crítica ao seu governo tornava-se cada vez mais forte, com o aumento do descontentamento entre diversos setores da sociedade cearense diante dos constantes escândalos de fraude nas eleições e da adoção de posturas violentas contra aqueles que lhe faziam oposição.

O auge da insatisfação aconteceu em 1912, quando Accioly já planejava a indicação de seu sucessor para a Presidência do Estado. Diante da possibilidade deste permanecer à frente das decisões políticas, mesmo que indiretamente como acontecera outrora³⁴, um levante popular foi organizado nas ruas da capital.

Como forma de alavancar a candidatura de Franco Rabelo como representante da oposição, passeatas foram organizadas no centro de Fortaleza que, em sua maioria, foram reprimidas com austeridade e violência pela força policial. Destacou-se entre essas

³³ Segundo Farias (1997, p: 117-8), no período anterior à República, a política cearense era disputada por quatro facções oligárquicas: os *liberais pompeus*, liderados por Antonio Pinto Nogueira Accioly; os *liberais paulas* comandados pelo Conselheiro Antonio Rodrigues Junior; os *conservadores miúdos* capitaneados pelo Barão de Aquiraz; e os *conservadores graúdos* liderados pelo Barão de Ibiapina. Após o 15 de novembro, tais grupos se reorganizaram, inclusive com a adesão de alguns republicanos tradicionais, surgindo outros grupos, com destaque para os chamados *cafinfins* e *maloqueiros*.

³⁴ O governo de Pedro Borges (1900-1904) ficou conhecido como “governo fantoche” pelo acordo feito com Accioly para que este continuasse os projetos e decisões do oligarca mediante o seu apoio nas eleições para o Senado (FARIAS, 1997, p: 125).

manifestações contra Accioly a *Passeata das Crianças*³⁵, por seu desfecho trágico que incendiou ainda mais os ânimos na cidade.

Os dias que sucederam esse episódio foram marcados pelo acirramento dos conflitos, principiando uma revolta armada e popular, só terminando com a deposição do Presidente do Estado, em 24 de janeiro daquele ano. Percebendo que já não contava com condições mínimas de manter-se no poder e de garantir a integridade física de sua família, Accioly decide negociar sua renúncia e retirar-se imediatamente para o sul do País.

A sua saída de cena não representou o fim da influência. A presença de Accioly se fazia sentir através dos seus aliados que aqui permaneceram, principalmente na região norte do Estado. O que se observou, no entanto, foi o desenrolar de uma crise no sistema oligárquico cearense.

Esta crise caracterizou-se pela luta de vários grupos de oposição contra o grupo oligárquico que governava em 1912 (...). A luta culminou com a intervenção federal em 1914. Depois deste episódio não houve mais oligarquia monopolítica na Ceará. Não ocorreu deste então o monopólio de um só grupo, mas sim uma composição de forças políticas gerando-se uma nova forma de domínio oligárquico (SILVA, 1994, p: 235).

A eleição de Franco Rabelo só foi possível devido ao apoio recebido do Presidente da República Hermes da Fonseca. Com o intuito de enfraquecer as oligarquias estaduais e levar ao poder os seus aliados, implementou-se em seu governo a “política da salvação”. Esta não representou um movimento político anti-oligárquico, visto que outros grupos foram formados (Ib.idem, p: 237).

Insatisfeitos com os rumos tomados no Estado, os antigos acciolinos, comandados por Floro Bartolomeu³⁶, articularam um plano para depor Franco Rabelo. Tendo a região do Cariri como palco central, políticos e coronéis se uniram através do levante de suas tropas de

³⁵ Contando com a presença de 600 crianças, todas vestidas de branco, com enfeites verde e amarelo e um medalhão de Franco Rabelo, a passeata aconteceu em 21 de janeiro de 1912. Diante dos olhos de uma multidão, uma verdadeira cena de batalha foi promovida pela cavalaria avançando contra os manifestantes. Pessoas foram pisoteadas, tiros foram disparados e uma criança foi morta (ANDRADE, 1994, p: 229).

³⁶ Médico e jornalista, Floro Bartolomeu era o grande aliado de Padre Cícero em suas questões políticas. Com o apoio do religioso, foi eleito deputado estadual e federal tornando-se a principal liderança no período da deposição de Franco Rabelo (RAMOS, 2007, p: 359).

cangaceiros, jagunços e devotos de Padre Cícero³⁷ e seguiram em direção à capital, num episódio conhecido como “Sedição de Juazeiro”.

Para a história política do Ceará, a “Sedição de Juazeiro” é mais um conflito entre as classes dominantes, mais uma luta pelo poder, constituída por interesses particulares e de grupos políticos ou econômicos. Para os que lutaram em defesa de Juazeiro, a “Guerra de 14” assumia vários significados (...). Muitos acreditavam que se tratava de uma guerra em nome de Deus (...). Além disso, entre devotos ou não, muitos combatentes eram cangaceiros ou “capangas” dos coronéis do Cariri. Para esses, o conflito significava mais uma luta entre patente, na qual deveriam exercer suas profissões, manifestando habilidades para atirar no inimigo e defender-se do pipocar de balas (RAMOS, 2007, p: 361-2).

Com a intervenção do Presidente da República, com quem Franco Rabelo já havia rompido, o conflito armado entre os rebelados juazeirenses e os rabelistas foi finalizado, com a vitória do grupo aliado ao antigo acciolismo. Nos anos seguintes, a cena política tranquilizou-se. Porém, o Estado permaneceu sob as rédeas das tradicionais lideranças agrárias, sem haver, contudo o domínio monolítico de nenhuma delas.

Em contraposição a esse conservadorismo na política, o Ceará foi também marcado pelas inovações no âmbito cultural. Mesmo diante da permanência de práticas arcaicas entre os políticos locais, e mesmo como reação a tudo isso, uma pequena elite conseguiu inovar e propor novas idéias acerca do cotidiano.

Destacaram-se os movimentos literários criados desde os fins do século XIX, como a Academia Francesa do Ceará³⁸ e a Padaria Espiritual³⁹. Composta em sua maioria por jovens que buscavam uma nova proposta para as letras cearenses, essas agremiações literárias traziam em si um sopro de renovação para a cultura local, sendo reconhecidas nacionalmente.

³⁷ Após o episódio do “milagre” da hóstia que se tornou sangue na boca da beata Maria do Egito e seu afastamento das funções religiosas, Padre Cícero Romão Batista (1844-1934) dedicou-se às questões políticas, tornando-se uma das figuras mais respeitadas do período, ocupando diversos cargos políticos. Foi o primeiro prefeito da cidade de Juazeiro do Norte-Ce e vice-presidente do Estado. Unindo sua imagem de santo milagroso e a suas habilidades políticas, Padre Cícero conseguiu mobilizar durante toda a sua vida, e mais ainda após sua morte, multidões de sertanejos devotos a sua pessoa, transformando a cidade de Juazeiro num dos principais pólos econômicos da região e um dos maiores centros religiosos do país. Para maiores informações sobre Padre Cícero e o episódio da “Sedição” ver Ramos (2007) e NETO (2009).

³⁸ Criada em 1872 por Tomas Pompeu, Rocha Lima, Capistrano de Abreu entre outros, essa agremiação literária tinha o objetivo de promover o ideário científico e evolucionista entre os grupos letrados da capital.

³⁹ Movimento intelectual desenvolvido no Ceará entre 1892 e 1898, foi criado por Antonio Sales e destacou-se por sua irreverência. Ao criticar os costumes e atitudes da burguesia local, através das publicações de seu folhetim *O pão*, os padeiros implantaram uma postura artística que só seria retomada tempos depois com a Semana de Arte Moderna em 1922.

Além de tudo isso, a irreverência estava presente nas demais esferas da sociedade. Expressão máxima da molecagem e da reação dos cearenses às práticas disciplinarizantes implementadas na capital através do projeto de modernização, o fenômeno do “*Ceará moleque*” se personificou através da divulgação de alguns “tipos populares” que estavam presentes nos espaços públicos da cidade (PONTE, 2007, p: 189).

Tais fatos tinham como pano de fundo uma cidade que impulsionava essa proposta de inovação. A capital, Fortaleza, passava também, desde a década de 1860, por profundas transformações na sua arquitetura, através de um projeto que objetivava levá-la à “civilização”.

Face ao realinhamento do Brasil nos quadros do capitalismo que então se mundializava, as principais cidades brasileiras, incluindo Fortaleza, não escaparam a esse processo de mudança. A partir do século XIX, tornaram-se alvos de discurso, medidas e reformas que procuravam alinhá-las ao modelo europeu de modernização urbana (...). Para tanto, não bastaria apenas dotar a cidade de equipamentos e serviços modernos: era necessário “civilizar” e “domesticar” a população, sobretudo os setores populares, cujos hábitos e costumes eram tidos como rudes e selvagens pelos agentes daquele processo civilizador (Ib.idem, p: 13).

Fortaleza, ao longo da Primeira República, desenvolvia-se cada vez mais, contando com equipamentos fundamentais para atender as crescentes demandas econômicas e sociais⁴⁰. Ampliada a sua população de forma expressiva nas três primeiras décadas do século XX (Ver Tabela I), a capital cearense contava com uma economia baseada no comércio, com o setor industrial ainda em expansão.

Tabela I

Crescimento populacional no Brasil, no Estado do Ceará e na capital, Fortaleza, no período de 1900 a 1930

Ano	Brasil	Ceará	Fortaleza
1900	17.318.556	849.127	48.369

⁴⁰ Segundo Ponte (2007), Fortaleza adquirira muitas melhorias neste período. Suas ruas foram alinhadas e alargadas, avenidas foram construídas e a iluminação pública passava a ser feita por meio de gás carbônico. Ainda em 1880, eram inauguradas duas grandes obras que traziam ares de progresso: o bonde elétrico e o Passeio Público. O centro da cidade tornava-se cada vez mais semelhante às cidades francesas com a construção de cafês e amplos jardins nas suas praças, sendo a Praça do Ferreira o espaço ideal para as agitações políticas e culturais do período.

1905	19.988.183	949.772	56.422
1910	23.151.669	1.062.347	65.816
1915	26.754.757	1.188.264	73.223
1920	30.635.605	1.325.827	79.184
1925	34.063.243	1.428.382	112.549
1930	37.625.436	1.536.738	126.666

Fonte : IBGE. Séries Estatísticas Retrospectivas. Volume 1, 1986a.

Esse período de modernização, também denominado por Ponte (2007) como *Belle Époque*, entra em declínio já em meados da década de 1910, em virtude do acirramento dos conflitos políticos antes analisados, mas sobretudo pelos constantes períodos de estiagem que fragilizaram a economia local.

Imagem II

Bonde elétrico no centro de Fortaleza



Fonte: Site <http://cearadeluz.50webs.com>. Acesso em 20 de abril de 2009.

Diante do que foi exposto, os momentos iniciais da República podem ser definidos como um período de contradições, permanências e mudanças. Ao mesmo tempo em que se proclamavam anseios de modernização do País com a defesa de ideais de democratização e civilidade, conservavam-se antigas práticas políticas ligadas à oligarquia. Foi, pois, neste

contexto de incoerência que a questão da instrução tomou lugar de destaque nos discursos da nova sociedade republicana.

2.2. Valorização da instrução primária nos anos iniciais da República.

A questão da instrução primária no Brasil pode ser apontada como alvo relativamente recente entre as prioridades do poder público. No entanto, desde as últimas décadas do período imperial, com a disseminação dos ideais liberais entre políticos e intelectuais, a instrução da população que não poderia pagar por este benefício passou a ser alvo constante dos debates que antecederam à proclamação do novo regime político.

Acreditavam os liberais que somente a elevação da escolarização dos cidadãos poderia colocar o País no mesmo patamar das nações mais desenvolvidas. A instrução primária passou, então, com o advento da República, a ter destaque nas propostas políticas desenvolvidas pelos representantes do poder público.

No Ceará, uma das primeiras referências claras entre instrução e prosperidade foi produzida ainda em fins do século XIX por Nogueira Accioly. Sob forte inspiração liberal, seu discurso destacava a importância da instrução pública como condição essencial para que o povo atingisse o progresso social.

A verdadeira causa desse zelo pela difusão do ensino é que a fonte essencial da prosperidade de um povo, o seu futuro provém do grão de instrução e de educação a que póde atingir – que a gloria, a prosperidade de uma nação dependem de sua cultura intellectual e moral – que a escola hoje mais que nunca, é considerada a garantia necessária da ordem social, e na ignorância, o eterno inimigo dos povos, é que está hoje o perigo. (CEARÁ, 1898, p: 12)

Apesar de continuar sendo ainda por muito tempo, o que se dizia era que a escola, a partir daquele momento, não poderia ser privilégio de poucos. Essa instituição passou a representar o espaço do progresso e do combate ao grande inimigo, que era a ignorância da

população. No mesmo sentido, o seu sucessor político, Pedro Borges⁴¹, destacou que, mesmo limitado pelas dificuldades financeiras, era dever do Estado combater o problema da ignorância da população, sob pena de não permitir a tão proclamada prosperidade do País.

(...) não há assunto que, pela sua importância e vasto influxo sobre os destinos de um povo, deva mais preocupar a solicitude do governo, fazendo convergir seus esforços no sentido de melhorar e aperfeiçoar os sistemas ou métodos de ensino. Combater incessantemente a ignorância popular pela difusão do ensino e cultura do espírito humano – eis o problema, cuja solução se impõe a quantos tem o dever de se interessar, na esfera de sua responsabilidade, pela grandeza da Pátria. A prosperidade de cada país – “anda paralelamente com a instrução pública; sobe, desce ou estaciona com ella, havendo sempre entre esses dous factores uma conjunção incontestável que apresenta o carácter authenticico de causa e effeito” (Idem, 1903, p: 16).

Ora, sobre este tema, é preciso aqui fazer alguns comentários acerca da relação de causa-efeito entre instrução e prosperidade, destacada nas falas desses dois políticos cearenses. Segundo Saviani (2008, p: 177), os primeiros momentos da República foram marcados pelo “debate das idéias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização”. A defesa da elevação da escolarização justificava-se, naquele momento, pela necessidade de ampliação do contingente eleitoral.

No cenário político da Primeira República, o ideário liberal difundido estava constituído sob dois elementos principais: o da representatividade e o da justiça, sob os quais girava a luta para alterar o sistema de representação política vigente, cujo símbolo mais forte era a denominada “política dos governadores”. Era preciso transformar, através da escola, a grande massa de indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, ampliando, assim, a participação política.

A criação de mais escolas foi apontada, desta forma, como o primeiro elemento para que se elevasse o grau de instrução da população. No entanto, esse era um desafio enorme diante das restrições financeiras apresentadas pelo poder público que, ao mesmo tempo em que proclamava os benefícios da educação escolar, não poderia oferecê-la para todos aqueles que não podiam pagar por tais serviços.

⁴¹ Pedro Augusto Borges nasceu em Fortaleza-Ce, era médico e militar. Esteve à frente do Estado do Ceará entre 1900 a 1904.

Em oposição à essa valorização do poder transformador da instrução, foi observada em alguns momentos certa estagnação nos números obtidos pelas escolas públicas. Apesar do empenho declarado pelo Estado em expandir o ensino primário, os resultados estatísticos chamam atenção para as taxas de matrículas e frequência dos alunos⁴².

Novamente Accioly revela que, mesmo ampliando o contingente de escolas, em especial no último quarto do século XIX, as matrículas não corresponderam de modo proporcional, verificando-se o que ele denominou de um “espectaculo de uma população que si não instrue, e na qual parece se ir debilitando o estímulo educativo” (Idem, 1905, p: 15). Mesmo com os esforços dispensados pelo Estado, segundo declaração de seu representante, o que chama atenção é o fato de que este, em seu discurso, tentava passar a idéia de que era a própria população que não via a instrução como fator de desenvolvimento e progresso individual.

Outras causas também foram apontadas para explicar esse fenômeno, tais como a falta de estímulo e formação entre o professorado e a ausência de fiscalização nas escolas, que em sua maioria eram deficientes de materiais pedagógicos e de estrutura física adequada ao bom funcionamento e higiene. No entanto, são as causas de “ordem moral” apontadas pelo Presidente do Estado que interessam aqui, ao contrapor o discurso de valorização da instrução proferido, inclusive por ele mesmo. Na Mensagem de 1905, esses aspectos morais foram identificados como relativos a um certo “quebramento da confiança” nos efeitos educativos e regeneradores do ensino primário, além da falta de hábito de leitura entre a parcela daqueles que sabem ler e escrever, percebido como “hábitos illiteratos” dessa população (CEARÁ,1905, p: 18 e 24).

A compreensão dessas afirmações deve, pois, ser feita tendo em vista as características da sociedade cearense daquele momento, visto que, no início do século XX, o Ceará era um dos Estados mais carentes do país, marcado por questões políticas e dificuldades financeiras. Com uma população de quase 850 mil habitantes, na sua maioria moradores das regiões rurais, apenas 15% da população encontrava-se alfabetizada, sendo, portanto, como o restante do País, abalado pelos altos índices do analfabetismo.

Neste cenário, a instrução para a grande maioria dos cearenses que não tinham acesso aos bancos escolares ainda não era vista com fundamental, longe da sua realidade cotidiana.

⁴² Ver Quadro de Movimentação escolar no Apêndice I (p. 168).

Também entre aqueles que a ela tiveram acesso não se observava o hábito da leitura, muito pela ausência de bibliotecas e pela dificuldade de aquisição de livros ou jornais.

Nesse processo de desvalorização da instrução, Accioly também destacou como agravante as características da própria escola e do modelo pedagógico empregado como fatores que afastaram os alunos.

Accresce que o saber ler e escrever, desacompanhado de aplicação utilitária e imediata, continua a ser para a grande massa sertaneja **adorno pessoal de penosa e difícil aquisição.**

Por sua vez os methodos pedagógicos empregados são exhaustivos e contrários á psychologia infantil, por se basearem preferencialmente na supremacia da memória (...).[Grifos nossos] (Idem, 1908, p: 18).

Tendo como parâmetro as realidades educacionais de outros países, Accioly continua desmistificando o que chamou de “mágico poder da instrução primária”, ressaltando que “o simples conhecimento de caracteres graphicos, de suas combinações prosódicas e syntaticas – o saber ler e escrever – não affecta senão a faculdade retentiva da criança, sem accrescentar-lhe noções que ella não tivesse previamente adquirido na família ou na rua” (Idem, 1905, p: 20).

Mesmo diante de tais afirmações, a difusão da instrução primária continuava a ser a principal bandeira dos políticos republicanos, expressa principalmente pelo grande número de reformas dos sistemas escolares proposto em diversos Estados do País e pelo poder central da União. Seja através de mudanças pontuais ou mesmo uma reformulação profunda dos sistemas educativos, objetivava-se com tais reformas, em sua grande maioria, o enfrentamento do analfabetismo. É assim, portanto, que o fenômeno do iletramento passou a ocupar lugar central nas discussões de políticos e intelectuais no momento em que foi apontado como a origem dos problemas nacionais de ordem socioeconômica

2.2.1. O analfabetismo como questão central no debate da instrução primária.

O discurso de modernização começa a ser proferido no Brasil ainda no Império, com a difusão dos princípios positivistas. Com a República, criaram-se as condições favoráveis para a sua execução, em virtude dos anseios de construção de uma nova estrutura social, baseada na urbanização e no desenvolvimento industrial.

O poder econômico havia algumas décadas vinha deixando de ser rural e dirigia-se aos centros urbanos, que se expandiam cada vez mais, impulsionados pelo crescimento populacional e, principalmente, pelo desenvolvimento de suas indústrias (BASBAUM, 1986). As antigas habilidades trazidas pelos cidadãos do campo já não respondiam às novas demandas da sociedade que buscava se modernizar.

Faziam-se necessários outros saberes ligados à noção de civismo e higiene, às tecnologias e aos avanços científicos que só a escola poderia oferecer. Aquele que não dominasse os rudimentos da leitura e da escrita – condição primeira para aquisição daqueles outros saberes – pouco poderia contribuir para a reconstrução da sociedade brasileira. Neste sentido, a instrução das camadas populares assumia lugar de destaque entre os que defendiam esse projeto. Saber ler e escrever tornavam-se habilidades essenciais para a vida numa sociedade que propunha ser democrática e civilizada (RIBEIRO, 1982, p: 79).

Com uma população de pouco mais de 17 milhões de habitantes, o Brasil iniciou o século XX com um grande déficit na instrução primária. Segundo dados oficiais do período (IBGE, 1986b), 85% da população era de analfabetos (ver Tabela II), taxa que colocava o País numa posição vergonhosa diante de outras nações que, no mesmo período já haviam universalizado o acesso à escola.

Tabela II

Classificação da população do País segundo o grau de instrução

Ano	Alfabetizados	Analfabetos	% de analfabetos sobre o total da população	% de analfabetos de 15 e mais anos sobre o total do mesmo grupo
1872	1.564.481	8.365.997	84,2	-
1890	2.120.559	12.213.356	85,2	-
1900	4.448.681	12.989.753	74,5	65,3
1920	7.493.357	23.142.248	75,5	64,9

Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Vol.03, 1986b.

Os altos índices do analfabetismo apresentados tornavam-se, pois, o grande desafio dessa sociedade que pretendia ser nova, visto não se poder falar de democracia com a exclusão de parte substancial dos cidadãos do processo político. Segundo Paiva (1987, p: 82), o modelo eleitoral adotado que restringia o voto dos analfabetos favoreceu de forma decisiva o ataque ao analfabetismo, no instante em que colocava a questão da instrução como único mecanismo de exclusão da participação eleitoral.

Políticos de diferentes correntes defendiam a elevação da instrução da população como mecanismo de ampliação da massa de eleitores. Outros, como Rui Barbosa, acreditavam que tal restrição funcionaria como oportunidade de se expandir o atendimento educacional. No entanto, as duas possibilidades não foram efetivadas verdadeiramente, ocorrendo um efeito contrário. O que se observou de fato foi a disseminação de uma visão do analfabeto como incapaz.

Até o final do Império não se havia colocado em dúvida a capacidade do analfabeto; esta era a situação usual da maioria da população e a instrução não era condição para que o indivíduo participasse da classe dominante ou das principais atividades do país (...). Somente quando a instrução se converte em instrumento de identificação das classes dominantes (que a ela tem acesso) e quando se torna preciso justificar a medida de seleção é que o analfabetismo passa a ser associado à incompetência (PAIVA, 1987, p: 83).

Neste instante, o analfabeto converteu-se no grande responsável pelo atraso do País, no momento em que corroborava, com sua ignorância, para a permanência das relações de uma sociedade obsoleta, já que não dominava as habilidades necessárias ao contexto urbano-industrial que se queria implementar. O iletramento figurava-se assim como o principal problema, do qual se originavam todas as outras questões nacionais. O combate ao analfabetismo passou desta forma a ser apontado como principal desafio do País, sendo o analfabeto o grande responsável pelo estado em que se encontrava a Nação.

Esta concepção perpassa toda a Primeira República, estando presente também nos relatos da elite política local. Transcrevendo as palavras do Secretario de Interior, Crezidio D'Albuquerque Martins Pereira, o Presidente de Estado, José Freire Fontenelle⁴³, trouxe pela

⁴³ José Freire Bezzerril Fontenelle nasceu em Viçosa-Ce, formou-se em Engenharia, Ciências Físicas e atuando também como Militar, sendo o Presidente do Estado entre os anos de 1892 a 1896.

primeira vez numa gestão republicana a questão do analfabetismo no Ceará, ao se cogitar a criação de um imposto a ser cobrado dos pais que não mandassem suas crianças à escola.

Prestaríeis relevante serviço si legislásseis no sentido de tornar, de facto, obrigatório o ensino elementar, instituindo um imposto ao analfabetismo, que pode-se fazer recahir directamente sobre os paes que não mandam seus filhos às escolas, applicando o que se arrecadar em beneficio da própria instrucção. Sem essa espécie de penalidade não se conseguirá jamais sahir da triste e deprimente percentagem de 80% dos que não sabem ler (CEARÁ, 1895, p: 14).

Nota-se, desta forma, que somente penalizando os pais se conseguiria combater esse problema, que atingia a quase totalidade da população. Havia aqui uma tentativa clara de transferir a responsabilidade da situação para a família, subentendendo que o Estado já fazia a sua parte.

Observa-se que a imagem disseminada do analfabeto neste período era de caráter depreciativo, caracterizando-o negativamente diante das propostas de mudança e modernização. Em uma passagem das mensagens analisadas, o analfabeto adulto foi associado a “mendigos intellectuaes”, a quem seria preciso oferecer oportunidades de instruir-se, apontado como “unico remédio heróico contra o funesto morbus do analfabetismo” (Idem,1911, p: 18).

Ao trazer junto de si “a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos”, o analfabetismo era denunciado por incapacitar a população para um “grande número de profissões, atraso nos processos agrícolas e nos das indústrias que lhe são conexas” (NAGLE, 2001,p: 137). A solução apontada era a disseminação da instrução primária como único mecanismo de incorporar grandes setores da população ao caminho do progresso nacional.

Esta crença no poder transformador da escola, denominada por Nagle (2001) de “entusiasmo pela educação”, esteve presente ao longo de quase toda a Primeira República, através de discursos e propostas educacionais apresentadas e tendo subjacentes interesses políticos claros. Buscava-se, através da expansão quantitativa do sistema educacional e da disseminação dos rudimentos da leitura e da escrita, instruir a grande parcela da população que estava excluída do processo político, dando-lhe condições de votar. Pregava-se um valor

civilizador na simples transmissão do ABC como mecanismo de modificar as relações sociais existentes.

Novamente retomam-se as palavras de Accioly, para se dar noção do desafio posto ao governo. Diante da difícil tarefa de combater o analfabetismo entre a população cearense, que chegou a atingir a proporção de 85%, o Presidente registrou que

Este facto [aumento das matrículas] demonstra que se vai rebustecendo o espírito de todos a compreensão de que, sem os rudimentos da instrução escolar, é falha a educação domestica, e que o não saber ler constitue uma **inferioridade moral**, que dificulta a aquisição dos meios essenciaes á vida pela forma porque estão organizadas as funcções sociaes. (Idem, 1909, p: 17).

Tais concepções depreciativas apontadas acerca do analfabetismo e do indivíduo analfabeto estavam disseminadas em toda a sociedade da época e não somente entre os políticos. A imprensa desempenhava papel importante na difusão desses novos valores, buscando ratificar as idéias proferidas por aqueles setores que representava.

Em artigo publicado no periódico “Jornal do Ceará”, no ano de 1904, o jornalista J. Bonfim alerta os cearenses para as consequências do analfabetismo para a construção de uma democracia.

Um povo em semelhante condições é simplismente uma machina, que se move para a directa e para a esquerda, á mercê da vontade de um terceiro.
Quem quer ser mandado em plena democracia, sem conhecer o fim que deve attingir, sem levar a consciência da responsabilidade de sua acção?
Quem quer descer ás profundezas do abysmo, conduzindo a bandeira do erro, perpetuando a memória de sua loucura no pequeno quadrilátero de um cárcere, escrevendo em suas paredes estas tristes palavras? _Tudo está perdido!
Ninguém, certamente (JORNAL DO CEARÁ, ano I, nº 22, 25/04/1904).

Alertando para a urgência de uma transformação na realidade da instrução popular agravada pela ausência de intervenções do poder público, no sentido de ampliar o número de estabelecimentos destinados ao ensino da leitura e da escrita, o autor proclama a população a tomar para si tal responsabilidade.

(...) uma vez que entre nós ainda não há escolas populares, estes estabelecimentos tão úteis, tão necessários, verdadeiros baluartes em prol do bem-estar da nação; atalhos contra a inercia e o crime; trabalhem neste sentido e façamos de nossas tendas de trabalho outras tantas escolas onde o povo aprenda a ler e a pensar e por este caminho chegue a conhecer a constituição de seu paiz o papel que representa na sociedade em face da lei (Ibdem).

De uma forma geral, foi comum encontrar nos documentos identificados menções à necessidade de aumentar o grau de instrução dos cidadãos, seguidas do alerta das alarmantes taxas de analfabetismo, que colocavam o Estado em posição de inferioridade a outras regiões do País. Todos os Presidentes destacavam seus esforços no sentido de estender o contingente de instituições escolares ao maior número de localidades possíveis. No entanto, muitos foram os obstáculos enfrentados neste sentido, provocando resultados pouco animadores.

2.2.2. A escola primária cearense como privilégio de poucos.

A história da educação cearense tem sido objeto cada vez mais recorrente entre as investigações desenvolvidas nos últimos anos nos centros de pesquisa das Faculdades de Educação cearenses⁴⁴. Particularmente sobre a temática do analfabetismo entre as pessoas adultas, quase não existem pesquisas relacionadas. Assim como entre outros setores específicos da educação popular, aquele destinado aos adultos analfabetos pouco foi explorado, permanecendo ainda uma lacuna acadêmica há ser compreendida⁴⁵.

Segundo Vieira (2002, p: 136), a instrução pública cearense, nos primeiras décadas do século XX, foi alvo constante de discursos inflamados sobre a sua situação preocupante em contraposição à crença no poder mágico das reformas propostas. Aos governos republicanos eram demandadas ações imediatas, visando a redução das altas taxas de analfabetismo apresentadas, que colocavam o Ceará entre os Estados com os piores índices educacionais do País.

⁴⁴ Como principais referências utilizadas nesse estudo estão os estudos desenvolvidos por Madeira (1999), Cavalcante (2000 e 2002), Nogueira (2001), Vieira (2002), Diniz (2008) e Feitosa (2008).

⁴⁵ A única pesquisa identificada nas Universidades cearenses sobre a questão da escolarização da população adulta no início do século XX foi a Tese de doutorado de Irenildo Carlos (2005) sobre os discursos produzidos no Brasil sobre a EJA.

Proporcionalmente à expansão populacional, o número de pessoas que não sabiam ler nem escrever ampliava-se cada vez mais, demonstrando ineficácia nas ações propostas pelo poder público, no sentido de minorar esse quadro, conforme se observa na Tabela III a seguir.

Tabela III

Classificação da população cearense, segundo o grau de instrução

Ano	Alfabetizados	Analfabetos	% de analfabetos sobre o total da população	% de analfabetos de 15 e mais anos sobre o total do mesmo grupo
1872	79.607	642.079	89,0	-
1890	108.126	697.561	86,6	-
1900	184.903	664.224	78,2	71,6
1920	245.966	1.073.262	81,4	72,8

Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Vol.03, 1986b.

A escola primária cearense mostrava-se naquele momento incapaz de cumprir sua função social de oferecer instrução à população. Contando com um número insuficiente de unidades escolares e orientadas por métodos educacionais tradicionais, o sistema educacional cearense não era capaz de atrair a grande demanda então existente.

Embora naqueles tempos as escolas fossem muito reduzidas, muito limitadas, havia uma escola num bairro ou noutro, escolas públicas com professora (...). As classes eram limitadas – 15 a 20 alunos, porque não havia muita concorrência. Ninguém tinha interesse em se alfabetizar, o interesse maior era de viver, brincar e trabalhar, mas, em todo caso, as famílias de classe média botavam os filhos na escola (...). Era um ensino muito rudimentar, era apenas o ensino das primeiras letras, depois a silabação e então a leitura. Depois havia ainda a tabuada que era uma espécie de aritmética inicial (CORDEIRO, 1996, p: 132).

As estatísticas educacionais mostram que o ensino primário nas primeiras décadas da República apresentou uma sensível expansão (ver Tabela IV). No Ceará, o número de escolas, que era de pouco mais de 200 unidades na fase final do Império, duplicou já nos anos iniciais do século XX. Houve também uma expansão no contingente de matrículas destinada ao ensino primário, chegando a ampliar em oito vezes o atendimento no mesmo período.

Tabela IV

Evolução do ensino primário no Brasil e no Ceará

Ano	Unidades escolares		Matrícula geral	
	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará
1872	4.552	227	139.321	10.390
1907	12.448	466	638.378	20.433
1937	38.829	1.247	2.910.441	81.872

Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Vol.03, 1986b.

Essa evolução das matrículas no Estado tornava-se de menor expressão, no entanto, quando comparada com o crescimento observado em todo o País no mesmo intervalo de tempo. Proporcionalmente, a expansão do ensino primário cearense foi sempre menor que aquela apresentada nos dados nacionais, demonstrando que os esforços reservados a essa questão estavam ainda aquém do que vinha sendo promovido em todo o País.

Tal fato podia ser comprovado através da permanência dos altos níveis de iletramento registrados entre jovens e adultos cearenses, permanecendo o analfabetismo como um problema mal resolvido. Mesmo com essa sensível ampliação no número de escolas e de alunos atendidos, os índices permaneceram elevados, com a exclusão de mais de 70% desse segmento da população do processo de modernização almejado para a região, por não deterem os rudimentos da cultura letrada (IBGE, 1986b). Nogueira Accioly denunciava essa inoperância das ações públicas ao afirmar que

Muitos anos há que o Ceará depende cerca de quarta parte de sua receita com a dotação deste serviço [o ensino primário], sem que daí resulte real e progressivo alargamento na instrução de seus habitantes, com o retrocesso equivalente do analfabetismo (CEARÁ, 1905, p: 15).

As razões para este fenômeno foram muitas e de variadas naturezas. Pelos relatos analisados, o desenvolvimento da instrução pública no Ceará foi prejudicado por fatores de âmbito social, econômico e político. Como dito antes, para a população carente, castigada pelas limitações da vida no sertão, a educação escolar era algo fora de seu alcance, pois a grande maioria das famílias cearenses não tinha condições financeiras para enviar seus filhos à escola, ou mesmo não via tal intento como algo necessário.

Outros agravantes foram as constantes intempéries climáticas que tanto degradavam o desenvolvimento do Estado. Nas primeiras décadas do século XX, o Ceará atravessou grandes períodos de seca, comprometendo a sua economia baseada nas atividades rurais. O governo, com limitações no orçamento, além da urgência de atender os refugiados, viu-se na tarefa de restringir suas iniciativas na área educacional.

Além do mais, os esforços dispensados a essa temática também foram afetados por conflitos políticos que marcaram a disputa pelo governo neste período. Ao se referir à postura adotada pelo poder público, Accioly revelava que o analfabetismo, definido em outro momento como “uma espécie de mácula na nossa moralidade social”, não recebeu a atenção necessária por parte da elite política e intelectual, pois esta se dedicava mais às questões partidárias, marcadas pela luta entre grupos antagônicos.

No Ceará, a opinião move-se mais lentamente em relação a esses e outros problemas de igual interesse. A intensidade das lutas políticas absorve e gasta dispersivamente o melhor da seiva mental dos seus talentos, embora todos reconheçam que os 84% de analfabetos do Estado o mantenham em plano ao baixo na escala da civilização, que talvez não encontre simile em qualquer outro paiz progressivo (Idem, 1907, p: 07).

É preciso destacar que estes conflitos políticos tinham na figura de Accioly o seu personagem central, visto este representar a principal liderança no Estado do Ceará naquele momento. Suas decisões e posicionamentos eram sempre provocadores de oposição entre outros políticos.

O longo período em que Nogueira Accioly esteve à frente do poder executivo cearense foi marcado pelo acirramento dessas lutas partidárias, culminando em sua deposição do cargo, em 1912. Ponte (2007, p:181) afirma que este fato se deu devido ao uso reiterado por parte de Accioly de “práticas nepóticas e corruptas, além do uso corriqueiro da violência contra seu crescente número de adversários políticos”.

O baixo impacto das ações do Estado no combate ao analfabetismo não foi algo específico desse momento histórico, sendo característico de toda a fase da Primeira República. Apesar do muito que foi denunciado nos discursos oficiais, o analfabetismo não foi enfrentado efetivamente no Estado, no início do século XX.

Os dados da movimentação escolar nas instituições cearenses de ensino primário trazem à tona esse fato. Entre os anos de 1889 a 1930, a quantidade de vagas oferecidas não foi suficiente para atender a grande demanda existente. Mesmo com o número de escolas ampliando em 61,5%, acompanhada da expansão das matrículas em mais 160%, o Ceará não conseguiu assegurar o direito à educação aos seus cidadãos⁴⁶. Somente uma pequena parcela da população em idade escolar estava matriculada, e apenas 61% realmente conseguia concluir o ano letivo.

Detendo-se apenas às estatísticas apresentadas nas próprias Mensagens dos Presidentes⁴⁷, observa-se a inoperância do Estado em cumprir seu dever de assegurar a todos os cearenses uma instrução primária gratuita⁴⁸. A escola cearense continuava marcada por sua falta de eficiência ao não conseguir manter o aluno em sala de aula.

Os índices de evasão nas escolas primárias cearenses chegavam, em determinados períodos, a quase metade das matrículas registradas. Isso em muito, como dito antes, devia-se ao ensino pouco atrativo e, sobretudo, às dificuldades enfrentadas pelo próprio estudante que não tinha as condições necessárias para frequentar por um longo período a escola.

Como consequência direta da ineficiência que assolava a sua instrução pública, o Ceará possuiu ao longo de toda a Primeira República um das mais baixas taxas de escolarização do País, permanecendo com um índice de 80% de analfabetos entre seus habitantes.

Considerando apenas a população adulta que não conseguiu se alfabetizar, essa discussão acerca da ineficiência escolar tomou outras proporções. Percebeu-se, contudo, que, apesar da atenção direcionada ao público infantil em idade escolar, o Estado não desenvolveu iniciativas de combate ao analfabetismo também entre os trabalhadores com 15 anos idade ou mais e delegou essa tarefa à própria sociedade civil, que ocupava cada vez mais essa lacuna deixada pelo poder público, através da criação e manutenção de cursos noturnos.

Nas Mensagens dos Presidentes do Estado poucas foram as referências identificadas sobre a existência e o funcionamento desses cursos noturnos. De uma forma geral, isso

⁴⁶ Segundo estatísticas trazidas nas Mensagens dos Presidentes, ao longo dessas quatro décadas o tamanho da rede de ensino cearense passou de 267 em 1889 para 434 quatro décadas depois instituições de ensino primário, atendendo, no início dos anos de 1930 a mais de 31 mil alunos.

⁴⁷ Ver Apêndice I (p: 168).

⁴⁸ Essa questão será melhor explorado no tópico seguinte.

reforça a sua pequena expressividade no sistema educacional cearense, marcado pela ineficiência. Comprova-se tal fato por meio da fragilidade dos dados trazidos pelo próprio governo, quando, em 1906, apresentou os números da matrícula do ensino primário.

Esses algarismos não compreendem a totalidade dos alunos inscriptos nos estabelecimentos de ensino primário, pois que, além da matrícula nos cursos públicos, cumpre adicionar a dos collegios, escolas particulares e nocturnos em diferentes localidades. Não será exagerado admitir-se que a matrícula real de creanças e adultos em todos os institutos de instrução elementar atinja a 15.000 (Idem, 1906, p: 15).

Na incerteza dos dados, estava a ausência dos números relativos às escolas noturnas, que quase não eram destacadas nas estatísticas apresentadas no período, aparecendo, quando muito, esmaecidas no total do ensino primário. Este fato dificulta a compreensão da atuação exata desses cursos e sua abrangência no cenário educacional do início do século XX.

Diante disso, propôs-se aqui uma análise do pouco que foi realizado pelos dois segmentos sociais. Da parte do Estado, não se identificou nenhuma iniciativa relacionada à criação e/ou a manutenção desses cursos noturnos, ocupando-se apenas na sua tarefa de traçar as diretrizes de como estes deveriam funcionar. Coube, então, aos próprios trabalhadores, auxiliados por intelectuais e pela Igreja, desenvolver as suas oportunidades de escolarização. Essas diferentes posturas de enfrentamento do analfabetismo serão analisadas nos tópicos seguintes desse capítulo.

2.3. A Legislação produzida no período e os impactos sobre a instrução primária de adultos.

Como dito anteriormente, esse primeiro momento da República foi marcado pela contradição entre o movimento de valorização da instrução primária, revigorado pelo anúncio da luta contra o analfabetismo, e a ausência de práticas efetivas para a sua concretização. Neste cenário, as posturas assumidas pelo poder público em muito contribuíram para o agravamento de tal incoerência.

De um lado, o Estado colocava-se como responsável legal pela promoção dos direitos da população à escola, ao mesmo tempo em que esta responsabilidade restringia-se apenas a uma parte do contingente dos que demandavam o seu acesso. Os esforços públicos voltados a jovens e adultos sem instrução, de uma forma geral, estavam ligados à sua função de legislar e traçar diretrizes de funcionamento das possíveis iniciativas que viessem a ser desenvolvidas.

Como principais leis propostas nas duas primeiras décadas da República que surtiram algum tipo de impacto (direto ou indireto) sobre essa temática, estavam as Constituições Federais (1891) e Estaduais (1891 e 1892), além do Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará (1905). Este, ao abordar em seção específica o funcionamento dos cursos noturnos e dominicais, surge como a primeira iniciativa do governo republicano local voltada para a escolarização dos trabalhadores cearenses analfabetos.

2.3.1. As Constituições republicanas e o combate ao analfabetismo adulto.

A República, enquanto modelo político baseado nos preceitos de liberdade e democracia, não conseguiu no Brasil, pelo menos nos seus momentos iniciais, romper com a realidade do regime imperial, como destacado anteriormente. Não tardou para que mobilizações fossem organizadas, visando uma reorganização política do País, tendo o ideal da representatividade como base. Logo um Congresso Constituinte foi instalado para promover discussões sobre uma Constituição republicana. Neste processo, a questão da instrução pública foi tema recorrente nos debates entre políticos de diferentes correntes, sem conseguir apresentar no texto final uma proposta clara para a educação nacional.

Ao manter do regime anterior uma organização descentralizadora dos papéis, fortalecido agora pelo princípio do federalismo, a Constituição Federal de 1891 criou, de alguma forma, um dualismo entre os sistemas. Segundo análise de Vieira (2008b, p.67) essa “dualidade” representada pela existência de um sistema federal, formado pelo ensino secundário e superior, paralelo aos sistemas estaduais, compostos por escolas de todos os tipos, “estimularia a reprodução de um sistema escolar organizado em moldes tradicionais e de base livresca”.

Seguindo o princípio do federalismo, caberia a cada Estado também elaborar a própria Constituição. No Ceará, foi possível observar um fato inusitado: enquanto a União manteve uma única Carta Magna durante quase quatro décadas, o Estado cearense elaborou quatro diferentes Constituições no mesmo intervalo de tempo⁴⁹. Isto se deveu principalmente aos constantes embates políticos travados no cenário local provocados pelos mesmos grupos tradicionais dos fins do Império.

A apreciação desses textos constitucionais aqui apresentada buscou identificar pontos em comum entre eles, de forma que se pudesse vislumbrar qual a posição adotada pelo poder público referente à promoção da instrução pública, em especial ao combate ao analfabetismo adulto. Assim, três categorias foram traçadas, merecendo um maior aprofundamento das questões identificadas⁵⁰.

A primeira dessas categorias diz respeito às diferentes responsabilidades assumidas pelas esferas do poder para com a promoção da instrução pública. Respeitando a autonomia dos entes federados, o modelo seguido pela República brasileira para promover a educação baseava-se na descentralização das responsabilidades entre as três esferas do poder público.

Cada uma dessas instâncias ficaria responsável pela promoção e o acompanhamento de níveis diferentes da instrução pública, sem que a decisão de um interferisse necessariamente no funcionamento do outro. Na Constituição Federal de 1891, o papel da União nesta área ficava definido através da atuação do poder legislativo, conforme os seguintes artigos:

Art. 34. Compete privativamente ao Congresso Nacional:

(...) 30. Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o governo da União.

Art 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

⁴⁹ Neste tópico somente as duas primeiras Constituições Estaduais são abordadas. O primeiro texto constitucional cearense foi elaborado em junho de 1891, após a aprovação da Carta Federal, durante o governo de José Clarindo de Queiroz. Mesmo com sua efêmera duração de pouco mais de um ano, a Constituição Estadual de 1891 trouxe à tona temas de grande relevância para a educação nacional que só estariam presentes no cenário nacional tempos depois. A garantia desses direitos foi mantida no texto seguinte, aprovado durante a rápida passagem pelo governo de Nogueira Accioly em julho de 1892.

⁵⁰ Essas características também se mostravam presentes nas Constituições Estaduais de 1921 e de 1925, além do texto da Emenda Constitucional de 1926, com poucas diferenças nas proposições relativas à educação, conforme apresentado no Quadro Comparativo das Constituições republicanas colocado em Apêndice VI (p: 180).

(...) 2º-Animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais;

3º-Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

4º-Prover a instrução Primária no Distrito Federal. (BRASIL, 1891)

Percebe-se claramente que a função da União ficou restrita à promoção da instrução pública no Distrito Federal em todos os seus níveis, além do ensino superior e do secundário em todo o País. Cury (1996, p: 76) afirma que naquele momento “o Governo Federal anima, mas não pode tolher a ação dos governos locais”, caracterizando o que o autor definiu como uma espécie de “federalismo educacional”.

As iniciativas desenvolvidas relacionadas à difusão das primeiras letras pela União ao longo da Primeira República pouco ou quase não foram percebidas nos Estados. Somente quando dirigidas ao ensino secundário e ao superior tais propostas poderiam ser observadas mais fortemente no restante do país⁵¹.

Quanto às responsabilidades dos Estados, estavam definidas nas suas Constituições. No Ceará, por exemplo, praticamente não houve alteração dessa função ao longo dos dois textos constitucionais, cabendo ao Poder Legislativo, entre outras funções, legislar sobre a instrução pública (Art. 19,§ 11 da CE de 1891 e Art. 29, Inciso 5º, alínea f da CE de 1892).

Da forma como foi posto no corpo dos textos constitucionais produzidos no período, não há como questionar a existência do “dualismo” apontado por Vieira (2008b). Caberia privativamente aos poderes locais desenvolver a instrução primária, restando à União o papel de incentivador de suas iniciativas. Seriam, portanto, os Estados, com auxílio dos municípios, os principais promotores da instrução primária nesses momentos iniciais da República.

O segundo ponto de análise dos textos constitucionais fazia referência aos direitos de acesso à educação. Enquanto definidora de direitos e deveres dos cidadãos, qualquer Constituição num regime democrático não poderia deixar de tratar do acesso à escolarização como um dos direitos principais e dever maior do Estado. No entanto, essa prerrogativa não

⁵¹ Durante a Primeira República o Governo Federal propôs constantes reformulações dos segmentos educacionais sob a sua responsabilidade legal. Foram cinco reformas principais que ficaram conhecidas pelos nomes de seus formuladores: a Benjamin Constant em 1890; a Epiácio Pessoa, em 1901; a Revidávia Correa, de 1914; a Carlos Maximiliano, no ano de 1911; e a João Luiz Alves, de 1925. (VIEIRA, 2008a, V.03).

foi assegurada na primeira Constituição republicana, que pouco fez referência à garantia de acesso do cidadão à instrução primária.

Comparada à Carta Magna de 1824, observa-se o maior número de dispositivos sobre educação. Entretanto, havia apenas uma única referência ao direito do cidadão relacionado a essa questão, quando abordava a garantia da liberdade, da segurança e da prosperidade no trecho que afirmava que

Art.72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à prosperidade nos termos seguintes:

(...) §6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.
(BRASIL,1891)

A defesa de um ensino leigo nas instituições públicas de ensino pode ser apontada como marca maior da separação entre Estado e a Igreja nesse novo regime político. Fruto de um acirrado embate entre a bancada católica e a ala mais liberal, essa discussão acerca da laicidade do ensino esteve presente ao longo de toda a história republicana, sobressaindo-se também nas demais Constituições Federais (CURY, 1996, p: 77).

Restava então naquele momento às instituições religiosas desenvolverem seus projetos educacionais fora do sistema público, visto ter sido assegurada a liberdade de ensino. Na Constituição Estadual de 1891, esse direito foi apresentado no seguinte artigo:

Art. 74 - São assegurados e garantidos a todos os habitantes o Estado os seguintes direitos:

(...) §4º - Liberdade profissional e de ensino, sem ofensa à moral e prejuízo da segurança pública e higiene. (CEARÁ, 1891)

Iniciava-se ali outro embate político que marcaria o debate educacional do País: o conflito entre o público e o privado. Nas análises dos textos constitucionais cearenses feitas por Vieira (2007a), este movimento de vanguarda da política cearense é destacado, visto que já na primeira Constituição cearense essa temática foi abordada, antes mesmo que a União

formulasse um posicionamento acerca dessa questão, presente apenas na Constituição Federal de 1946.

Esse caráter inovador dos textos cearenses também se fez presente na garantia de outro direito bastante significativo para o desenvolvimento da educação no Estado. A exemplo da Constituição imperial de 1824, a Constituição cearense de 1892 assegurou a gratuidade da instrução primária, estendida ao ensino profissional nos seus níveis elementares (Art. 132, CEARÁ, 1892).

Vale salientar que, apesar de assegurada em Lei, a gratuidade do ensino não foi efetivada na prática, como esperado. Segundo Vieira (idem, p:16) existe uma diferença entre “proclamar e realizar”, uma vez que a promessa da gratuidade não é absoluta, sendo necessária haver a regulamentação por Lei complementar.

Um dos temas mais significativos para a garantia do direito à instrução primária durante a República, em especial para a população jovem e adulta, estava contrariamente na negação de um dos direitos mais essenciais para o exercício da cidadania. Essa negação trouxe impactos diretos e indiretos sobre o combate ao analfabetismo em todo o País e se coloca como o último ponto de análise.

Desde fins do século XIX, a restrição do voto dos analfabetos já vinha sendo discutida entre os políticos brasileiros. Com a aprovação da Lei Saraiva, em 1882, ficavam instituídos os critérios da renda e da instrução como condição para o alistamento eleitoral. A Constituição Federal de 1891 eliminou este primeiro critério, mas manteve a restrição ao voto dos analfabetos.

Art.70 - São eleitos os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem a forma da lei.

§ 1º. Não poderam alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as do Estado:

(...)2º os analfabetos. (BRASIL, 1891)

A negação do direito ao voto do adulto não escolarizado conseqüentemente se fez presente nas Constituições Estaduais produzidas no período, exceto na de 1925, com a

inclusão ainda dos estrangeiros residentes no Estado que não dominassem a Língua Portuguesa.

Art. 75- O direito do voto é garantido em toda sua plenitude aos cidadãos que residem no Estado há mais de um ano, **sabendo ler e escrever**, tiverem mais de 21 anos de idade e não se acharem impossibilitados de exercê-lo por disposição expressa da lei;

Art. 76 – Os estrangeiros que requererem poderão ser alistados pelo Conselho municipal em qualificação especial para as eleições do município, **contando que saibam ler e escrever**, sejam contribuintes residam no município há mais de dois anos. [grifos nosso] (CEARÁ, 1891)

Como dito antes, a restrição do voto dos analfabetos não surtiu o efeito pedagógico nem político esperados. Não foi observada, nesse período, uma expansão significativa na estrutura educacional brasileira, havendo, pelo contrário, um aumento no número absoluto de analfabetos.

Essa valorização da instrução enquanto mecanismo de ascensão social e conquista do direito à cidadania, entretanto, fez aflorar uma visão preconceituosa contra o analfabeto enquanto um “não-cidadão”. Este passou a ser visto como incapaz de pensar e decidir, portanto, de votar. Não se concebia a grande massa de jovens e adultos analfabetos como vítimas de todo o processo histórico de exclusão e negação de seus direitos, mas antes como os grandes culpados pela própria situação e também a do País.

A negação do direito ao exercício da cidadania através do voto foi a solução apontada pela elite brasileira, de forma que eles próprios buscassem, alicerçados pela primazia do individualismo liberal, o caminho para conquistá-la. Mais do que nunca, a escola foi colocada como espaço principal para a conquista dessa cidadania negada.

2.3.2. Regulamento da instrução primária e a tentativa de sistematização dos cursos noturnos e dominicais

O Regulamento da Instrução Primária, aprovado em 13 de março de 1905, durante o segundo governo do Presidente Nogueira Accioly, foi certamente a principal iniciativa do poder público no sentido de tentar organizar e sistematizar o ensino primário cearense. Ao longo de seus 183 artigos, divididos em 18 capítulos distintos, é possível observar o esforço de melhor definir a atuação das nossas escolas primárias⁵².

Questões relacionadas à organização do ensino, tanto público como o oferecido em escolas particulares, foram tratadas de forma bastante abrangente. Nele consta ainda referências à função dos professores primários (cap: XVI), de como se deviam proceder as matrículas (cap:VI), as certificação (cap:X) e as estatísticas escolares (cap:XIII), além da obrigatoriedade do ensino para crianças entre 7 e 14 anos (cap: XIV).

Quanto a esse último ponto, observava-se a inversão dos papéis acerca da responsabilidade em assegurar a sua efetivação. Ao analisar as suas determinações, Vieira (2002, p: 148) destaca que

O controle da obrigação do ensino é exercido por conselhos escolares (art.106 a 108), cabendo severas punições aos pais pelo não cumprimento da mesma (art. 109 a 111 e 114). O texto é omissivo no que diz respeito a ausência do Poder Público na oferta da educação. Ou seja, enquanto a família é penalizada se não enviar seus filhos à escola, o Estado é isento de qualquer sanção no que diz respeito ao cumprimento da obrigatoriedade.

Esse equívoco das responsabilidades também pode ser comprovado na restrição da obrigatoriedade apenas para as crianças em idade escolar, negligenciando todos aqueles que estiverem fora da faixa etária determinada. No entanto, o Regulamento dá um passo além com relação à instrução dos adultos, ao se referir de forma inédita às ações de combate ao analfabetismo nesta parcela da população.

Ao longo de dez artigos, o Regulamento de 1905 delimitava a forma como os cursos noturnos e dominicais, enquanto instituições auxiliares de ensino, deveriam funcionar⁵³. Segundo o texto, esses cursos tinham como objetivo ministrar a instrução a adultos que

⁵² Cf. texto completo do Regulamento de 1905 em Vieira (2006a).

⁵³ A transcrição da seção específica do Regulamento voltada a essa questão pode ser consultada em Anexo I (p. 185).

pudessem adquirir essa formação ou complementá-la (Art. 83), desde que apresentassem a idade mínima de 14 anos (Art.84).

Mesmo tendo como público alvo jovens e adultos, a proposta dos cursos noturnos não apresentava um conteúdo de ensino distinto daquele transmitido no turno diurno para as crianças, mesmo que fossem desenvolvidos de uma forma mais aligeirada e simplificada. Constava apenas a indicação das matérias que comporiam o curso (leitura, escrita, gramática portuguesa e aritmética), sem qualquer separação em série ou nível de ensino (Art.85), com ênfase nas lições de leitura e escrita (Art.86).

É importante salientar que os cursos noturnos e dominicais tinham naturezas distintas, provocadas pela separação entre os sexos. Enquanto os cursos dominicais seriam destinados exclusivamente ao sexo feminino, com duração de duas horas cada sessão (Art.88), as aulas noturnas seriam certamente voltadas para o público masculino, em virtude de seu horário de funcionamento (Art. 86).

Quanto à matrícula nesses cursos, o Regulamento apresentava flexibilidade na sua realização, no instante em que assegurava o acesso daqueles que desejassem frequentá-los, mesmo já tendo iniciado as suas atividades (Art. 90). Como única condição para a sua efetivação estaria a apresentação de alguns dados pessoais que constariam no respectivo registro anual daquela turma (Art. 91).

Um último ponto a ser destacado fazia referência (indireta) às responsabilidades do Estado para com essas iniciativas. A primeira delas surge quando o texto assegurava a possibilidade desses cursos funcionarem nos prédios das escolas públicas (Art. 90), aproveitando, desta forma, a estrutura já disponível na região de sua localização.

Outro espaço em que o poder público se disporia a atuar era na definição de qual profissional estaria à frente desses cursos. Segundo o Art. 92, esses cursos seriam regidos, onde fosse possível, por professores públicos ou quaisquer pessoa habilitada a quem o Governo arbitraria “uma gratificação razoável” (CEARÁ, Regulamento da Instrução Primária, 1905).

É preciso aqui considerar que o texto abria o precedente para que o Estado atuasse de forma indireta e sem grandes compromissos na promoção desse tipo de iniciativa. De acordo com esses dois artigos, restaria a possibilidade de apenas contribuir através da concessão de

prédios públicos e do pagamento de gratificações simbólicas para os professores que se dispusessem a atuar na instrução de adultos.

Verificou-se, por fim, que não havia nenhuma intenção em equiparar os cursos noturnos e dominicais ao restante da rede de ensino, oferecendo-lhe um tratamento secundário entre as prioridades estabelecidas no campo da instrução pública. As poucas iniciativas identificadas nesse segmento de ensino estavam ligadas a propostas da própria sociedade que, em alguns momentos, poderia contar com esse tipo de auxílio do Estado.

2.4. Iniciativas da sociedade civil voltadas para o combate ao analfabetismo adulto.

As primeiras iniciativas da sociedade no campo da instrução dos trabalhadores podem ser observadas já no Império. Desde meados do século XIX, cursos noturnos eram mantidos por jovens intelectuais ligados à elite cearense, inspirados nos ideais positivistas de educação e desenvolvimento.

Segundo estudos de Gonçalves (2006), diferentes iniciativas de instrução para os pobres surgiram nesse período, com destaque para a Escola Popular, mantida pela Academia Francesa. Entre os anos de 1874 e 1875, tal ação buscava combater a ignorância ao acreditar que “todos os problemas do tempo se resolveriam com o aperfeiçoamento intelectual” (GONÇALVES, 2006, p: 57).

Seguindo esse mesmo pensamento, foi criado outro curso noturno ligado ao Gabinete Cearense de Leitura, visando o alargamento da instrução através da leitura de bons livros. Enquanto “reação da boa sociedade”, essas iniciativas surgiram como uma “preocupação em tomar para si a gloriosa tarefa de animar e difundir a instrução” (Ib.idem, p: 58).

Também os trabalhadores compreenderam a necessidade de criar as próprias oportunidades de escolarização. Por intermédio do Partido Operário Cearense⁵⁴, diversas

⁵⁴ Fundado em junho de 1890 na capital cearense, o Partido Operário tinha como bandeiras a redução da jornada de trabalho para 8 horas, a democratização do capital, além da luta contra o analfabetismo. Tendo a frente o

escolas noturnas foram abertas no interior e na capital do Estado⁵⁵. Regidas pelos membros do Partido em regime de voluntariado, essas iniciativas promoviam muito mais que o acesso aos rudimentos da leitura e escrita, buscando formar o trabalhador também no seu aspecto político.

Outra ação no campo da instrução da classe operária foi desenvolvida no mesmo período pela Sociedade Beneficente 20 de Abril, ao criar uma escola noturna para os “desvalidos”. Sob a orientação de Francisco Barbosa Lima, a escola contava, em fins do século XIX, com matrícula de 192 alunos. Através de breves notas no jornal “O Cearense”⁵⁶, a Sociedade Beneficente conseguia divulgar suas ações educativas “traçadas de acordo aos estatutos”, além de agradecer as contribuições recebidas para a sua manutenção (O CEARENSE, ano XLV, nº 3, 08/01/1891).

Percebe-se que, entre essas ações educativas, além da associação entre instrução e progresso social, estava presente a urgência de que a própria sociedade organizada promovesse a difusão desse direito entre os que a ele não tiveram acesso. Esses diferentes segmentos sociais começaram, já no final do Império, a ocupar o espaço deixado pelo poder público, fato que se agravou com a instalação da República, mesmo com a garantia legal de tal tarefa pelo Estado.

Entre os documentos identificados acerca das ações voltadas para os adultos analfabetos nesse período, um dos primeiros fazia referência à intervenção da Igreja Católica cearense. Mesmo com o anúncio de que o ensino ministrado nas instituições públicas seria leigo (CF 1891, Art. 72,§6º), a Igreja atuava como uma das principais promotoras da instrução primária em todo o País.

dentista Aderson Ferro, o Partido Operário manteve a partir de 1891 o jornal “O combate”, publicado três vezes por semana.

⁵⁵ Em 1890 foi criada a Escola Noturna do Partido Operário na cidade de Baturité, com matrícula de 36 alunos. No ano seguinte registram-se uma matrícula de 200 alunos com frequência diária de 80 a 109 alunos na Escola Noturna mantida em Fortaleza. Tempos depois, em 1894, foram instalados na mesma cidade cursos noturnos secundários “com matrícula aberta para as aulas de português, frances, inglês, alemão, aritmética, álgebra, geografia, história e desenho” (GONÇALVES, 2006, p: 62).

⁵⁶ Fundado em outubro de 1846 por Frederico Augusto Pamplona, Tristão Araripe e Tomás Pompeu, o jornal O Cearense foi um dos órgãos de imprensa mais duradouros encerrando suas atividades apenas em 1892, quando da saída de Clarindo Queiróz do governo estadual.

No Ceará a situação não diferia muito. Destacou-se o Colégio Imaculada Conceição⁵⁷, por manter, no mesmo prédio onde funcionava o ensino particular, um curso dominical voltado para moças. Em 1889 foi registrada a frequência de 190 alunas que, aos domingos, aprendiam a ler, escrever e contar⁵⁸.

Esse atendimento tão expressivo foi mantido nos anos seguintes, quando se registrou uma frequência superior a duzentas moças pobres⁵⁹. Essa, contudo, foi a única referência encontrada sobre os cursos dominicais no Ceará, não sendo possível perceber com clareza se tal experiência foi desenvolvida de forma sistemática, visto não se ter encontrado nenhum outro tipo de documentação além daquela que apresentava simples dados de frequência e matrícula.

As intenções da sociedade no campo da instrução dos trabalhadores, no entanto, não se restringiam apenas a essas ações de caridade promovidas pelas instituições particulares. O início do século XX foi marcado também pelo amadurecimento da classe operária brasileira e o surgimento de diversas organizações sindicais, favorecido ainda pelo avanço do processo de urbanização e industrialização. Segundo Gohn (1995), organizações anarco-sindicais conviviam com as associações de auxílio mútuo, buscando arregimentar novos espaços para os trabalhadores, em especial o acesso à instrução primária.

Compreendendo a educação enquanto via fundamental para a conquista de direitos, o Centro Artístico Cearense⁶⁰ sobressaiu-se, no Ceará do início do século XX, ao voltar-se para o combate ao analfabetismo dos trabalhadores cearenses. Através das contribuições dos sócios (comerciantes e industriais) e da ajuda financeira proporcionada pelo Estado, o Centro Artístico desenvolveu três iniciativas voltadas para a instrução do operariado: a Escola Secundária, a Escola Pinto Machado e a Escola Elisa Scheid (GONÇALVES, 2001 e 2006)⁶¹.

⁵⁷ Instituição de ensino de caridade fundada e mantida pela Congregação de São Vicente de Paula (ALMANACH, 1911).

⁵⁸ Cf. Relação do Externato de São Vicente de Paulo emitido no ano de 1889. (APEC, Instrução Pública, Correspondência Recebida, 1889)

⁵⁹ Outros dados foram encontradas no Almanach do Ceará fazendo referência as movimentações das instituições particulares onde em 1909 no Colégio Imaculada Conceição haviam 300 matrículas nos cursos dominicais, caindo um pouco em 1911 para 260 alunas (ALMANACH, 1911 e 1912).

⁶⁰ Fundado em fevereiro de 1904, o Centro Artístico Cearense funcionava em prédio localizado à Rua Tristão Gonçalves esquina com Duque de Caxias, onde funcionava também o Cine Centro. Por ocasião de sua fundação o Centro Artístico lançou manifesto à classe artística cearense conclamando a luta contra a família Accioly.

⁶¹ Devido à natureza do estudo, buscou-se uma análise apenas das duas últimas instituições.

Fundada em 07 de janeiro de 1906, a Escola Pinto Machado funcionava à noite para alunos do sexo masculino, inicialmente à Rua Major Facundo e depois em novo endereço, na rua Formosa. Em maio do mesmo ano, foram iniciadas as aulas noturnas para o sexo feminino, na Escola Elisa Schid. Situada em endereço diferente, à rua Dr. Pedro Borges, com matrícula de 68 alunas, tinha à frente as professoras Porfíria Lopes Barroso e Cecília Ferreira de Melo (Ib.idem).

No periódico “Primeiro de Maio”, órgão ligado diretamente ao Centro Artístico Cearense, foi possível identificar algumas referências ao funcionamento dessas duas escolas. Na edição do dia 08 de fevereiro de 1908, o jornal trouxe aos seus leitores um quadro geral com dados referentes à frequência e matrícula, além do que foi fornecido de material didático para os alunos.

Escolas do Centro

Como estava anunciado, abriram-se no dia 8 de janeiro findo as escolas noturnas “Pinto Machado” e “Elisa Scheid” mantidas pelo “Centro Artístico Cearense”.

O movimento das mesmas no mez findo foi o seguinte:

	Matrícula	Media de frequência diaria
Pinto Machado	35	28
Elysa Scheid	<u>34</u>	<u>25</u>
	69	53

Fornecimento para o mez de janeiro

24 taboadas
 24 cartas de a.b.c.
 12 lapez
 2 caixas de pennas
 ½ resma de papel
 24 canetas

(PRIMEIRO DE MAIO, ano IV, nº 61)

Em 1909, em virtude da falta de recursos materiais para o seu funcionamento da escola noturna feminina encerrou suas atividades, permanecendo apenas as aulas na Escola Pinto Machado⁶². Mesmo com as limitações financeiras registradas pelo Centro, a instrução dos trabalhadores continuava sendo a principal preocupação de seus dirigentes. Em uma

⁶² Somente em 1922, essa escola passaria a receber alunos de ambos os sexos.

declaração para o jornal Primeiro de Maio, um dos dirigentes da instituição escolar afirmava que eram “incalculáveis os benefícios que vae prestando esta modesta escola aos pobres desfavorecidos da sorte e, temos fé, que para o futuro, quando o Centro poder dispor de maiores recursos, esses benefícios triplicarão”. (Idem, ano IV, nº 64, 08/02/1909).

Tais esforços podem ser observados na movimentação da escola noturna nos anos seguintes. Segundo dados constantes nos “Almanach do Ceará” (1911 e 1912), as aulas noturnas mantidas pelo Centro tinham, em 1910, matrícula de apenas 37 alunos, número que foi ampliado para 123 já no ano seguinte, seguindo previsões da própria direção.

Esse contingente tornava-se ainda mais significativo quando compreendido no contexto educacional cearense descrito no início do capítulo. Numa realidade em que a instrução ocupava cada vez mais espaço nos debates e o iletramento da grande parte da população surgia como principal obstáculo ao progresso da nação, o Estado não assumiu seu papel de principal promotor das oportunidades de escolarização dos trabalhadores.

Essa tarefa se firmava cada vez mais para além das instituições públicas de ensino, sendo promovida exclusivamente por outros segmentos sociais, como a Igreja e os próprios trabalhadores cearenses. Tal cenário começou a se transformar a partir de meados da década de 1910, quando o poder público tornou-se o principal responsável pela criação e a manutenção dos cursos noturnos, como se verá no capítulo seguinte.

Capítulo III – O combate ao analfabetismo adulto como política pública: as intervenções do Estado cearense na criação dos cursos noturnos

A instrução publica primaria precisa, pela situação precaria em que se encontra em nosso Estado, de mais attenção por parte dos poderes publicos, é digna dos maiores sacrificios financeiros para que seja diminuído o grão de analphabetismo patricio. A ignorância do povo é notável e desperta a attenção dos que viajam pelo interior, como já o fiz, e dos que observam as massas humanas que se deslocam na secca. E tudo isso se explica pela exiguidade de escolas. , .

Benjamim Liberato Barroso, 1916.

O período compreendido entre meados da década de 1910 e início da seguinte representou para a história da educação cearense um momento de grandes transformações proporcionadas pela renovação das orientações políticas e pedagógicas em nossas escolas. Tal movimento, que culminou com a elaboração da Reforma de 1922, comandada pelo educador Lourenço Filho, apresentou mudanças principalmente na postura adotada pelo Estado, no instante em que este intensificou suas ações de combate ao analfabetismo.

Essa nova postura podia ser observada também no campo da instrução primária de jovens e adultos em que o poder público tornou-se o principal promotor e incentivador dos cursos noturnos. Nesse intervalo de menos de uma década, registrou-se uma efervescência de iniciativas tanto no interior como na capital, observando-se, naquele momento, um equilíbrio entre a denúncia do analfabetismo e o anúncio de ações efetivas de enfrentamento deste problema nacional.

Objetiva-se, desta forma, neste terceiro capítulo, analisar essa mudança nas ações de combate ao iletramento adulto no Ceará, no instante em que o Estado colocou-se como principal ator na criação e na manutenção de cursos noturnos de instrução primária. Tendo como base mais de sessenta documentos de diferentes naturezas, essa análise também buscará refletir sobre as parcerias estabelecidas entre o Estado e os diferentes grupos sociais que continuaram atuando neste segmento.

Assim, num primeiro momento, são apresentadas as iniciativas do poder público através da criação de quatro cursos noturnos na capital, Fortaleza, e outro na cidade de

Granja, no interior do Estado. Aqui, através dos dados colhidos, são apontadas algumas características do funcionamento desses cursos, através do destaque dado a algumas responsabilidades assumidas pelo Estado para a sua manutenção.

Tal postura, no entanto, não se mostrou duradoura, sendo interrompida pouco antes da instalação da Reforma Educacional de 1922. Com o deslocamento do foco das ações de combate ao analfabetismo para as crianças entre 7 e 12 anos de idade, foi registrado o fim de todas as iniciativas de escolarização de adultos promovidas pelo poder público.

Outra experiência do Estado que se destacou no período foi a criação dos cursos primários noturnos nas cidades de Crato e Sobral. Anexos aos cursos secundários instalados na mesma ocasião, estes cursos noturnos diferenciavam-se das experiências anteriores por apresentarem uma organização mais complexa, com estrutura curricular e pedagógica melhor definida, distinta em muitos aspectos daquela definida no Regimento Interno das Escolas Públicas de 1915, principal documento de referência do período para a organização desse tipo de experiência educacional.

São apresentadas, por fim, algumas experiências educacionais desenvolvidas pela sociedade organizada que, assim como em momentos anteriores, só poderiam ser efetivadas devido à ajuda recebida do Governo. Como principal exemplo de parceria estabelecida entre a esfera pública e o setor privado, encontravam-se os trabalhos desenvolvidos pela Liga Cearense Contra o Analfabetismo – LCCA. Tendo à frente representantes dos diferentes segmentos sociais, a Liga se colocou pelos trabalhos de disseminação da alfabetização como o grande símbolo da luta contra esse “cancro”, que era o analfabetismo.

3.1. As primeiras ações do Estado na promoção dos cursos noturnos

Os instantes posteriores à deposição de Franco Rabelo da Presidência do Estado, marco final do período de intenso conflito entre as lideranças políticas, os cearenses presenciaram certo “equilíbrio oligárquico”. Após a bem sucedida Sedição de Juazeiro, o

Governo Federal nomeou o general Setembrino de Carvalho⁶³ como interventor, com a missão de acalmar os ânimos e preparar a eleição de um novo Presidente para o Ceará.

Ainda no ano de 1914, foi eleito Benjamim Liberato Barroso⁶⁴ para completar o restante do mandato de Rabelo, que iria até 1916⁶⁵. Seu governo foi marcado pela seca de 1915, uma das piores da história cearense, com impactos profundos sobre a economia e o cotidiano da sociedade. Sobre esse episódio, Farias (1997, p: 157) revelou que

Mais uma vez se repetiu o macabro e triste quadro de martirização de nosso povo. Camponeses, cadáveres ambulantes, pervagavam pelo interior, morrendo de fome e de doenças nas estradas dos sertões e nas calçadas das cidades. Mais de 40 mil migraram para Amazônia ou para o Sul do país. Extinguiu-se o cultivo do solo. Dizimou-se o criatório e, como normalmente nas épocas de estiagem, aumentaram o número de cangaceiros e a violência social.

Milhares de sertanejos dirigiram-se para a capital em busca de melhores condições de sobrevivência. Com medo de um novo surto de varíola⁶⁶, os inúmeros grupos de “flagelados” foram isolados em “campos de concentração”, nas áreas mais afastadas da cidade.

Imagem III

Retirados durante a seca de 1915



Fonte: Site www.cognitiva.com.br-7museu. Acesso em 20 de abril de 2009

⁶³ Gaúcho de Uruguaiana, Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado pelo Presidente Hermes da Fonseca, permanecendo no cargo por pouco mais de três meses.

⁶⁴ Benjamim Liberato Barroso, nascido em Fortaleza-Ce, formou-se em Engenharia, Matemática, Ciências Físicas, além de ter sido Militar. Presidiu o Estado pela primeira vez em 1892, por quase cinco meses, após a saída de Clarindo de Queiroz.

⁶⁵ O governo de Franco Rabelo foi interrompido após o episódio da “Sedição do Juazeiro” quando o Presidente da República Hermes da Fonseca decretou intervenção no Estado, levando em 14 de março de 1914 à sua renúncia do cargo de Presidente do Estado.

⁶⁶ O Ceará já tinha sido acometido de uma epidemia de varíola no ano de 1914.

Este episódio teve impacto direto no cenário educacional, que continuava apresentando resultados preocupantes. Em virtude da necessidade de deslocamento para outra região, onde as condições de sobrevivência fossem mais favoráveis, foi observado neste período o aumento nas taxas de abandono nas escolas do interior do Estado, que culminou com o fechamento e/ou o deslocamento das aulas para outra região onde fosse registrada demanda maior. Como forma de reverter esse quadro, o governo propôs mudanças na organização do ensino primário, com reflexos inclusive no ensino da população adulta.

A elaboração de um Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário, no ano de 1915, representou ruptura com tudo que vinha sendo proposto até então⁶⁷. Ao abordar temas como a necessidade de o professor despertar o desejo de aprender nos alunos, através de um ensino de caráter prático e que preparasse para a vida real, o Regulamento mostrava-se inovador (VIEIRA, 2002, p: 151).

Assim como o Regimento de 1905, essa Lei também tratava dos cursos noturnos e dominicais enquanto modalidade não similar ao ensino diurno, destinado a crianças e jovens em idade escolar. Composta de catorze artigos, a sessão “Dos cursos nocturnos e dominicaes” abordava a forma como tais cursos deveriam ser estruturados⁶⁸. De modo geral, estes eram caracterizados por informalidade e flexibilidade, muitas vezes confundidos com um desejo de simplificação na sua organização.

Segundo a Lei, os cursos noturnos deveriam ser gratuitos, abertos a todos que mostrassem interesse em “visitá-los” (Art.155), sendo a matrícula efetivada pela simples apresentação do aluno ao professor (Art.142). Esse grau de informalidade defendido no Regulamento explica a ausência de dados estatísticos referentes aos cursos primários para adultos administrados pelo Estado neste período⁶⁹, visto não ser cobrada como em outros níveis de ensino, a apresentação de listas de frequência e matrícula de cada turma.

Em diversos momentos do texto, foram feitas recomendações ao professor quanto à forma como este deveria trabalhar em sala de aula, denunciando o caráter simplista desses cursos. De acordo com o Art. 144, seria o próprio professor que dividiria o estudo das diferentes disciplinas (não apontadas ali) pelas classes existentes, considerando as aptidões

⁶⁷ A íntegra da lei encontra-se no trabalho de Vieira (2006a).

⁶⁸ Ver transcrição dessa sessão do Regimento de 1915 em Anexo II (p. 186).

⁶⁹ Em nenhum documento identificado foi observado referência a matrícula e/ou frequência dos alunos nos cursos noturnos geridos pelo poder público. Os dados apontados faziam alusão apenas às iniciativas da sociedade.

dos alunos e o tempo do curso. Não existiria, desta forma, qualquer menção a um currículo específico, sendo este determinado pelo professor, de acordo com o público atendido.

Reforçando essa idéia, recomendava-se ainda que o professor realizasse lições diárias de leitura e escrita, em dias alternados as de gramática e aritmética (Art. 145), sendo os exercícios voltados para a simplicidade e a utilidade prática dos conteúdos (Art. 146). Além do mais, no início de cada lição dever-se-ia promover uma recapitulação do conteúdo anterior para aqueles alunos que tivessem faltado (Art.147), no final da sessão, recomendava-se ainda uma leitura feita pelo professor, uma palestra instrutiva ou uma “lição de cousas”⁷⁰ (Art.148).

O recurso da leitura, todavia, foi apontado como “principal meio de desenvolvimento intelectual”, ao contribuir para a formação do adulto desde que seus conteúdos fossem bem escolhidos, sentidos e explicados pelo professor (Art.149). Tais aspectos reforçavam a falta de preocupação para com essa modalidade, no momento em que não foi possível observar uma organização curricular específica. Pelo contrário, o que se viu foi o reforço da simplificação nas ações do professor que estava no comando desses cursos.

Assim como no Regulamento de 1905, fez-se uma distinção aos cursos dominicais que continuariam destinados ao ensino feminino. No entanto, enfatizava-se como objetivo destes não apenas o ensino primário elementar, mas também a preparação das alunas para os trabalhos domésticos (Art. 150). Através do ensino de costura, noções de higiene, economia doméstica e “deveres da mulher”, pretendia-se inculcar-lhes o hábito de trabalho, de asseio, de ordem e de economia, característico da formação da mulher no período⁷¹.

Mantiveram-se das orientações do ensino diurno os princípios disciplinadores impostos aos alunos, através da aplicação de penalidades e punições àqueles que atentassem contra a ordem, com atitudes como escrever ou desenhar na parede ou bancos escolares, proferir palavras inconvenientes, ou mesmo provocar algazarra na hora da saída (Art. 151 a 153). Também permaneceram os modelos de avaliação e certificação dos estudos, através da

⁷⁰ Etapa inicial do trabalho com o método intuitivo, a “lição de coisas” fazia referência ao ensino através da exploração e observação dos objetos, da natureza, dos fenômenos como forma de promover a transição de um conhecimento sensível para a elaboração mental superior dos alunos. Segundo FARIAS FILHO (2003, p: 143), o professor poderia realizar tal procedimento utilizando objetos escolares ou outros tipos de materiais levados para sala de aula, ou mesmo realizando visitas e passeios, além da utilização de livros que seguissem as orientações do método.

⁷¹ Sobre o assunto conferir estudo elaborado por Magalhães Junior (2004) sobre a educação feminina no início do século XX.

realização de exame ao final do ano letivo, com a presença de inspetores escolares e comissários (Art. 154).

Percebeu-se, desta forma, que o funcionamento dos cursos noturnos e dominicais, apesar do esforço de estruturação que se vinha observando na última década, não se mostrou muito eficiente no Regimento de 1915. Suas orientações mais que organizaram, contribuíram para o fortalecimento do caráter simplista e informal com que essas iniciativas foram desenvolvidas.

Esse modelo educacional, em muitos aspectos, assemelhava-se ao apontado por Fernández (2006) em seu estudo sobre as raízes históricas das praticas atualmente adotadas na Educação de Jovens e Adultos. Segundo este autor, na história da instrução destinada ao público adulto, observa-se uma evolução nos modelos adotados, partindo de um paradigma que priorizava o ensino dos rudimentos dos códigos da leitura e da escrita⁷².

Caracterizado por um “modelo alfabetizador”, esse primeiro momento tinha como objetivo educacional “a satisfação das necessidades mínimas procuradas pelas pessoas adultas”, no qual segundo Fernández, “alfabetizar adultos é ensinar o mínimo e alfabetizar é aprender a soletrar textos acadêmicos ou escrever listas e assinar” (FERNANDEZ, 2006, p: 28-9). Tais práticas, que se faziam presentes na Europa ainda no século XV, só tomaram força no contexto brasileiro no início do século XX, reforçando o atraso do País quando o assunto é a instrução de sua população. Foram, portanto, baseadas nessas orientações que se promoveram as principais iniciativas do poder público neste campo, como destaca o tópico seguinte.

3.1.1. Os cursos noturnos de Fortaleza e Granja

A primeira referência a uma atuação direta do Estado nesta área durante o período republicano só surgiu em meados da década de 1910, com a criação de quatro cursos noturnos

⁷² Em seu livro, Fernandez identifica a existência de três modelos educacionais voltados para a população adulta: o alfabetizador, o dialógico social e o econômico produtivo. Por ocasião das características didáticas identificadas nas práticas de combate ao analfabetismo no Brasil durante a Primeira República, restringe-se aqui apenas a análise do primeiro momento.

na capital, Fortaleza, e um no interior do Estado, na cidade de Granja⁷³. No entanto, outras experiências tinham sido promovidas neste sentido anteriormente e que em muitos aspectos eram semelhantes às características identificadas acima.

Como já foi relatado, o fenômeno do analfabetismo no Brasil esteve presente ao longo de toda a sua formação, como condição comum da maioria dos indivíduos. No entanto, segundo Beisiegel (1974, p: 59), a educação de adultos, enquanto uma modalidade de ensino específica, só surgiu em meados do século XX. Até então, existiram inúmeras experiências isoladas através da criação de cursos noturnos, fruto da preocupação de alguns representantes do poder público com a instrução desses sujeitos.

As primeiras dessas iniciativas organizadas datam ainda do Império, em especial nos seus momentos finais. Assim como em outras províncias, o Ceará apresentava uma atuação ínfima nesta área, com a criação de aulas pontuais, acometidas das maiores limitações de funcionamento. Primitivo Moacyr (1934), em seus estudos sobre a instrução nas províncias, extraiu a seguinte descrição do relatório do Presidente da Província, emitido no ano de 1879:

Em três das aulas primarias da capital ficam desde já creadas três cursos noturnos do ensino elementar para adultos, sendo dois para alunos e um para moças. Fica igualmente creadas em uma das escolas de Maranguape, Baturité, Aracaty, Granja, Ico e Crato, um curso elementar. Os cursos serão regidos pelos respectivos professores, entre as 6 às 9 horas da noite. Poderão matricular neles indivíduos maiores de 14 anos de idade com atestados de boa conduta civil e moral, passado pelo vigário. Os professores terão uma gratificação mensal de 30\$000 (de 21 a 30 alunos de frequência efetiva); de 40\$000 (de 31 a 40); de 50\$000 (de mais de 50 alunos). Não funcionarão os cursos quando tiverem frequência inferior a 20 alunos (MOACYR, 1939, p: 365).

A referência acima citada fazia alusão aos dispositivos da Lei Nº 1.842, de 24 de setembro de 1879, promulgada pelo Presidente da Província, José Julio Albuquerque Barros⁷⁴, autorizando a criação de cursos noturnos em diferentes municípios. Ali estariam as condições de funcionamento deles, demonstrando aspectos importantes para o entendimento de tais iniciativas.

⁷³ O Município de Granja era um dos maiores do Estado apresentando a sexta maior população, com quase 28 mil habitantes. (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1922).

⁷⁴ Nascido em Sobral-CE, ocupou a Presidência da Província cearense entre março de 1878 a julho de 1890 após nomeação por carta imperial.

Segundo o que orientava a legislação, os cursos para adultos funcionariam em horário noturno, nos mesmos espaços destinados à instrução das crianças e com os seus respectivos professores. Estes receberiam apenas uma “gratificação” por mais esta função desempenhada, proporcional ao número de alunos atendidos (frequentando). Tais iniciativas não estavam abertas a todos, só podendo frequentar aqueles que possuíssem “boa conduta” perante a sociedade.

Outros pontos relevantes eram os referentes às condições impostas para a existência desses cursos. Foram indicados apenas os principais centros comerciais do período, aquelas cidades onde havia maior concentração de habitantes. Por outro lado, seria a frequência efetiva dos alunos que determinaria a manutenção ou não dessas aulas.

Essas características permaneceram nas décadas seguintes, continuando os cursos noturnos a funcionar enquanto iniciativas isoladas e de pouca repercussão no sistema de instrução pública. Durante a República, esse contexto pouco foi modificado, com a população adulta não escolarizada permanecendo excluída das propostas de elevação da instrução no País.

Na contramão desse movimento, o Estado do Ceará abriu, no ano de 1914, cinco cursos noturnos, os primeiros desde o fim do Império. Criados ainda no período de intervenção federal, após a deposição de Franco Rabelo, os cursos de Fortaleza e de Granja só receberam algum tipo de subsídio do poder público meses depois, quando da aprovação de crédito supletivo destinado à sua manutenção.

Lei Nº 1208 de 19 de agosto de 1914

Abre credito suplementar para ocorrer às despesas com treze cadeiras do ensino primário e cinco cursos noturnos instituídos por acto do Interventor Federal.

O povo do Estado do Ceará, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suprimido o credito consignado no §5º do orçamento vigente, com a quantia de onze contos cento e sessenta e quatro mil reis (11.164\$000), distribuída ao número de 12, nove contos quatrocentos e sessenta mil réis (9.46\$000), ao número 13, quatrocentos e trinta oito mil réis (438\$000), e ao numero 15, um conto duzentos e sessenta e seis mil réis (1.266\$000), para ocorrer, até o fim do presente exercício, o pagamento de despesas inherentes ao provimento dado pelo Interventor Federal ás 13 cadeiras de ensino primario creadas pela Lei 145 de 23 de setembro de 1913; e bem assim das quatro aulas nocturnas na capital e

de uma na cidade de Granja, instituídas por acto do Interventor Federal de um a treze de junho ultimo, de acordo com as disposições do capitulo XII, secção II, do regulamento da instrução primária de 13 de março de 1905.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Ceará, em 19 de Agosto de 1914.

Benjamim Liberato Barroso
Gustavo Dodt Barroso

(Coleção de leis do Estado do Ceará do ano de 1914. 23º vol. Fortaleza. Typ:Moderna. Setor de Microfilmagem da Biblioteca Meneses Pimentel)

Nessa Lei, além dos cinco cursos noturnos, beneficiavam-se ainda outras treze cadeiras do ensino primário com os recursos financeiros disponibilizados pelo Estado. Entretanto, fazia-se referência apenas às responsabilidades do poder público para com a manutenção dos cursos noturnos que, de uma forma geral, não iam muito além do pagamento das despesas mais elementares para o seu funcionamento e a nomeação dos profissionais que ali aturariam.

Segundo informações confrontadas dos officios emitidos e recebidos pela Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça, órgão responsável pela Instrução Pública cearense, uma das principais responsabilidades do Estado era o pagamento dos aluguéis dos prédios onde funcionavam as aulas noturnas⁷⁵. Assim como a maioria das escolas públicas cearenses da época, os cursos noturnos funcionavam em prédios improvisados, muitas vezes sem as mínimas condições de higiene e contando com estrutura física inadequada para comportar alunos e professores.

Era comum que o mesmo imóvel fosse disponibilizado para o funcionamento tanto das aulas no período diurno para crianças, quanto também à noite para o ensino de adultos. Esse compartilhamento de espaço acontecia, muitas vezes, sem o conhecimento do Governo, que buscava, na medida do possível, controlar os gastos com tal prerrogativa, como bem revelou Ofício destinado aos inspetores escolares dos quatro distritos de Fortaleza⁷⁶:

⁷⁵ Das trinta e sete correspondências localizadas entre o período de 1914 a 1922 dezesseis officios traziam referência ao pagamento de aluguéis desses imóveis.

⁷⁶ Os cursos noturnos de Fortaleza encontravam-se distribuídos da seguinte forma: 1º Distrito – curso noturno do bairro de Oiteiro; 2º Distrito – o do Arraial Moura Brazil; 3º Distrito – os do bairro de Benfica e de Matadouro. Não foi identificado nenhum curso noturno na área sob a supervisão do 4º Distrito de Inspeção escolar.

1ª Secção. Em 22 de Dezembro de 1915.

Nº 4.046

Im. Inspector Escolar do 1º Districto da Fortaleza.

Recommendo-vos me informais, com urgencia, se no predio alugado para o curso nocturno do districto sobre vossa jurisdicção funciona tambem cadeira de ensino primario; e, no caso affirmativo, desde quando.

Saúde e Fraternalidade

Dr. Hermínio Barroso

(APEC.Instrução Pública. Correspondência Expedida, 1915)⁷⁷

O valor pago por cada imóvel distinguia-se, dependendo da localização do curso noturno. Os valores eram definidos pelo proprietário do prédio, mas caberia ao Estado buscar as melhores condições para a realização do contrato de locação. Em determinada ocasião, por exemplo, foi recomendada pelo próprio Presidente do Estado a realização da mudança de endereço do curso noturno do bairro Benfica, em virtude de aumento abusivo do valor do aluguel.

Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça

Nº 3.969

Secção de Expediente

Fortaleza, 27 de julho de 1922

Ilmo. Sr. Inspector da Instrução Publica

Fortaleza

Havendo o cidadão Plínio Pacifico Barroso adquirido ultimamente, por compra, o prédio nº 752, sito no boulevard Viscond do Cauhype, no qual funcionava o curso nocturno do bairro do Benfica, e pretendendo augmentar o respectivo aluguel de 30\$000 mensaes para 50\$000, peço-vos, de ordem do Exmo. Sr. Presidente do Estado, providencieis no sentido de que o referido curso passe, sem perda de tempo, a funcionar em outro prédio, cujo aluguel não exceda do que vinha sendo pago pelo Estado.

Saudações.

⁷⁷ As referências aos officios identificados no Arquivo Público do Estado do Ceará seguiu a organização utilizada pela instituição de acordo com as Normas Brasileiras de Descrição Arquivista (NOBRADE), identificando-se o arquivo, o fundo, a série e o ano do documento catalogado.

Theofredo Cavalcanti
Servindo de Secretário.

(APEC. Instrução Pública. Correspondências Recebidas, 1922)

A mudança de endereço poderia acontecer motivada por causas diversas, seja por falta de acordo com relação ao valor do aluguel, como no caso acima, ou devido à precariedade das condições físicas do antigo espaço. Este último caso foi abordado em uma das solicitações feitas pelo Inspetor Escolar do 2º Distrito de Fortaleza ao Secretário dos Negócios do Interior, quando foi autorizada a mudança do curso noturno do arraial Moura Brazil para outra casa, na mesma localidade, que possuísse “os necessários requisitos, devendo ser nella installada a iluminação que melhor vantagens offerecer”⁷⁸.

Outra grande responsabilidade do governo com a manutenção dessas escolas noturnas era com a nomeação e o pagamento dos professores. Estes profissionais eram, em via de regra, nomeados para o cargo sob influência de alguma liderança política local. Seus nomes chegavam até o poder central através de indicação dos inspetores escolares de cada região do Estado, que eram aceitas sem grandes questionamentos⁷⁹.

Geralmente já eram professores da instrução pública, com experiência de ensino com crianças e jovens, a quem se pagava “uma gratificação razoável” sobre o salário relativo ao turno diurno. Os atrasos nos vencimentos eram motivos frequentes dos ofícios remetidos, apesar do valor pago não ser proporcional à carga horária de trabalho desempenhada.

Devido à estrutura burocrática disponibilizada pelo Estado para a realização do pagamento de seus funcionários, que teria a Secretaria da Fazenda e as coletorias locais como intermediários, os atrasos nos pagamentos dos salários dos professores eram constantes, agravando-se ainda mais nas cidades do interior do Estado.

Secção do Interior. Em 17 de julho de 1919.

Nº 3.490

Exmo. Sr. Secretário da Fazenda.

⁷⁸ Ofício Nº 238, de 19 de janeiro de 1917 (APEC. Instrução Pública. Correspondência Expedida, 1917).

⁷⁹ Ver Imagem em anexo (p.197) do Ofício nº 3.482, de 17 de julho de 1919, remetido ao Inspetor Escolar do 3º Distrito pelo Secretário do Interior, Desembargador Moreira da Rocha.

Solicito a VEx^a. a expedição das necessárias providencias no sentido de ser a collectoria de Granja autorizada a pagar ao professor do curso nocturno daquela cidade Antonio Barreto Ayres os vencimentos a que teria direito a contar de 1º de julho corrente, data de seu exercicio.

Saudações.

Des. Moreira da Rocha

(APEC.Instrução Pública. Livro de Correspondência enviada ao Secretario da Fazenda pelo Secretário do Interior, 1919)

A troca de informações entre os diferentes órgãos do governo sobre o funcionamento dos cursos noturnos era frequente, como procedimento de controle, principalmente referente aos gastos com os professores. Recomendava-se, para tanto, que os próprios profissionais ou os inspetores responsáveis enviassem comunicados com a data do início de seus trabalhos em sala de aula, para que fossem incluídos na folha de pagamento.

A mudança de professores, todavia, mostrava-se constante no cotidiano desses cursos noturnos, sendo a nomeação de professores interinos recorrente, mesmo havendo titulares nos cinco cursos⁸⁰. As frequentes trocas seriam motivadas pela solicitação de licença do professor titular⁸¹ ou mesmo pela não adaptação à função docente. O que se percebia, de toda forma, era que não havia a preocupação em manter um mesmo profissional nestas turmas, sendo a instabilidade característica marcante dos cursos noturnos.

1ª Secção. Em 17 de maio de 1916.

Nº 826

Exmo Sr. Secretário da Fazenda.

Communico a V. Ex^a que, por acto desta data, foi exonerado o cidadão José Eucrino Rodrigues da Silva do cargo de professor interino do Curso nocturno do bairro do Benfica, sendo nomeado, por título da mesma data, também interinamente, para substituil-o o cidadão José Diogo de Mello.

Saúde e Fraternidade.

⁸⁰Entre 1916 e 1922 os professore titulares eram os seguintes: José Diogo de Mello (Benfica), Lucio Satero de Moura (Matadouro), João Ramalho (Moura Brazil), José Saldanha (Outeiro) e Francisco Caetano de Assis (Granja) (ALMANACH DO CEARÁ, 1917, 1918, 1921 e 1922).

⁸¹ Conferir officio nº 3.468, de 17 de julho de 1919, expedido pelo Secretário do Interior Moreira da Rocha ao Secretário da Fazenda, informando o pedido de licença de dois meses do professor Lucio Satero de Moura, do curso noturno do bairro Matadouro, em Fortaleza.

(APEC.Instrução Pública. Correspondência Expedida, 1916)

Não foram encontrados relatos sobre os prejuízos trazidos pelas recorrentes trocas de professores nesses cursos noturnos. No entanto, acredita-se que consequências tenham ocorrido para aprendizagem dos alunos, visto não ser possível manter uma frequência no trabalho pedagógico e no rendimento dos alunos diante de interrupções na ação docente.

Um aspecto relevante identificado nas nomeações dos professores para os cursos noturnos e que já constava na legislação que os regulava era a indicação de apenas profissionais do sexo masculino. Assim como nos cursos dominicais, destinados exclusivamente para moças que buscavam escolarização, que contavam apenas com professoras, havia nos cursos noturnos a preferência por docentes do mesmo sexo dos alunos.

Essa preocupação já se mostrava desde o início do século XX, quando eram poucas as experiências nesta área e desenvolvidas, como visto, particularmente, por iniciativa da sociedade. Entretanto, era o representante do governo que alertava para a necessidade de locação do profissional masculino nos cursos noturnos, como forma de ampliar a participação dos dois segmentos no seio da escola primária.

E se o professor primário está fadado a desaparecer do nosso ensino, será conveniente cogitar meios de combater essa tendência, e tratar de formal-o para a regência dos cursos nocturnos, destinados a adultos. Com a existencia do professor, facil seria a disseminação desses cursos, complementos indispensáveis do ensino primário, mediante gratificações módicas aos que accumulassem o ensino diurno com o nocturno. (CEARÁ, 1906, p: 17)

Aqui, a simples existência do professor tornava-se condição única para o surgimento das aulas para adultos. Mesmo sendo pouco estimulados a desenvolver esse trabalho por meio de “gratificação módica”, esse profissional acumularia funções além da pedagógica, sendo responsável também pela própria manutenção do curso noturno. Em correspondência enviada ao inspetor escolar do 2º Distrito de Fortaleza, identificou-se

referência a uma petição feita pelo professor do arraial Moura Brazil, requerendo “pagamento de diversas despesas effectuadas com a referida escola”⁸².

Cabia ainda aos professores fazerem solicitações dos materiais didáticos necessários ao desenvolvimento de suas funções docentes e ao Estado, o seu fornecimento. Todavia, os recursos pedagógicos disponibilizados não compreendiam às necessidades mais urgentes dessas turmas, que não contavam com a estrutura mínima de funcionamento. Eram requisitados objetos básicos, como quadro negro, cadeiras e bancos escolares, livros em branco para registro das aulas e matrículas, além do fornecimento de energia elétrica para os prédios onde estavam instalados os cursos noturnos⁸³.

Para que todas essas responsabilidades fossem efetivadas, necessitava-se que tais gastos fossem contabilizados nos orçamentos oficiais do Estado⁸⁴. As despesas programadas com os cursos noturnos estavam distribuídas entre três pontos centrais, com um valor fixo entre os cinco cursos ao longo de toda a sua existência. Por ano, em média, chegava-se a dispensar um total de 6.240\$000 (seis mil, duzentos e quarenta mil réis), o equivalente a apenas 1% dos gastos com a instrução primária no Ceará⁸⁵.

Quadro IX

Despesas anuais do Estado com os cursos noturnos

Despesas	Granja	Fortaleza*
Cursos Noturnos		
Vencimentos dos professores	720\$000	4.800\$000**
Expediente	24\$000	96\$000
Iluminação	120\$000	480\$000
Total	864\$000	5.376\$000

*Esses valores correspondem a despesas com quatro cursos noturnos.

**o valor pago ao professor da capital aumentava para 1.200\$000.

Fonte: Orçamentos dos anos de 1917, 1920 e 1921.

⁸² Ofício nº 2.223, de 21 de julho de 1915 (APEC. Instrução Pública, Correspondência Expedida, 1915).

⁸³ Essa mesma realidade também foi identificada no estudo desenvolvido por Feitosa (2008) na atuação dos professores cearenses de primeiras letras durante o período final do Império.

⁸⁴ Conferir Leis Nº 1.401, de 02 de outubro de 1916, Nº 1717, de 04 de outubro de 1919 (Anexo IV, p. 192) e Nº 1.823, de 25 de outubro de 1920, que fixavam as despesas e orçavam as receitas do Estado para os exercícios financeiros dos anos subsequentes.

⁸⁵ Cálculo baseado nos gastos orçados para o ano de 1917, quando as despesas com o ensino primário chegavam a quantia de 555.633\$998 (Cf. Lei Nº 1401, de 02 de outubro de 1916).

A presença dessas despesas nos orçamentos do Governo coincide com o período de existência desse tipo de aula nas escolas cearenses, enquanto reflexo da atenção dada à questão pelo poder público. Os quatro cursos noturnos da capital foram contabilizados até o ano de 1921, tendo o de Granja permanecido entre as despesas públicas até o ano de 1920. Essas datas coincidem com a finalização das atividades pedagógicas desses cursos, não sendo as motivações para tal reveladas nos documentos consultados.

Algumas possibilidades para tal situação são abordadas no tópico seguinte, considerando as mudanças no direcionamento pedagógico e administrativo proposto pela Reforma de 1922, como fator fundamental para explicar a retirada do Estado na promoção dos cursos noturnos.

3.1.2. A Reforma da instrução primária cearense de 1922 e a retirada do Estado na promoção dos cursos noturnos

A bandeira contra o analfabetismo chegou aos anos de 1920 como algo ainda não resolvido. No entanto, mudaram-se os discursos e a forma de encarar os problemas educacionais. Surgiam os primeiros profissionais da educação e novas propostas foram feitas nos Estados. A disseminação de escolas voltadas para a mera alfabetização já não era vista como o ideal, já que os resultados apresentados não surtiram o efeito esperado.

Negava-se agora a importância do combate ao analfabetismo e defendia-se a difusão de uma escola “integral”, na qual fosse oferecido muito mais que os rudimentos da língua materna e das quatro operações. A atenção não estava mais na mera expansão quantitativa das unidades escolares, mas no âmbito pedagógico, nas propostas de formação integral dos cidadãos, num movimento que ficou conhecido como “otimismo pedagógico”⁸⁶.

Nessa altura da discussão, o problema que se propõe não é apenas o de aumentar quantitativamente as unidades escolares do grau primário; na verdade, trata-se de pensar a escola primária muito mais como etapa fundamental de “formação” do que

⁸⁶ Sobre maiores esclarecimentos sobre “entusiasmo” e “otimismo pedagógico” ver obra de referência de Jorge Nagle (2001).

de “instrução” (...). Aqui, o modelo pedagógico se transforma no instrumento de felicidade social; o “pedagógico” importa mais que o “educacional”, no sentido que o aspecto “doutrinário” sobreleva o aspecto “meramente informativo”, a começar pelo sentido que aquele oferece a este (NAGLE, 2001, p: 151).

A Primeira República, em particular a década de 1920, diferenciava-se pela propulsão de reformas educacionais desenvolvidas, tendo o combate ao analfabetismo como meta central. Seja através de modificações pontuais no sistema de ensino, voltadas para um ou outro nível, ou através de uma grande reformulação de toda a proposta de ensino, a elevação da instrução da população sempre esteve como pano de fundo dessas intervenções.

É preciso destacar aqui, no entanto, que não havia neste período da história da educação brasileira uma visão única acerca das carências educacionais do País. Existiam intelectuais que, por sua dedicação à causa pedagógica, apresentaram propostas diferenciadas para a solução das limitações vivenciadas nas escolas públicas.

Frota Pessoa era um desses intelectuais. Cearense de grande atuação na política local, Frota Pessoa encontrava-se radicado na cidade do Rio de Janeiro devido a perseguições políticas⁸⁷, onde chegou a ocupar a função de subdiretor de instrução pública do Distrito Federal. Como estudioso da realidade educacional, produziu uma obra significativa relacionada às questões do ensino primário⁸⁸.

Particularmente sobre a instrução primária e o analfabetismo, Frota Pessoa trouxe à tona a responsabilidade da própria estrutura educacional para com as preocupantes estatísticas apresentadas no período. Segundo o autor (1924, p:10-11), o sistema educacional brasileiro foi organizado seguindo um padrão cultural diferenciado daquele demandado pelas camadas populares. Com custos elevados e oferecidas em quantidade insuficiente, as escolas primárias criadas não promoviam o atendimento à população em idade escolar, tornando-se assim elitista e excludente.

⁸⁷ Frota Pessoa se colocava ativamente contra o governo de Antonio Pinto Accioly, sendo um dos principais defensores da candidatura de Franco Rabelo ao governo do Estado. (Cf. ANDRADE, 1994, p: 226)

⁸⁸ Podem-se citar como principais obras os livros **Educação e a rotina** (1924), **Divulgação do ensino primário** (1928), com o qual ganhou o II Prêmio Francisco Alves, **A realidade brasileira** (1931) entre outras centenas de artigos publicadas no Jornal do Brasil ao longo das décadas de 1930 e 40. Tais obras foram disponibilizadas a partir da pesquisa desenvolvida pela Profa Dra Sofia Lerche Vieira sobre o educador Frota Pessoa. Para maiores informações ver Vieira (2008c).

Tal situação só fazia ampliar o analfabetismo no País. Era preciso, pois, uma reforma radical, na qual houvesse um novo direcionamento das finalidades escolares. Frota Pessoa defendia uma proposta que, para os olhos de hoje, pode parecer inadequada e ilegal, mas que se fez presente de certa forma em algumas reformas desenvolvidas nos anos de 1920, ligadas aos princípios do entusiasmo pela educação.

Proclamava o intelectual que, diante das limitações orçamentárias e da crescente demanda por instrução, só restaria ao poder público a tarefa de otimizar os poucos recursos disponíveis. Recomendava a construção de prédios maiores e a diminuição do tempo de ensino primário obrigatório para dois anos, de forma a atender o maior número de alunos num mais curto espaço de tempo. Neste sentido, acreditava que era melhor “conhecer as primeiras letras que ser analfabeto e que pela instrução primária é que inicia a educação mental e mesmo a técnica” (PESSOA, 1924, p: 20).

Pregava ainda que ao Estado não caberia a responsabilidade de oferecer instrução gratuita aos que não necessitavam de assistência pública. Como justificativa para a atitude, estaria o fato de que seria “a invasão das escolas municipais pelos que podem ser educados à custa de seus pais” o motivo da impossibilidade de oferecer educação e ensino a um maior número de analfabetos (Ib.idem, p: 54).

Como se percebeu, as propostas de Frota Pessoa para a instrução estavam voltadas para a construção de um modelo específico para as camadas populares. Mesmo que pensasse para este público uma educação reduzida, esta deveria ser, todavia, diferenciada daquela oferecida aos setores mais abastados.

Os analfabetos que oneram e envergonham nossa civilização, não nos pesam tanto por que sejam analfabetos, como principalmente porque são criaturas ainda inassimilados, a quem é forçoso por isso mesmo, proporcionar uma educação toda especial, que não é a mesma de que precisam os iletrados das classes burguesas (Ib.idem, p: 33-4).

A Primeira República chegou ao seu fim com a marca da exclusão como principal característica, sendo sua sociedade constituída por “uma elite formada artificialmente sobre um pedestal de analfabetos” (Ib.idem, p: 54). Na esfera local, a escola primária cearense não

diferia muito do que fora exposto até aqui, mesmo sendo alvo de um dos episódios mais discutidos do período, com a vinda de Lourenço Filho.

Objetivando modificar este cenário, o governo de Justiniano de Serpa⁸⁹ convidou o educador Lourenço Filho para promover uma reformulação do sistema educacional, tendo a escola primária e a Escola Normal como espaços centrais. Pretendia-se, através de uma profunda revisão das idéias pedagógicas reorganizar a estrutura educacional então existente (NOGUEIRA, 2001).

Escolas foram agrupadas, professores foram formados seguindo os princípios escolanovistas, materiais didáticos foram adquiridos, de forma que o Ceará conseguisse amenizar os efeitos do analfabetismo. Mesmo que o foco central de tais ações fossem as crianças em idade escolar (de 7 a 12 anos), não se poderia deixar de lado quase 2/3 da população que já havia ultrapassado os 15 anos de idade, taxa que se ampliava cada vez mais (ver Tabela V abaixo).

Tabela V

População cearense por faixa de idade

Idade	1872	1890	1900	1920
- de 1	28.312	23.544	30.362	28.772
1 – 14	286.000	348.166	390.157	534.588
15 – 59	378.612	406.597	401.724	695.375
60 e +	27.831	27.095	23.990	57.955

Fonte : IBGE. Séries Estatísticas Retrospectivas. Volume 1, 1986a.

Percebeu-se, contudo, que tal público nunca fora o centro das ações contra o iletramento, mesmo que, como visto antes, seja apontado como o maior responsável por todos os problemas do País. De uma forma geral, quando se observava algum tipo de menção voltada à instrução de adultos, esta era feita de maneira secundária à educação das crianças.

⁸⁹ Nascido no município de Aquiraz-Ce, Justiniano de Serpa esteve como Presidente do Estado entre 1920 e 1923, quando precisou se afastar do cargo por motivo de saúde. Seu governo ficou conhecido principalmente pela reforma promovida no sistema educacional que contou com sua atenção pessoal.

Ao novo regime ficara, assim, em todo o seu peso, a tarefa de libertar o povo brasileiro de seu endêmico analfabetismo. Além da missão de garantir a ordem, cumpria, portanto, às administrações republicanas, no desempenho de um dever que, nem por meramente transitório, era de relevância menor, difundir com largueza o ensino, **instruindo, na medida do possível, as gerações que haviam transposto o tempo próprio da frequência escolar, sem nunca terem penetrado numa casa de educação intelectual**, mas preocupando-se, sobretudo, com a criança ainda em idade de receber normalmente o benefício das primeiras letras [grifos nosso]. (PINTO, 1939, p: 79)

Esta situação agravou-se ainda mais com a instituição da reforma educacional de 1922. Segundo o Regulamento da Instrução Pública, elaborado por Lourenço Filho (ver Imagem VI), o ensino primário tornaria obrigatória para as crianças analfabetas de ambos os sexos e facultativa às não analfabetas em idade escolar (Art.87).

Imagem VI

Capa da Impressão do Regulamento da Instrução Pública distribuído nas escolas cearenses.



Fonte: Academia Cearense de Letras, 1923.

Neste sentido, haveria uma preferência no momento das matrículas para aquelas crianças que não tinham ainda se alfabetizado. Essa preferência no atendimento ficava explícita em um dos artigos da legislação:

Art. 88 – A matrícula nas escolas isoladas reunidas ou grupos estará aberta na primeira quinzena lectiva de cada semestre, sendo observado o seguinte:

(...) 4) os analfabetos em idade escolar tem sempre preferência para a matrícula; depois os menos adiantados, da mesma idade, só havendo vaga, depois da matrícula desses é que devem ser acceptos os não analfabetos e os analfabetos de 14 a 16 anos. (CEARÁ, Regulamento da Instrução Pública de 1922).

Notou-se claramente a pretensão de instituir uma política de disseminação da instrução primária baseada nos princípios defendidos por Frota Pessoa e já executados na Reforma de São Paulo anteriormente⁹⁰. A intenção era oferecer os rudimentos da leitura e da escrita em um breve espaço de tempo, para uma grande quantidade de crianças, especialmente as que não tinham acesso aos bancos escolares.

Diferentemente da proposta paulista, a reforma cearense também trazia uma “reforma de idéias”, ao introduzir uma nova estruturação física e pedagógica para a escola cearense⁹¹. Como consequência desse novo direcionamento das ações públicas, foram as iniciativas voltadas para o público adulto as que sofreram os maiores impactos, que culminaram com a sua extinção.

Isso aconteceu, entretanto, antes mesmo que as novas propostas educacionais fossem apresentadas à sociedade. Um dia antes da aprovação da Lei Nº 1.953 de 02 de agosto de 1922, que reorganizava a instrução pública do Estado, os quatro professores dos cursos primários noturnos da capital foram convidados a comparecer a recém-criada Diretoria da Instrução Pública.

O assunto a ser tratado entre o Diretor Geral, Lourenço Filho, e aqueles professores não foi discriminado no ofício remetido⁹², mas sabia-se que no mesmo dia teria sido assinada pelo Presidente do Estado a extinção de tais cursos. No documento, apontava-se

⁹⁰ A Reforma realizada no Estado de São Paulo foi promovida por Sampaio Dória nos anos iniciais da década de 1920 através da Lei 1.750, de 8 de dezembro de 1920. Segundo Nagle (2001, p: 246) esta lei “introduziu as primeiras e mais radicais alterações feitas nos sistemas escolares estaduais de todo o decênio dos vinte” ao propor uma reorganização profunda da organização do ensino. Como principal ação, Sampaio Dória propôs a redução do tempo escolar para que uma maior quantidade de crianças pudesse frequentar a escola e, assim, alfabetizar uma maior parcela da população num curto espaço de tempo. Por esta e outras ações, a reforma paulista recebeu críticas severas por defender uma educação simplista e aligeirada, voltada apenas para a mera alfabetização.

⁹¹ Mais informações sobre os impactos da reforma de 1922 para a educação primária cearense encontra-se no capítulo seguinte.

⁹² Ofícios enviados em 29 de julho de 1922 aos professores dos quatro cursos noturnos de Fortaleza.

como motivo para a interrupção das atividades pedagógicas o fato de que esses cursos “nunca tiveram funcionamento regular”, e que, por isso mesmo, não tinham “satisfeito os fins a que foram destinados”⁹³.

Diretoria da Instrução.

O Presidente do Estado, tendo em vista que as Escolas dos bairros “Bemfica”, “Matadouro”, “Outeiro” e “Moura Brazil”, do município de Fortaleza, creadas pelo acto de 1º de junho de 1914, nunca tiveram funcionamento regular e que, por isso mesmo não tem satisfeito os fins a que foram destinadas, resolve, por conveniência do ensino, extinguir as referidas escolas.

Palácio da Presidência do Ceará

1º de agosto de 1922.

Dr. Justiniano de Serpa

Os possíveis fatores que contribuíram para a extinção desses cursos noturnos não foram citados em nenhuma correspondência identificada. A ausência de dados estatísticos referentes ao período em que essas aulas funcionaram também corroborou para que uma lacuna surgisse na investigação. É possível, entretanto, especular algumas possibilidades para que os cursos noturnos não tenham atingido os seus objetivos, como afirmou o próprio poder público. A evasão dos alunos e a precariedade das estruturas dos espaços onde funcionavam poderiam ser algumas delas, visto serem estes os principais obstáculos apontados no interior da escola primária cearense como um todo.

Mesmo tendo sido definida como uma das competências do Presidente do Estado a de criar cursos noturnos (Art.5º, inciso 3, do Regulamento da Instrução Pública de 1922), o que se registrou nos momentos seguintes à Reforma de 1922 foi um movimento contrário. Fechados os cursos, restou ao Estado apenas a responsabilidade de efetuar pagamentos de despesas referentes ao período em que eles ainda funcionavam.

Foram localizadas cerca de dez petições de proprietários dos imóveis, requerendo o pagamento de aluguéis atrasados. Os pedidos eram encaminhados à Diretoria da Instrução, que os remetia à Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça.

⁹³ Cf. Ato do Presidente do Estado, de 1º de agosto de 1922 (APEC. Instrução Pública. Atos e decretos do Presidente do Estado, 1922).

Instrução Publica, em 12 de setembro de 1922.

Ilmo. Sr. Dr. Secretario do Interior e da Justiça

Nº 323

Devolvo a V. Excia. devidamente informado a petição de D. Edwrigens Maia, por seu procurador João do Castro Ramalho, solicitando pagamento dos alugueis do prédio onde funcionava a extincta Escola Nocturna do bairro Moura Brazil, do município de Fortaleza correspondente aos meses de maio, junho e julho, do corrente anno, que me veio ás mãos com o seu officio sob nº 4.319, de 29 de agosto ultimo.

Saudações.

Diretor Geral

(APEC.Instrução Pública. Correspondência Expedida, 1922)

Quanto ao curso da cidade de Granja, nenhuma alusão foi identificada sobre o seu fechamento e os possíveis motivos. Acredita-se que isso aconteceu, pelo menos, dois anos antes, devido, como mencionado, à sua não contabilização nos orçamentos do Estado a partir de 1920. Foi possível notar, entretanto, que a extinção coincidiu ainda com a mudança na Presidência do Estado, tendo sido o governo de João Thomé⁹⁴ o que mais destaque deu à questão da escolarização dos trabalhadores.

Somente na administração de João Thomé foram identificadas as primeiras referências ao funcionamento de cursos para adultos analfabetos nas Mensagens enviadas à Assembléia. Em 1918, foram relatados apenas os cinco cursos noturnos dentre as 468 escolas isoladas, permanecendo igual no ano seguinte, mesmo com o aumento das escolas para 513 (CEARÁ, 1918, p: 35 e 1919, p: 19).

Como se pode perceber, a existência desse tipo de curso era quase insignificante diante do total de escolas primárias mantidas pelo Estado. Estas, entretanto, mostravam-se de bastante significado para o contexto da época, por representarem, até aquele momento, as únicas experiências desenvolvidas pelo poder público.

⁹⁴ João Thomé de Saboya e Silva nasceu em Sobral-Ce e formou-se engenheiro e magistrado. Foi Presidente do Estado entre 1916 e 1920.

Os fatores que fizeram com que a instrução de adultos analfabetos tomasse essa dimensão no governo de João Thomé, mesmo que pouco expressiva como vem sendo salientado ao longo desse estudo, não ficaram claros no cruzamento dos dados coletados. Nada havia de diferente em seus discursos que expressasse essa preocupação maior para a alfabetização dos trabalhadores, nem mesmo que destacasse as ações que foram desenvolvidas em pontos isolados do território cearense⁹⁵.

Outras experiências, além das promovidas em Granja e Fortaleza, foram identificadas nesse mesmo intervalo de tempo, novamente no interior do Estado. Com características de funcionamento distintas, entretanto, das que foram abordadas até aqui, os cursos primários noturnos instalados nas cidades de Crato e Sobral surgiram na investigação como elemento diferenciado para a compreensão do papel desenvolvido pelo poder público, como será mostrado a seguir.

3.2. Os cursos primários noturnos de Sobral e Crato.

Criados também durante o governo de João Thomé, os cursos primários noturnos mantidos nas cidades de Sobral e Crato⁹⁶ distinguiam-se dos existentes em Granja e Fortaleza por causa de sua organização diferenciada. Por estarem vinculados diretamente aos Lyceos criados na mesma ocasião (ver Imagem V da Lei de criação a seguir), os cursos dessas duas cidades apresentavam uma estrutura curricular e pedagógica distinta das que eram expressas no Regimento de 1915.

Criados em 29 de setembro de 1917, os cursos noturnos, diferentemente do ensino secundário oferecido nas duas cidades, deveriam ser ofertados exclusivamente para alunos do sexo masculino, de forma gratuita, e sob a orientação de professores também do mesmo sexo.

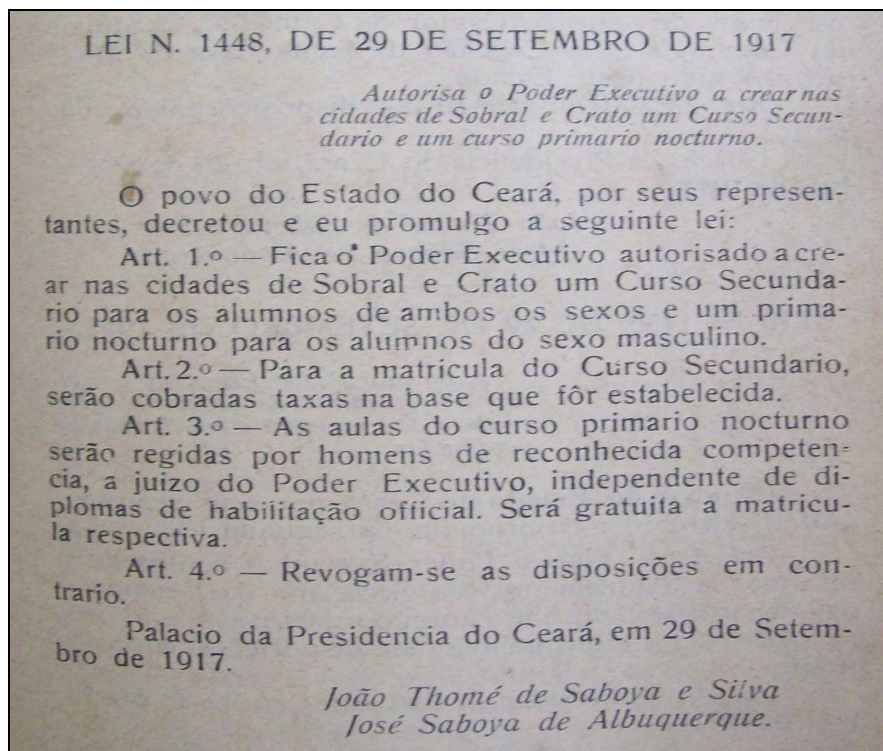
⁹⁵ Ver mapa com a localização dos cursos noturnos promovidos pelo Estado e grupos sociais ao longo da Primeira República no Ceará no Apêndice V (p.179).

⁹⁶ Os municípios de Sobral e Crato aparecem já no início do século XX como um dos mais promissores do interior do Estado. Com uma economia bem desenvolvida e contando com um crescimento urbano diferenciado, estes municípios apresentavam as maiores populações, sendo Sobral a 2ª maior cidade cearense com cerca de trinta e nove mil habitantes, e Crato com quase trinta mil, ocupando a 5ª posição (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1922).

Estes, seguindo as práticas comuns do período, seriam nomeados pelo próprio governo de acordo com a sua competência, que independeria de formação oficial.

Imagem V

Lei de criação dos cursos primários noturnos nas cidades de Sobral e Crato, no ano de 1917.



Fonte: Coleção das Leis do Estado do Ceará, do ano de 1917. (Setor de microfilmagem da BPPMP)

Era, entretanto, a dinâmica de funcionamento desses cursos que chamava atenção. Estes, diferentemente dos outros cursos mantidos pelo Estado, tiveram uma legislação específica, que regulava a forma como estariam organizados⁹⁷. Somente em março de 1918, os cursos de Sobral e Crato foram regularizados pelo Presidente do Estado, através da elaboração de Regulamento próprio.

Segundo o Decreto 103, a abertura dos cursos primários noturnos se justificaria em virtude das dificuldades que os trabalhadores iletrados dessas cidades encontravam em instruir-se. Percebendo que estes não poderiam frequentar as escolas primárias diurnas “por

⁹⁷ Conferir em Anexo Decreto N° 103, de 07 de Março de 1918, que regulava os cursos secundários e os primários noturnos dessas cidades (p.187).

coincidirem as horas de trabalho dessas com as dos serviços a que se dedicam e de que tiram os meios de sua subsistência”, eram as aulas noturnas as únicas oportunidades para que isso acontecesse.

Dividido em dois capítulos, de acordo com o tipo de ensino oferecido, o regulamento anexo ao Decreto supracitado trouxe importantes informações para se compreender a experiência desenvolvida no interior do Estado. Dedicando a primeira parte para a regulação dos cursos secundários, com a descrição da estrutura curricular e do corpo de profissionais que seriam contratados para o funcionamento dos dois Lyceos, o Regulamento reservava, entretanto, grande parte do seu texto para a organização dos cursos primários noturnos.

Através de vinte artigos, são apresentados aspectos muito particulares para o bom funcionamento das aulas, com um detalhamento, em muitos pontos, superior à Legislação anteriormente elaborada sobre o assunto. De acordo com o texto, os cursos noturnos seriam destinados aos jovens maiores de 12 anos de idade que não frequentavam as escolas diurnas (Art. 14), idade inferior à que era indicada para as demais iniciativas de escolarização de adultos.

Outro aspecto inovador dizia respeito à organização curricular desses cursos, estruturados em três classes de forma a compreender todo o ensino primário regular. Assim sendo, seria o curso elementar equivalente à 1ª e 2ª classe dessa etapa de formação; o nível médio corresponderia à 3ª classe; e por fim, a classe superior próxima aos conteúdos da 4ª e 5ª classes (Art. 16 e 19).

Não se percebe uma intenção de simplificar ou mesmo de aligeirar o ensino promovido nesses cursos, visto ter havido uma preocupação também com um detalhamento das matérias que comporiam os três anos de ensino. Caberia ao professor, em cada uma dessas classes, abranger, através de estudos simultâneos, as respectivas matérias do trabalho escolar:

- Leitura, escrita, linguagem e redação;
- Aritmética prática: as quatro operações sobre números inteiros; frações decimais e ordinárias; sistema antigo de pesos e medidas (parte em uso); sistema métrico decimal; letras promissórias; juros e descontos;
- Noções de geografia geral, especialmente a do Brasil e a do Estado do Ceará;

- Noções de História do Brasil, particularmente da História do Ceará; leitura sobre a vida dos grandes homens da História;
- Ensino prático das formas geométricas;
- Desenho linear;
- Noções de ciências físicas e naturais, nas suas mais simples aplicações;
- Instrução moral e cívica (Art. 15).

A escolha da melhor forma de se trabalhar com tais matérias ficaria a cargo somente do professor, recomendando-se que seu ensino fosse dado “em conformidade com programas das escolas publicas primarias de ensino integral e dos grupos escolares” (Art. 18). Desta forma, prevalecia a tendência natural de adequar as práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças às atividades voltadas para o público adulto, observadas nas outras experiências já analisadas.

Havia uma preocupação com a aprendizagem dos alunos não observada na Legislação anterior quando se referia à progressão para os níveis seguintes. Segundo Art. 20 do Regulamento, as classes média e superior só seriam organizadas nessas cidades quando os alunos estivessem suficientemente preparados para acompanhá-las, o que de fato não aconteceu.

Foram determinadas ainda normas básicas de funcionamento, com a indicação da carga horária dos cursos noturnos. O horário das aulas, segundo o texto, seria das 6h às 9h da noite, durante o ano letivo, “excepto aos domingos e dias santificados e feriados por lei” (Art. 22). As aulas noturnas funcionariam nas mesmas dependências físicas das escolas secundárias, aproveitando ainda o mesmo quadro de profissionais dirigentes e administrativos (Art. 23).

De acordo com os registros contidos no livro de matrícula do pessoal docente e administrativo dos cursos da cidade de Sobral e Crato, havia uma constância entre aqueles profissionais que estavam à frente das aulas noturnas. Conforme informações do Quadro X, apenas três professores foram nomeados para atuarem com as turmas noturnas, sendo poucas as substituições concedidas ocasionadas por afastamento temporário dos professores titulares.

Quadro X

Relação do pessoal docente e administrativo dos cursos primários noturnos das cidades de Sobral e Crato

Cargo	Nome	Nomeação	Exercício	Observações
Diretor (Sobral)	Dr. Ruy de Almeida Monte	1º de abril d 1918	-	-
Professor da classe elementar (Sobral)	José Deusdedit Mendes	08 de março de 1919	02 de junho de 1919	Em 21 de janeiro de 1920, o professor José Deusdedit entrou em gozo de 30 dias de licença verbal, com ordenado concedido pelo respectivo Diretor, sendo nomeado para substituí-lo, o cidadão Tobias de Sales Araujo, o qual assumiu o exercício a 3 de fevereiro seguinte.
Diretor (Crato)	Elyseo de Figueiredo	29 de abril de 1919	1º de maio de 1919	Por título de 29 de abril de 1919 foi o professor da cadeira de português Elyseo de Figueiredo nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Diretor, cujo exercício assumiu no dia 1º de maio seguinte.
Professor da classe elementar (Crato)	Vicente de Brito	22 de maio de 1919	1º de junho de 1919	Por título de 22 de maio de 1919 foi o cidadão Vicente de Brito nomeado interinamente para exercer o cargo de professor da classe elementar, assumindo o exercício de suas funções em 1º de junho seguinte.
Professor da classe média (Crato)	João Evangelista Gonçalves	22 de maio de 1919	1º de junho de 1919	Por título de maio de 1919 foi o cidadão João Evangelista Gonçalves nomeado para exercer interinamente o cargo de professor da classe média, cujo exercício assumiu no dia 1º de junho seguinte.

Fonte:APEC.Instrução Pública.Matrícula dos cursos secundários e primários noturnos das cidade de Sobral e Crato, 1918.

Esses profissionais, após a nomeação, seriam equiparados em suas incumbências aos demais professores públicos primários (Art. 31). No entanto, foram diferenciados quando de suas remunerações, ao receberem um valor inferior ao pago aos professores do curso secundário. Essa desvalorização do professor primário noturno, já destacada em outros momentos da pesquisa, sobressaltou-se ainda mais quando confrontada com os vencimentos dos demais profissionais da escola, como se ver nos valores trazidos no Art. 33 do Regulamento.

Art. 33 – Os professores, tanto dos Cursos Secundários como dos Cursos Nocturnos, e respectivo pessoal administrativo, perceberão os vencimentos constantes da tabella anexa, divididos, para esse efeito, em ordenado e gratificação.

Tabella a que se refere o Art. 33 supra

Professores do Curso Secundário

200\$000

Primário	120\$000
Gratificação ao professor que servir de director	100\$000
Amanuense archivista	150\$000
Porteiro	120\$000
Bedel	120\$000
Servente (diária)	2\$000

(CEARÁ, Decreto Nº103, 1918)

Comparativamente, o professor noturno receberia um dos menores ordenados da instituição, o mesmo valor do salário de um porteiro ou um bedel. Essa desvantagem salarial refletia a própria desvalorização da função docente, quando direcionada ao ensino das primeiras letras agravada pelo fato de seu trabalho ter como alvo a alfabetização de jovens e adultos trabalhadores.

No dia 04 de novembro de 1918, oito meses após o Decreto que estabelecia o Regulamento dos cursos, seriam finalmente aprovadas pelo Presidente do Estado as orientações acima expostas. Através de um novo Decreto, ficavam abertos ainda os créditos necessários à execução do que determinava a referida lei (CEARÁ, Decreto Nº 1.650, 1918). Essa demora na tramitação da aprovação dos Decretos fez com que os cursos de Sobral e Crato tivessem suas atividades iniciadas mais de um ano após a autorização para sua criação.

O fato, no entanto, não representou a criação de uma expectativa maior quanto à instalação desse tipo de aula nas duas cidades. Assim como nas demais experiências do governo, não foram localizados, registros com dados sobre a matrícula e a frequência dos alunos. Por isso, é difícil fazer uma avaliação mais efetiva sobre os impactos que estas ações de escolarização tiveram sobre o contexto local.

O único relato colhido dessa experiência foi encontrado numa correspondência remetida pelo professor José Deusdedit Mendes, do curso elementar de Crato, em 26 de janeiro de 1920⁹⁸. Dirigido ao próprio Secretário do Interior, o Sr. José Moreira da Rocha, o ofício fazia referência a um impasse no cumprimento do horário de funcionamento de suas aulas.

Segundo as palavras do professor, o horário estipulado pelo Regulamento seria “excessivo, desde que a matrícula é de um numero de alumnos bem inferior a quarenta – o

⁹⁸ Conferir Ofício citado em Anexo V (p. 193).

numero maximo – e os ensinos são elementares e fáceis”. Seria, portanto, desnecessário que as aulas durassem três horas⁹⁹. O professor pedia, então, uma autorização para que esta carga horária fosse reduzida para duas horas diárias (das 6h às 9h da noite) o que o professor considerava “tempo muito suficiente para a execução de todos os trabalhos lectivos concernentes aquella classe”.

O professor informava ainda que este fato era de conhecimento do diretor do Lyceo de Sobral, a quem também foi solicitado um posicionamento oficial. No parecer do Diretor, que constava em anexo à correspondência, havia uma apreciação do quadro, seguida de ratificação dos argumentos apresentados pelo docente.

Mesmo ciente das regulamentações legais, o Diretor reafirma que “a frequência á aula da classe elementar, única que funcionava no corrente anno, tem sido apenas a estritamente determinada para a sua continuação”. Recomendava, por isso mesmo, a redução em caráter provisório da duração de cada aula. Justificava, ainda, afirmando que mesmo com apenas duas horas, mantinha-se “uma media de tempo, para cada alumno, superior aquella obtida quando, sendo de 3 horas cada aula, andasse a frequência pelo seu limite maximo”.

Coube ao Secretário do Interior deferir favoravelmente, de acordo com as informações enviadas. Isto, entretanto, não foi suficiente para assegurar a permanência das atividades pedagógicas nas duas cidades. Logo em seguida, em 16 de agosto de 1920, o recém eleito Presidente do Estado, Justiniano de Serpa, mandava fechar os cursos secundários e primários noturnos de Sobral e Crato.

Lei Nº 1.734, de 16 de agosto de 1920

Supprime os cursos nocturnos secundários e primários nocturnos de Sobral e Crato.

O povo do Estado do Ceará, por meio de seus representantes decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam suppridos os cursos secundários e primários nocturnos de Sobral e Crato, creados em virtude da Lei nº 1.448, de 29 de setembro de 1917.

⁹⁹ De acordo com o Art. 24, parágrafo único, seria de 40 o número de alunos a matricular em cada classe do curso noturno, e com uma frequência mínima de 15 alunos para que estes pudessem manter funcionando (CEARÁ, Decreto 103, de 7 de março de 1918).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor desde a data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Ceará, em 16 de agosto de 1920.

Justiniano de Serpa
Claudio Ideburque Carneiro Leal Filho

(Coleção de leis do Estado do Ceará do ano de 1920. 29 vol. Fortaleza. Typ. Moderna. 1920. Setor de Microfilmagem da Biblioteca Meneses Pimentel)

Sem apresentar qualquer tipo de justificativa para o ato, o governo extinguiu uma de suas principais iniciativas no combate ao iletramento adulto no interior do Estado. Assim como no caso de Granja e Fortaleza, as aulas noturnas mantidas pelo poder público foram suprimidas, sem que os motivos ficassem claros, sendo a evasão e a baixa procura pela população as possíveis razões para que isso acontecesse.

Mesmo com os episódios dos fechamentos dos cursos noturnos mantidos pelo Estado, este período mostrou-se muito fecundo para a instrução de adultos com o surgimento de uma grande diversidade de ações nesta área. Além das iniciativas tomadas pelo poder público, segmentos da sociedade cearense, a exemplo do período anterior, surgiram como atores no combate ao analfabetismo, fortalecidos por uma efetiva ajuda do Estado.

3.3. Fortalecimento das parcerias entre Estado e sociedade no combate ao analfabetismo.

O curto período entre os anos de 1914 a 1922 mostrou-se nessa investigação sobre as ações de escolarização de adultos no Ceará da Primeira República como o de maior propulsão de iniciativas nesse sentido. Ações de diferentes naturezas e propostas foram desenvolvidas com o intuito de reverter os altos índices de iletramento apresentados naquela ocasião.

Foi, todavia, a postura adotada pelo poder público diante da urgência de disseminar a instrução primária entre a classe trabalhadora que fez com que algo de inovador fosse percebido. Além do fato de este ter começado a atuar como promotor dessas iniciativas,

através da criação de cursos noturnos tanto no interior como na capital do Estado, como visto antes, o governo cearense atuou ainda como importante parceiro daquelas instituições que desenvolviam alguma experiência no campo da instrução popular.

Assim como nos momentos anteriores, esses segmentos da sociedade apresentavam ações de grande valia para o contexto educacional cearense, ao continuar ocupando um espaço deixado pelo Estado, na garantia do direito ao acesso à educação. Além da criação de aulas noturnas isoladas, a sociedade organizada da segunda década do século XX desenvolveu a primeira grande campanha de difusão da instrução a partir da criação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo - LBCA¹⁰⁰.

Com o objetivo de combater esse grande inimigo do Brasil e de comemorar o primeiro centenário da Independência (no ano de 1922) livre do analfabetismo (RIBEIRO, 1989, p: 190), a Liga primava em suas ações pela criação de cursos noturnos por todo o território nacional. Para tanto, foram criados comitês locais, de forma que seus ideais fossem propagados, e a população assumisse essa responsabilidade para a construção de uma nova sociedade através da educação.

No Ceará, a data da criação da Liga local não é muito precisa, sendo o primeiro relato de uma organização com este molde datado ainda do período do governo Accioly, com pelo menos quatro anos de antecedência à criação da Liga Nacional¹⁰¹. Em resposta ao ofício do representante cearense do Grêmio Brasileiro Propagador da Instrução Popular, o Secretário do Interior, José Pompeu Pinto Accioly, parabenizava a instituição por tal iniciativa.

1ª Secção. Em 18 de maior de 1911.

Nº 914

Im. Sr.Souza Rauges, Director Geral do Grêmio Brasileiro Propagador da Instrucção Popular em Fortaleza.

Recebi, com especial agrado officio d V. As, de 8 do mez corrente, communicando haver sido creada, nesta Capital, a Liga contra o analphabetismo, que tem por fim manter escolas primarias gratuitas.

¹⁰⁰ A Liga Brasileira surgiu no ano de 1915, na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰¹ Não foi encontrado nenhum outro documento referente à atuação da Liga cearense que comprovasse esse caráter inovador frente ao movimento nacional de combate ao analfabetismo.

Applaudindo os nobres intuitos da associação, faço voto pela sua prosperidade se penhorando, retribuo a Vsa. os seus offerecimentos.

J.P:Accioly

(APEC. Instrução pública. Correspondência Expedida, 1911)

Somente a partir do ano de 1917, as primeiras ações da Liga cearense foram registradas. Tendo em sua diretoria membros ilustres da sociedade local¹⁰², a Liga contava com o total apoio do governo estadual para o desenvolvimento de suas ações. Novamente o Presidente João Thomé tomou a frente e desenvolveu uma relação de parceria com a entidade a fim de colaborar com o seu projeto, disponibilizando o quadro de docentes das escolas públicas, conforme determinava o Decreto abaixo citado.

Decreto Nº 1.513, de 7 de novembro de 1917

Considera instituição de utilidade publica a “Liga Cearense contra o Analphabetismo”.

O povo do Estado do Ceará, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - É considerada instituição de utilidade publica a “Liga cearense contra o anaphabetismo”.

Art. 2º - Às professoras publicas, que além de sua aula, leccionarem, á tarde ou á noite, as mesmas matérias do curso escolar a alumnos differentes, será computado, pela quinta parte, como tempo de serviço, para a concessão da melhoria de vencimentos de que trata a Lei nº 1349, de 28 de agosto de 1916, bem como para a percepção da gratificação de antiguidade e aposentadoria, o período que, durante o anno lectivo, ensinarem, effectivamente, as referidas matérias.

Art. 3º - Para os effeitos do artigo antecedente, as classes, de que nelle se cogita ficarão sujeitas ao mesmo regimen estabelecido para as escolas pelo Regulamento da Instrucção Primária do Estado, sendo o cumprimento das obrigações attestado pelos Inspectores Escolares regionaes, quando em inspecção, mediante informações dos Inspecores Locaes.

¹⁰² A composição da diretoria da Liga constava do Presidente Dr. Barão de Studart, de 1º, 2º e 3º vice-presidentes o Desembargador José Moreira da Rocha, Eduardo Salgado e o Ten. Cel. Marciano de Oliveira Ávila, do secretário Geral Joaquim Magalhães, de 1º e 2º oradores José Sombra e Ten. Paulo de Aguiar e de tesoureiro José Gentil Alves de Carvalho. Existia ainda um Conselho consultivo composto pelo Dr. Raimundo de Arruda, Dr. João Hyppolyto de Azevedo e Sá, Dr. Thomas Pompeu de Sousa Brazil, Dr. José Odorico de Moraes, Dr José Accioly, Dr. Francisco Gonçalves, Cap.Ten. Cezar da Fonseca, professor Armando Monteiro, professor Odorico Castello Branco, professor Carlos Câmara, professor Thomaz de Carvalho, professor Dionísio Torres e professora Margarida de Queiroz. Já do Conselho de honra participavam o Dr. João Thomé de Saboya e Silva, D. Manoel da Silva Gomes, Gen. Joaquim Ignácio B. Cardoso, Dr. Lauro Sodré, Dr. Pedro Celso e Cel. João Cordeiro (ALMANACH DO CEARÁ, 1920).

§ Único – A frequência media diária de cada classe, num praso de cinco mezes, não poderá ser inferior a vinte alumnos, sob a pena de não ser contado á respectiva professora o tempo adicional, correspondente a esse prazo.

Art. 4º - Ficam abertos os créditos necessários á execução da lei.

Art. 5º - revogam-se as disposições em contrario.

Palácio da Presidência do Ceará, em 7 de novembro de 1917.

João Thomé de Saboya e Silva
José Saboya de Albuquerque.

(Coleção de leis do Estado do Ceará do ano de 1917. 26 vol. Fortaleza. Typ:Moderna. 1918. Setor de Microfilmagem da Biblioteca Meneses Pimentel)

Foi preciso aqui fazer algumas observações acerca da postura adotada pelo Estado nesta situação. Ao conceder autorização para que as professoras públicas pudessem atuar, além do regime regular, em outro horário com alunos diferentes, recebendo par tal um acréscimo nos seus vencimentos, o Estado estaria cada vez mais reduzindo suas responsabilidades com relação à sua função de promotor da difusão do ensino primário. Mais uma vez o governo buscou diminuir suas despesas no combate ao analfabetismo através do pagamento de gratificações para o trabalho noturno.

Não havia nenhuma referência no texto a uma possível orientação pelo Estado de tais turmas, apenas que estas estariam, assim como qualquer outra iniciativa educacional, pública ou privada, sujeitas às orientações da legislação vigente e ao processo de fiscalização da Inspeção escolar. O que se verificou foi o estabelecimento de uma parceria com a Liga, instituição de reconhecida “utilidade pública”, e o poder público. A contrapartida deste era o fornecimento do profissional docente.

Como forma de estimular a adesão das professoras¹⁰³, foi assegurada, além de um questionável acréscimo no salário, a computação desse tempo de serviço para a aquisição de outras melhorias salariais por antiguidade e aposentadoria. Para que isso acontecesse, era preciso assegurar uma frequência mínima de 20 alunos, durante o período de cinco meses, algo muito complicado de ser alcançado naquelas condições, como relatado em documentos já apresentados.

¹⁰³ Essa é primeira referência a participação de mulheres lecionando em cursos noturnos para o sexo masculino.

No mesmo ano, na sua Mensagem apresentada ao Poder Legislativo, o Presidente João Thomé declarou a sua admiração ao trabalho desenvolvido pela Liga Cearense Contra o Analfabetismo, reforçando a necessária colaboração do Estado sempre que solicitado.

É digna de applausos e faz jus á gratidão publica a espontânea iniciativa particular em prol da instrucção primaria, com a instituição de ligas contra o analphabetismo e criação de escolas, quase a um tempo, em diversos pontos do Estado, onde a população menos favorecida da sorte, em horas que não prejudicam as do trabalho diário, recebe a precisa instrucção. Contam-se por centenas as pessoas que frequentam essas escolas, sem as quaes, forçosamente, ficariam privadas da luzes da instrucção.

Para esses desideratum, é-me grato declarar, muito contribuiu a imprensa e o meu Governo foi sempre solícito em lhe trazer o contingente que estava em sua alçada.

Manda-me a justiça que aqui consigne em destaque a ação meritória e decisiva de s.excia. revma. o sr. Dom Manuel da Silva Gomes, muito digno Arcebispo desta diocese, cujos esforços em prol da Liga Contra o Analphabetismo excedem a medida de nossa expectativa (CEARÁ, 1917, p: 18).

Reconhecendo a incapacidade de o poder público combater esse grande mal da sociedade republicana, João Thomé fez questão de deixar registrado ainda o importante papel da sociedade, em especial dos setores mais cultos, na busca pela erradicação do analfabetismo. Todavia, reconheceu também que seria difícil alcançar metas tão ousadas como as traçadas pela Liga, em tão curto espaço de tempo.

Porque aos governos seja irrealizavel resolver por si o magno problema, urge que a elles se irmanem no mesmo objetivo os indivíduos e as classes (...).

Felizmente, as camadas mais cultas da sociedade brasileira têm sido agitadas nos últimos tempos pelo ideal da extinção do anaphabetismo em todo o território patrio.

As iniciativas particulares são devidas confortantes realizações em muitos Estados, mas a vastidão do paiz e invencíveis dificuldades de outra natureza não nos permitirão, talvez, considerar victoriosa a campanha altruística ao tempo da commemoração do primeiro Centenário de nossa Independência, sonho dos espíritos voluntariosos, illustres e patrióticos da Liga Brasileira Contra o Analphabetismo (Idem, 1920, p: 28)

De fato, essas metas não foram alcançadas, e os seus impactos foram menores do que o esperado¹⁰⁴. Segundo análise de Ribeiro (1989, p: 191), a principal contribuição da Liga

¹⁰⁴ Até o ano de 1921, as ações da Liga Brasileira levaram a uma redução de apenas 5% da taxa de analfabetismo do país, quase insignificante para as pretensões de erradicar esse problema nesse intervalo de tempo. Não foi

foi, entretanto, de cunho mais ideológico, com a disseminação de uma visão preconceituosa do analfabetismo, baseada numa pretensa inferioridade intrínseca do adulto analfabeto.

Em seu estudo sobre a formação do discurso em torno da educação de adultos no início do século XX, Carlos (2005, p: 29) corrobora com essa visão ao afirmar que

Não obstante às características históricas da Liga à problemática do analfabetismo e da educação de adultos, sua prática discursiva foi eminentemente impregnada de um teor sócio-político elitista, discriminatório e excludente. De modo que o pensar e o dizer da Liga, ao fim e ao cabo, não estavam somente contra o analfabetismo, mas também contra os ditos setores marginalizados da sociedade que deveriam ser os beneficiados da luta histórica assumida por ela. Ao mesmo tempo em que implementou a luta contra o analfabetismo, a Liga disseminou um ferrenho processo de inferioridade e exclusão dos analfabetos no que tange à sua inserção na organização societária da emergente *Rés-pública*.

Ao associar a ignorância da grande parcela da população cearense e brasileira a uma “praga negra” causadora de todos os outros problemas sociais, a Liga ocultava em seus discursos as verdadeiras causas da ignorância. Não havia uma preocupação legítima em questionar os fatores que colaboravam para a permanência dos baixos níveis de instrução no País, e o próprio analfabeto era apontado com responsável por sua incapacidade de pensar e decidir, necessitando, portanto, de ajuda.

Em análise de artigos publicados pela imprensa cearense ligada à classe operária, Gonçalves (2001) identificou um manifesto de oposição à Liga Contra o Analfabetismo, elaborado por Eurico Pinto e publicado no jornal “Ceará Socialista”. Segundo ele, pouco adiantava proferir cruzadas contra o analfabetismo se não se buscavam transformar antes as condições de miséria do operariado, estando na “fome, nos baixos salários e nas péssimas condições de trabalho, na carestia de vida, na falta de moradia, nas extenuantes jornadas de trabalho e até mesmo na falta de roupa mais ou menos decentes par o comparecimento das aulas” as verdadeiras causas da ignorância do povo (GONÇALVES, 2001, p: 402-3).

Outras iniciativas de instrução primária para adultos foram desenvolvidas neste período por setores da sociedade organizada e receberam algum tipo de subsídio do governo. Caso desses aconteceu com a escola noturna mantida pela Sociedade Beneficente do Pessoal

localizado, nos documentos pesquisados, nenhum dado estatístico sobre as escolas criadas no Ceará através da Liga.

da Estrada de Ferro, da cidade de Baturité, que contava com um professor público. Em Ofício endereçado a Lourenço Filho, em 02 de outubro de 1922, o professor nomeado comunicou o início de seu trabalho em sala de aula e o seu empenho em contribuir para a “desanalfabetização do país” (APEC, Instrução Pública. Correspondência recebida, 1922).

Não só a instrução primária era alvo das ações dessas entidades. Também a preparação profissional do trabalhador cearense foi promovida através desse tipo de parceria. A Escola Phenix Caixeiral, instituição mantida pelo grupo de caixeiros cearenses, reconhecida pela excelência de seu curso de comércio, também recebeu recursos durante o mesmo governo¹⁰⁵. Com o fechamento precoce da Escola de Comércio anexa ao Lyceo¹⁰⁶, o Presidente João Thomé salientou a maior eficiência dos trabalhos dessa instituição, transferindo a função antes imaginada para a iniciativa pública para as suas dependências.

Na Phenix Caixeiral (...) trabalha-se com finco e methodo, de maneira que alli são convenientemente preparados os rapazes para o commercio, realizando assim esta importante associação o desideratum que o governo tinha em vista com a Escola de Commercio, anexa ao Lyceo.

Mais pratico, mais eficaz, collimando o mesmo fim, é o auxilio por subvenção, como tendes feito, aquella instituição da classe caixeiral (Idem, 1916, p: 16-17).

A subvenção pelo Estado a esta instituição foi efetivada através da Lei Nº 1.306, de 05 de setembro de 1915, na qual foi determinada uma quantia anual a ser repassada¹⁰⁷. As consequências dessa postura adotada pelo governo não podem ser avaliadas neste momento, mas é indiscutível a mudança de postura adotada pelo Estado. Este, cada vez mais, abandona o seu papel de promotor para atuar como financiador das iniciativas no campo da instrução pública, ao transferir recursos financeiros às diferentes entidades ligadas à questão educacional no Estado.

Isso não significava, entretanto, que não desempenhasse também o seu papel fiscalizador e normatizador do sistema educacional. Através de toda uma legislação e de uma

¹⁰⁵ Além do curso de comércio, a Escola Phenix Caixeiral também oferecia um curso preparatório, com duração de um ano, onde eram ensinados os rudimentos da leitura e da escrita para os alunos, visto grande parte desses adolescentes não estarem ainda alfabetizados. Sobre a Escola Phenix Caixeiral conferir obra de Oliveira (2005).

¹⁰⁶ Segundo relato do próprio Presidente João Thomé, apenas dois alunos matricularam-se no curso desde o restabelecimento de seu funcionamento autorizado pela Lei Nº. 1.078, de 26 de março de 1913 (CEARÁ, 1916).

¹⁰⁷ Essa lei autorizava o Presidente do Estado a subvencionar, anualmente, até a quantia de 10:000 \$, a Escola de Comercio mantida pela Sociedade Phenix Caixeiral (Cf. VIEIRA, 2007b).

estrutura de inspetoria escolar, o Estado teria como acompanhar, mesmo que com deficiências, o que vinha sendo feito tanto na rede pública como nas instituições privadas.

Principalmente após a Reforma de 1922, esse acompanhamento ficaria mais organizado, e toda e qualquer atividade escolar deveria ser comunicada à Diretoria responsável. Exemplo disso aconteceu por ocasião do registro no referido órgão público do curso noturno mantido em escola particular na cidade de Mulungu.

De acordo com solicitação encaminhada pelo professor-diretor João Barroso¹⁰⁸, o denominado “Curso Primário” funcionava regularmente nos turnos diurno e noturno, desde o início do ano letivo, sem registro nessa repartição. Aproveitando a oportunidade, o autor solicitou ainda junto ao Diretor Geral um auxílio, “seja de que natureza for, para incremento de uma obra tão útil à Pátria, à República e à Família”, como a que vinha se desenvolvendo naquele município.

Como se viu em todo esse terceiro capítulo, o Estado, diferentemente do período inicial da República, começou a desempenhar um papel mais atuante no combate ao analfabetismo, desenvolvendo algumas ações neste sentido. Não mais apenas denunciava a gravidade do problema, mas já promovia práticas efetivas através da criação de cursos noturnos nas principais cidades do Ceará.

Esta postura, entretanto, podia ser apontada como iniciativa de alguns poucos políticos, com destaque para o governo de João Thomé de Saboya e Silva. Foi durante a sua gestão que o Estado promoveu as principais ações neste campo, com a manutenção das aulas noturnas de Fortaleza, Granja, Sobral e Crato, com o desenvolvimento de certa estrutura de apoio na precária infra-estrutura das escolas públicas cearenses.

Também as ações da esfera privada foram beneficiadas, como visto antes, pela maior atenção dada à escolarização dos adultos. Mesmo que estas permanecessem ocupando os espaços deixados pela ausência do Estado, observou-se a construção de uma nova relação entre as diferentes esferas. Fortaleceu-se a relação de parceria iniciada nos anos anteriores, com o poder público se firmando como financiador das propostas desenvolvidas tanto pela Igreja como pelos segmentos dos próprios trabalhadores.

¹⁰⁸ Ver Ofício em Anexo VIII (p. 198).

Com a reestruturação da escola cearense, promovida pelo movimento reformista de 1922, o governo voltou ao estado de letargia de outrora. Os cursos noturnos, compreendidos como ações isoladas no contexto preocupante provocado pelas altas taxas de analfabetismo, foram fechados sem que qualquer outra proposta fosse colocada à sociedade. Esse novo/velho cenário é foco do quarto e último capítulo, que busca analisar o que houve nos anos finais da Velha República.

Capítulo IV - Da ausência do Estado à expansão das ações da sociedade: a construção de um novo cenário para a instrução de adultos no Ceará do início do século XX

É, pois dolorosa a situação dessas crianças – cidadãos de amanhã – condenadas ao analfabetismo, e que, dentro em pouco, ultrapassando o período da idade escolar, irão aumentar o numero de adultos analfabetos, que mourejam no Estado, sem ambições, indiferentes, de todo em todo, às cousas e homens do Brasil, constituindo-se, assim, outros tantos factores negativos do nosso progresso (...).

José Moreira da Rocha, 1926

O alerta proferido pelo então Presidente do Estado, Moreira da Rocha, retratava muito bem a lógica presente na década de 1920, quando o assunto era a instrução pública e o combate ao analfabetismo. Cada vez mais as ações desenvolvidas neste sentido estavam direcionadas à população infantil, em detrimento daqueles que se encontravam fora da faixa etária escolar, principalmente os adultos.

A reforma educacional promovida no início da década foi, pois, o principal episódio desse momento, ao ter como foco a busca pela alfabetização das crianças entre 7 e 12 anos. Concebida com o propósito de transformar a escola primária cearense, esta não representou, todavia, algo positivo para o desenvolvimento da instrução primária voltada para adultos trabalhadores. Foi por ocasião dessa proposta de reestruturação das ações educacionais que o Estado deixou de promover iniciativas de escolarização através dos cursos noturnos.

Muito mais do que um momento de renovação, a Reforma de 1922 representou para a educação de adultos o fim de um projeto que mal conseguiu se estruturar. As poucas ações propostas pelo poder público neste segmento foram interrompidas, sem aviso prévio, baseando-se em motivações desconhecidas e sem que nada fosse proposto em seguida.

É, pois, a esse instante posterior à implementação das ações reformistas de 1922 e ao fechamento dos cursos noturnos mantidos pelo Estado que este último capítulo se dedica. Pretende-se, aqui, identificar a postura adotada pela nova Diretoria da Instrução Pública para enfrentar as altas taxas de iletramento da população adulta cearense.

Para tanto, são analisados os documentos produzidos e que apontam os tipos de ações tomadas pelo Estado após o fechamento dos cursos noturno, especialmente no sentido de desmontar a estrutura de que se dispunha na ocasião. Também os discursos sobre a gravidade da situação escolar que reapareceram na cena política local trouxeram novas significações para a discussão sobre o assunto.

Enquanto o poder público retomava a postura, tão presente no início do século XX, de apenas denunciar o problema do iletramento adulto, sem anunciar atos para o seu enfrentamento, a sociedade cearense mantinha-se sempre atuante. Diferentes iniciativas neste sentido continuavam a ser desenvolvidas por segmentos tradicionais como, por exemplo, a Igreja Católica, a Maçonaria e os sindicatos de trabalhadores, com destaque para a atuação dos Círculos Operários Católicos, pelo projeto pedagógico desenvolvido ao longo de décadas, em todo o Ceará.

Com a Revolução de 1930, fechou-se mais um período na história do País, com o desenvolvimento de outro contexto sociopolítico favorecido pela concretização do processo de urbanização e industrialização, iniciado ainda no século XIX. Os discursos e os projetos educacionais mudaram seu foco, passando a dar atenção à formação de mão de obra qualificada, através de uma reformulação do ensino secundário e do ensino profissional.

O analfabetismo, apesar de permanecer ainda como grande desafio para o País, já não era mais alvo das atenções do poder público e perdia espaço para a construção de uma escola voltada para a formação integral do cidadão, com o desenvolvimento de suas diversas habilidades intelectuais. Essa “nova escola” tornou-se, por sua característica elitista uma escola para poucos. Todo esse processo, iniciado ainda na década de 1920, é analisado nos tópicos seguintes.

4.1. Período pós-Reforma de 1922: retorno à ausência de propostas

A presença do educador paulista, Lourenço Filho, em terras alencarinas foi, para muitos estudiosos¹⁰⁹, um divisor de águas para a escola primária cearense. Contando com total apoio político e financeiro do Presidente Justiniano de Serpa, Lourenço Filho dispunha de todas as condições favoráveis às suas propostas reformistas.

Somente contando com respaldo político de tal magnitude, poderiam se realizar propostas tão ousadas para a época. Como primeira atitude, o reformador paulista promoveu um recenseamento das crianças analfabetas em idade escolar, com a finalidade de identificar quantas eram e onde se localizariam os novos grupos escolares que seriam criados pelo Estado, para suprir a demanda apontada.

Mas não bastava criar novas escolas e matricular as crianças analfabetas, era preciso preparar os professores para lidar com esse desafio, de acordo com uma nova visão de educação. Para isso, reformulou-se a formação dos professores através de mudanças profundas no currículo e na estrutura do curso normal, além da promoção de cursos de férias para aqueles profissionais que já estavam exercendo a docência.

Os primeiros impactos foram observados de imediato na ampliação dos números registrados relativos à instrução primária. Segundo dados apresentados por Pinto (1939, p: 99) já no primeiro ano da reforma, a matrícula aumentou em quase 50% e foi acompanhada de igual proporção na frequência média dos alunos.

De acordo com os dados do período expostos na Tabela VI, o auge da evolução do ensino primário cearense aconteceu entre 1922 e 1923, período da aplicação ativa das propostas reformistas de Lourenço Filho.

Tabela VI

Dados estatísticos da instrução primária cearense na década de 1920

Ano	Estabelecimentos	Matrícula geral	Frequência média	Percentual da frequência sobre a matrícula	Frequência por estabelecimento
1920	446	20.676	11.634	54,0	2
1921	452	19.360	12.449	64,4	27
1922	452	28.686	17.987	62,7	39

¹⁰⁹ Essa idéia foi defendida em artigo produzido por Vieira (2003b) respaldada nas obras de Nogueira (2000) e Cavalcanti (2001) sobre a importância do referido educador para a história da educação cearense.

1923	474	32.687	23.887	66,9	50
1924	472	27.655	21.006	75,9	44
1925	410	29.230	16.703	57,1	40
1926	372	28.342	16.252	57,3	43
1927	410	29.351	17.271	58,8	42

Fonte: PINTO, 1939, p: 99

Foi neste intervalo de tempo que se registraram os melhores índices educacionais da década de 1920, através da elevação tanto na matrícula quanto da frequência dos alunos. Através da redução no número de estabelecimentos ocasionada pelo processo de agrupamento de grande parte das “aulas isoladas”, percebeu-se que a frequência média por estabelecimento foi também expandida, o que significava maior aproveitamento da estrutura disponível.

Com a doença e o posterior falecimento do Presidente do Estado, no entanto, essa evolução foi interrompida. Não contando mais com o apoio necessário para a continuação de seus projetos, Lourenço Filho decidiu retornar ao sudeste do País, fato que levou a cessão da Reforma precocemente. Segundo análise de Nogueira (2000, p: 207-8) alguns fatores contribuíram para isso.

Primeiro, não houve tempo suficiente durante o período que aqui permaneceu Lourenço Filho, para que um maior número de turmas de professores fosse formada na Escola Normal, dentro das concepções da Escola Nova e fosse preparada para aplicar a prática escolanovista de acordo com as verdadeiras condições socioeconômicas- políticas e educacionais do Ceará.

Segundo, com a morte prematura de Justiniano de Serpa, em 3 de agosto de 1923, no Rio, trouxe grande perda para a reforma, que se encontrava praticamente com um ano de implantação. Perdeu Lourenço Filho aquele que lhe apoiava, sem reservas. A reforma e seu grande patrocinador perderam o apoio e financiamento que era, de sua parte, irrestrito.

Terceiro, um fator decorrente do anterior, foi o regresso definitivo de Lourenço Filho, o cérebro e executor da reforma, a São Paulo, em 1924.

O Ceará já não registrava mais, com a ausência do educador paulista, o mesmo ânimo e empolgação observados anteriormente. Era visível o retrocesso nas escolas primárias, tanto nas orientações pedagógicas adotadas, quanto na abrangência dos serviços oferecidos em todo o Estado.

Além da falta de apoio político e econômico, a continuação das propostas reformistas não aconteceu também em virtude da carência técnica¹¹⁰ para continuar o trabalho iniciado por Lourenço Filho. Devido o seu caráter inovador, o que se percebeu foi que

em relação à época e à realidade sócio-cultural cearense, a reforma do ensino desenvolveu uma prática pedagógica pouco acessível em virtude do seu nível técnico sofisticado para a realidade local daqueles tempos, e também pelo pouco domínio do ideário da escola nova por parte do magistério como um todo. (Ib.idem, p: 203)

De certa forma, esse retrocesso para a instrução primária dos adultos analfabetos aconteceu bem antes. Como visto no capítulo anterior, a priorização do atendimento às crianças analfabetas em idade escolar proposta pela Reforma de 1922 levou ao fechamento dos últimos cursos noturnos mantidos pelo poder público no Ceará.

Após a sua extinção, nenhuma outra iniciativa por parte do poder público foi identificada neste sentido. O Estado retomou, desta forma, uma postura passiva e inerte diante dos baixos níveis de escolarização de sua população adulta. Essa postura, característica das décadas passadas, só seria interrompida brevemente diante do trabalho concernente ao desmonte da estrutura disponibilizada para a promoção das aulas noturnas.

Segundo ofícios localizados na documentação da Diretoria da Instrução Pública, coube ao Estado promover a retirada dos móveis e de toda a infra-estrutura destinada aos cursos primários de adultos, de forma que os prédios fossem entregues aos proprietários. Esse tipo de solicitação, muitas vezes, era feito pelo próprio professor do curso noturno à Diretoria, que se responsabilizava pelo encaminhamento aos órgãos responsáveis pelas remoções.

Em um desses casos, Lourenço Filho quando ainda ocupava o cargo de Diretor Geral, solicitou à Companhia de Gás local a retirada do registro de luz instalado no prédio onde funcionava o curso noturno do bairro Benfica.

Instrução pública, em 16 de dezembro de 1922

¹¹⁰ Segundo análise de Nogueira (2001) não existia ainda no Estado cearense, mesmo com as iniciativas de formação dos professores seguindo os princípios escolanovistas, um quadro de profissionais que pudessem dar continuidade às propostas da Reforma educacional de 1922.

Ilmo Sr. Gerente do “Ceará Gás Cº Ltd”

Nº 773

Solicito-vos as necessarias providencias no sentido de ser retirada, com a possível brevidade, o registro de luz existente na casa sita á rua Boulevard Viscond do Cautipe, nº 752, de propriedade do Sr. Plínio Pacifico Barroso, onde funcionava uma escola nocturna.

Saudações

Lourenço Filho
Director Geral

(APEC. Instrução Pública. Correspondência Expedida, 1922)

Algumas vezes, essa retirada não acontecia de imediato. Cinco meses após a finalização das atividades, identificou-se uma solicitação do inspetor escolar da cidade de Fortaleza, repassando a angustia do professor que estaria sendo intimado pelo proprietário do imóvel a desocupá-lo o mais breve possível e poder mudar de cidade, conforme relatava o Ofício de Nº 724.

Cidadão Director Geral da Instrucção do Estado do Ceará

Por meu intermédio, solicita o ex-professor da extincta escola publica no bairro de Outeiro vossas urgensse proviencias no sentido de serem retiradas do prédio onde funcionava a dita escola os utensílios respectivos escolares, visto aquelle supplicante haver sido intimado pelo senhorio a desocupar aquelle prédio, que é o de nº 88, do Boulevard Visconde do Rio Branco, acresce ainda que o peticionário tem de se retirar desta capital.

Outrossim tomo a liberdade de passar ás vossas mãos os livros daquella escola.

Saúde e Fraternidade

Fortaleza, 17 de janeiro de 1923

Leonel Silva
Inspector escolar interino

(APEC. Instrução Pública. Correspondência Recebida, 1923)

Em resposta a essa solicitação, Lourenço Filho, de imediato, pedia ao Diretor das Obras Públicas do Estado providenciar a retirada dos móveis e utensílios que ainda se

encontravam neste prédio, que deveriam ser remetidos à sua Diretoria¹¹¹. Percebeu-se que a figura do professor, também nessas ocasiões, era representativa da existência do próprio curso, cabendo a ele solicitar até mesmo a retirada de móveis, utensílios, infra-estrutura e material didático disponibilizados para o funcionamento dessas aulas, de forma que fosse devolvido o imóvel ao referido proprietário.

Além dessas ações de desmonte, nenhuma outra iniciativa foi identificada por parte do poder público, visando o combate ao analfabetismo adulto durante toda a década de 1920. O que se observou nesse período pós-Reforma de 1922 foi a retomada da proliferação dos discursos de denúncia referentes à permanência do problema do iletramento.

José Moreira da Rocha¹¹², sucessor de Idelfonso Albano¹¹³ na Presidência do Estado, em sua primeira Mensagem, voltava a associar o analfabetismo à depressão social que assolava, segundo ele, o País naquele momento. Em suas palavras

A pedra angular dessa imensa e generosa construção patriótica há de ser o combate sem trégua e por todos os meios à ignomínia do analfabetismo e à innominável falta de instrução cívica aos alfabetizados, causas primárias da nossa innegável depressão social (CEARÁ, 1925, p: 15).

Aqui o sentido nacionalista tão presente nos primeiros momentos da República era resgatado como forma de justificar a luta contra à ignorância não só daqueles que não dominavam o alfabeto, mas também dos que o dominavam, mas não estavam instruídos civicamente. Era urgente, desta forma, preparar o cidadão, não só dando-lhe as habilidades da leitura e da escrita, mas ainda prepará-lo para o exercício de seus direitos e a compreensão dos seus deveres.

Essa proposta de educação que iria para além dos rudimentos lexicos, associada à formação moral e cívica, prestar-se-ia ao enfrentamento eficiente do analfabetismo, particularmente entre as crianças. Tal tarefa, no entanto, seria dispensada aos professores, que, por sugestão do Presidente cearense, seriam responsáveis pela promoção de tal desafio.

¹¹¹ Conferir Ofício Nº 140, de 29 de janeiro de 1923 (APEC. Instrução Pública. Correspondência Expedida, 1923).

¹¹² José Moreira da Rocha nasceu em Sobral-Ce e governou o Ceará no período de 1924 a 1928.

¹¹³ Vice no Governo de Justiniano de Serpa, Ildefonso Albano assumiu após seu falecimento o cargo de Presidente do Estado no período restante do mandato.

Que fazer para educar esses milhares de menores que, crescendo analphabets, constituirão elementos inúteis ao nosso desenvolvimento? A favor delles e por elles é preciso levantar-se em todo o Estado a campanha contra o anaphabetismo, nova bandeira de combate do professorado cearense.

Sem grande augmento de despeza, pela mobilização das nossas actuais escolas, e realizando-se um melhor aproveitamento das forças activas e intelligentes do professorado público, o analphabetismo, dentro em breve, será somente uma reminiscência contristadora na historia do nosso ensino. (Idem, 1926, p: 16)

Sem promover uma ampliação nos orçamentos públicos, utilizando apenas as “forças ativas e inteligentes do professorado”, pretendia o Presidente do Estado transformar o cenário educacional cearense. O resultado foi aquele apontado outrora: a estagnação na oferta do ensino primário nas escolas públicas. Fazia-se ainda em sua fala uma relação direta entre a oferta da educação para o público infantil e a redução do analfabetismo nas camadas mais velhas da população.

Ao apostar na manutenção da estratégia de focalizar os esforços no atendimento às crianças em idade escolar, acreditava-se que se “fecharia a torneira” do analfabetismo e que, muito em breve, esse seria um problema superado. No entanto, isto não aconteceu da forma como se esperava e ocorreu uma reação oposta. Ao negligenciar a formação dos jovens e adultos que estavam fora dos bancos escolares, as ações adotadas nesse período favoreceram, todavia, a ampliação do número de pessoas despreparados para atuar nos novos contextos sociais que se instalavam nas grandes cidades.

Essa preocupação com a formação do cidadão para os desafios da vida numa democracia estava presente no discurso de outro político cearense. Atuando como último representante do Estado antes do golpe político de 1930, José Carlos de Matos Peixoto¹¹⁴ voltava a defender a obrigação de o poder público assumir o papel principal de combater o analfabetismo, afirmando que

Um dos mais sérios problemas cuja solução deve preocupar toda administração bem intencionada, é o combate sem tréguas ao analphabetismo.

A luta pela vida, que se torna cada vez mais intensa, cria para os governos verdadeiramente democráticos a obrigação de uma certa somma de conhecimentos indispensáveis ao exercício de uma atividade útil e á compreensão nítida, não só

¹¹⁴ Natural de Iguatu-Ce, o jurista José Carlos de Matos Peixoto ficou a frente do Estado por pouco mais de dois anos, entre 1928 e 1930, sendo deposto por ocasião da Revolução de 1930.

dos seus direitos, como também dos seus deveres cívicos e moraes. (Idem, 1929, p: 4)

Houve, entretanto, apenas a denúncia do desafio, sem que providências eficientes fossem adotadas. Concluiu-se o primeiro momento da República sem que a questão da instrução pública fosse resolvida satisfatoriamente. Iniciativas foram adotadas sem que os resultados fossem os esperados e permaneceu o analfabetismo como um dos grandes desafios para as décadas seguintes.

No Brasil, de uma forma geral, registrou-se uma expansão expressiva no ensino primário (ver Tabela VII), com o número de escolas praticamente triplicando nas três primeiras décadas do século XX. Neste mesmo período, o contingente de alunos atendidos também surpreendeu e houve um salto de mais de 300% nas matrículas, demandando a efetivação de mais profissionais para lidar com essa ampliação na demanda escolar.

Tabela VII

Ensino primário no Brasil

Ano	Unidades escolares	Corpo Docente	Matrícula geral
1907	12.448	15.586	638.378
1927	23.826	-	1.783.571
1928	29.430	47.392	2.052.181
1929	32.283	50.404	2.057.616
1930	33.049	53.110	2.084.954

Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Vol.03, 1986.

A União, esfera legalmente responsável pelo ensino público no Distrito Federal e pelos ensinos secundário e superior em todo o País, pouco interferiu durante toda a Primeira República para a evolução da instrução primária nos Estados brasileiros. As reformas propostas durante esse período estavam direcionadas estritamente aos níveis sob sua competência, cabendo a cada governo local desenvolver estratégias para ampliar as taxas de escolarização em suas regiões.

Percebendo a necessidade de intervir junto às esferas estaduais, ajudando-as nessa difícil tarefa, o governo central promoveu a primeira experiência do novo regime de criação de escolas primárias em todo o território nacional, através do Decreto Nº 16.782, de 13 de janeiro de 1925. A Reforma João Luiz Alves¹¹⁵, ou Lei Rocha Vaz como ficou conhecida,

¹¹⁵ Conferir texto completo da referida lei e das demais Leis de reforma produzidas pela União durante o Império e a República nas obras de Vieira (2008a e 2008b).

tinha por objetivo promover, por meio de parcerias com os poderes locais, a difusão da alfabetização, através da criação e da manutenção de milhares de escolas subvencionadas.

Segundo o que determinava a Lei, os acordos firmados seguiriam alguns princípios:

Art. 24 – O Governo da União, com o intuito de animar e promover a difusão do ensino primário nos Estados entrará em acordo com estes para o estabelecimento e manutenção de escolas do referido ensino nos respectivos territórios. (...)

Art. 25 – Os acordos obedecerão às seguintes bases:

a) a União obriga-se a pagar directamente os vencimentos dos professores primários até o máximo de 2.400\$ anuais, e os Estados a favorecer-lhes casa para residência e escola, assim como o necessário material escolar.

b) as escolas subvencionadas serão de natureza rural. (BRASIL, 1925)

Eram exigidos ainda dos Estados, a título dos acordos firmados, a obrigação de não reduzir o número de escolas existentes durante a vigência da parceria e a aplicação não menos de 10% de sua receita, na instrução primária e normal (inciso c do Art.25)¹¹⁶. Caberia à União também a tarefa de fiscalizar e definir o programa a ser seguido por estas escolas, o que segundo Freire (1989, p: 207) demonstrava que “não haveria a preocupação de guardar as diferenças culturais dos diversos meios rurais brasileiros”, atitude semelhante à adotada com relação às orientações dirigidas ao ensino secundário e superior.

Essa Lei inovaria ainda, no contexto educacional vivenciado, ao abrir a possibilidade da criação de cursos noturnos entre as escolas subvencionadas criadas. Mesmo dando prioridade ao atendimento aos menores em idade escolar (Art. 26), poderiam ser criadas escolas noturnas, “do mesmo carácter, para adultos, obedecendo às condições do art. 25” (Art.27).

Sobre essa possibilidade de se manterem cursos noturnos para adultos nos moldes das escolas subvencionadas, não foi localizado qualquer tipo de registro entre as unidades criadas pelo Estado do Ceará. Mesmo dispondo da ajuda financeira e pedagógica da União

¹¹⁶ Essa prerrogativa legal quanto a aplicação de 10% da renda pública no desenvolvimento da escola primária já estava presente na Constituição Estadual de 1921 e ratificada na revisão de 1925 (CEARÁ, CE 1921 e 1925).

para a sua manutenção, o Estado não apresentou qualquer experiência conhecida neste sentido.

Somente no final dessa década, governo cearense desenvolveu uma iniciativa voltada para o público adulto. A primeira ação desse tipo após o fechamento dos cursos noturnos, no início dos anos de 1920, foi direcionada à população carcerária da capital. A escola primária criada pelo governo na cadeia pública de Fortaleza ficou sob as orientações da Diretoria da Instrução Pública e foi regida por um professor nomeado pelo Presidente do Estado, como determinado na ocasião de sua criação.

Lei Nº 2.763, de 12 de novembro de 1929

Autoriza o Governo do Estado a criar uma escola primária na cadeia pública desta capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a criar uma escola de ensino primário na cadeia publica desta capital.

Art. 2º A escola subordinada directamente á Directoria da Instrucção Publica, deverá ser regida por professor de reconhecida idoneidade moral e technica.

§ único – O professor da escola, de livre escolha e demissão do Presidente do Estado, perceberá os vencimentos annuaes de três contos de réis (3:000\$000).

Art. 3º - Fica o Governo do Estado autorizado a abrir os créditos necessários á execução da presente Lei.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Palácio da Presidência do Ceará, em 12 de novembro de 1929.

José Carlos de Matos Peixoto
Mozart Catunda Gondin.

(Coleção das Leis do Estado do Ceará, 1929. Biblioteca Cesar Cals)

Nada constava na documentação analisada referente às atividades didáticas dessa escola primária para adultos. Provavelmente, em virtude do marco temporal delimitado para a realização da coleta das fontes e dos objetivos propostos para o estudo, não tenha sido possível verificar qualquer dado sobre essa experiência. No entanto, não deixa de ser curioso observar a preocupação do governante cearense com a instrução dos adultos presos num

período em que não se registrou qualquer outra experiência dessa natureza durante um longo período.

Como se viu, esses últimos momentos da Primeira República não se mostraram favoráveis ao desenvolvimento da educação primária dos trabalhadores cearenses, visto o poder local praticamente não promover ações direcionadas a essa modalidade de ensino. Diante da priorização pela instrução das crianças e dos jovens analfabetos intensificada na Reforma Educacional de 1922, o Estado retirou-se totalmente de sua função promotora do combate ao analfabetismo através dos cursos noturnos.

Mesmo recebendo incentivos da União para a disseminação do ensino primário na região, inclusive com a possibilidade de atender ao público adulto analfabeto através das escolas subvencionadas, não foram registrados avanços nesse campo educacional. A escola primária cearense chegava ao fim da Primeira República sem responder a seus principais desafios, permanecendo ainda como privilégio de poucos.

Mais uma vez caberia às instituições particulares ocupar o espaço deixado, continuando seu trabalho educacional direcionado à difusão da cultura letrada entre as camadas mais populares. Muitas das iniciativas de escolarização de adultos identificadas nas décadas anteriores continuaram a desenvolvê-la nessa fase final, fortalecidas pela expansão do movimento de associativismo dos trabalhadores, como se perceberá no tópico seguinte.

4.2. O fortalecimento das ações da sociedade no combate ao analfabetismo adulto

Segundo Gohn (2001), a presença das associações de auxílio mútuo, enquanto uma forma peculiar de associação das classes populares, fez-se marcante até os anos de 1930, quando do fortalecimento do movimento sindical e do anarco-sindicalismo. Estas entidades tinham como finalidade a de cuidar “não apenas das necessidades econômicas de seus afiliados, mas também de aspectos culturais como biblioteca, instrução, festas, bailes, etc.” (Ib.Idem, p: 41).

No Ceará, inúmeras experiências nesse sentido foram desenvolvidas, representando os diferentes ramos da economia local; muitas delas desenvolveram ações de escolarização para seus associados, através da criação de aulas noturnas. Assim como nos anos anteriores, essas iniciativas se mostraram como as mais relevantes para o combate ao iletramento dos trabalhadores cearenses, embora pouco tenham sido os relatos deixados sobre essas experiências.

Projetos educacionais desenvolvidos desde o início do século XX, como a do Centro Artístico Cearense, através da Escola Noturna Pinto Machado, e a da Sociedade São Vicente de Paulo, atravessaram a Primeira República, oferecendo oportunidades de escolarização a centenas de jovens e adultos analfabetos, no Ceará. De acordo com os dados divulgados pelo Almanach do Ceará, esta última manteve, nos anos iniciais da década de 1920, dezenove escolas primárias noturnas e seis bibliotecas, reforçando ainda que “desde a sua instalação tem arrecadado e dispendido com os pobres cerca de 1.900 contos” (ALMANACH, 1924, p: 234).

Já sobre a Escola Pinto Machado, o mesmo periódico informava que, funcionando na sede do Centro e sob a orientação dos professores Marcos José da Silva e José Façanha da Costa, apresentava uma matrícula de 100 alunos, com frequência média de 70 ao longo do ano de 1924 (Idem, 1925, p: 201).

Filiado ao Centro Artístico, embora gozando de completa autonomia, a Aliança Artística e Proletária de Quixadá também era uma sociedade de assistência e benefício à classe trabalhadora que promovia ações educativas. Fundada em 19 de junho de 1921, a Aliança mantinha uma escola noturna, denominada Sólon Magalhães, funcionando em prédio próprio. Contando com auxílio financeiro da Prefeitura de Quixadá na quantia de 360\$000 anuais, a escola atendia a uma média de 30 alunos (Idem, 1924).

Outra iniciativa de instrução de adultos que partia dos próprios trabalhadores aconteceu por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores do Porto. Mantida com recursos próprios, a escola noturna denominada “Proletária” apresentava, em meados da década de 1920 uma frequência média de 28 alunos, todos seus associados (Ib. idem, p: 211).

Como se percebe, tanto na capital como no interior do Estado, fortalecia-se o interesse dos trabalhadores por sua formação intelectual. Escolas noturnas continuavam a ser

criadas, com o objetivo de oferecer o ensino primário aos associados. No final da década, foram registradas duas experiências relevantes na região do vale jaguaribano, sendo a primeira na cidade de Morada Nova.

De acordo com as informações apresentadas por correspondência à Diretoria da Instrução Pública, em 14 de julho de 1929 era fundada naquela cidade uma aula noturna, mantida pelo Centro de Cultura Clóvis Beviláqua, funcionando provisoriamente no prédio da Prefeitura. Contando com uma matrícula de 15 alunos, filhos dos consociados, as aulas funcionavam no horário das 19h às 21h sob o comando dos associados José Firmino do Valle e José Plácido Saraiva Leão.

Estado do Ceará

Presidente do Centro de Cultura Clovis Bevilaqua, na cidade do Espírito Santo de Morada Nova, em 1º de agosto de 1929

Illmo Sr. Diretor Geral da Instrução Pública neste Estado

Tenho a subida honra de comunicar a V.Sa que por deliberação deste Centro, foi fundada no dia 14 de julho ultimo na sede provisória do mesmo (paço da prefeitura municipal) uma escola noturna de curso primário para os alumnos filhos dos consócios, tendo actualmente, a matricula de 15 alumnos que comparecem as aulas das 19 ás 21 horas, sob a direção do consocio José Firmino do Valle e do Orador Oficial do centro José Plácido Saraiva Leão.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V.Sa os protestos de elevada estima e consideração.

Saudações.

Joaquim Chagas Filho
Presidente

(APEC. Instrução Pública. Correspondência Recebida, 1929)

Reconhecendo o empenho prestado pelo Centro, a Diretoria da Instrução retorna correspondência agradecendo o esforço, sem que outras relações interinstitucionais fossem estabelecidas. No officio de Nº 2.447, de 09 de setembro, o diretor interino, Aristóteles Bezerra, apenas confirma o recebimento de tal informação.

O mesmo não aconteceu na experiência desenvolvida na cidade próxima, município de Russas. Assim como em outras oportunidades já analisadas, ali se podia verificar uma relação de parceria entre o poder público e a sociedade civil para a promoção da escolarização de adultos. De acordo com correspondência enviada pela Sociedade Beneficente Russana, a ajuda viria através da doação da Diretoria da Instrução de um livro para matrícula e de vinte livros “João Pergunta” à sua escola noturna.

Sociedade Beneficente Russana

Ceará – Russas, 29 de Julho de 1929

Officio N° 4

A Exmo. Sr. Director geral da Instrução Pública

De ordem do Sr. Presidente da “Sociedade Beneficente Russana” tenho a honra de accusar o recebimento de um livro para matrícula e (20) “João Pergunta” oferecido por essa Directoria a “Escola Nocturna” mantida pela referida Sociedade.

Agradecendo em nome da mesma, a valiosa offerta, aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia os meus protestos de elevada estima e grande consideração.

Attenciosas saudações.

Walter Lima Leitão
1º Secretário

(APEC. Instrução Pública. Correspondência Recebida, 1929)

Observou-se através desse documento a permanência de uma postura passiva por parte do Estado, que continuava, a exemplo do observado na fase anterior, estimulando a instrução da população adulta de forma indireta, através da promoção desse tipo de ajuda aos cursos noturnos mantidos pela sociedade. Ao auxiliar, indiretamente, a promoção desses cursos o poder público buscava redimir-se de sua ausência no papel de principal promotor de combate ao analfabetismo.

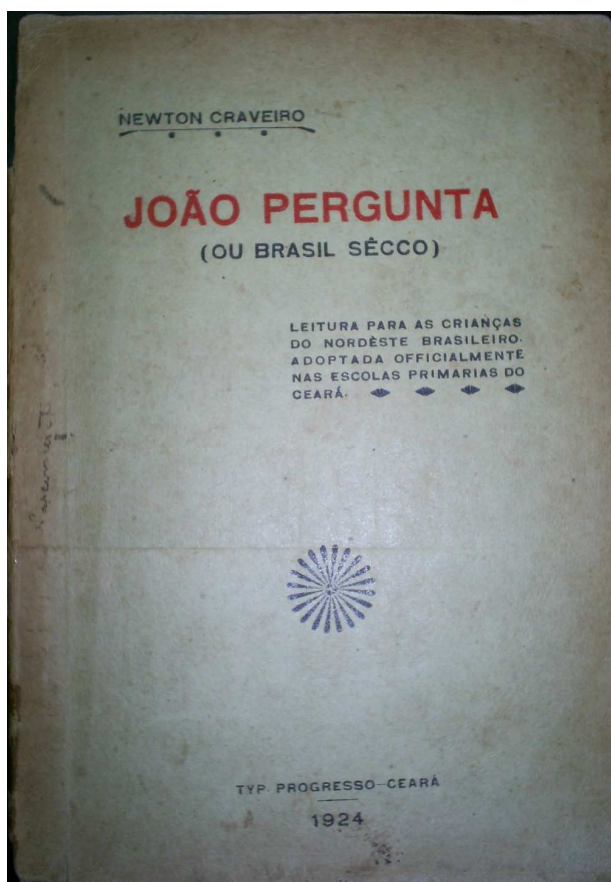
Outro dado importante apresentado para o estudo aqui desenvolvido refere-se ao material didático-pedagógico utilizado nesses cursos. Pela primeira vez, tem-se uma indicação do tipo de recurso empregado na instrução dos alunos adultos.

Produzido inicialmente para o ensino das crianças, durante a Reforma de 1922, o livro “João Pergunta” representou um marco para a educação cearense. Elaborado por Newton Craveiro, sob encomenda de Lourenço Filho, “João Pergunta ou Brasil Sêcco” seria uma das primeiras publicações direcionadas ao contexto nordestino e foi distribuído em todas as escolas públicas do Ceará, no ano de 1923¹¹⁷.

Com textos que abordavam o cotidiano da vida no campo e as adversidades sofridas pelo povo sertanejo, como a seca e o trabalho na agricultura, o livro (ver Imagem VI da capa da publicação de 1924) trazia uma concepção inovadora da educação, com apresentação de questões da realidade próxima à dos alunos, como conteúdo para o ensino da leitura e da escrita. Baseado nos princípios pedagógicos defendidos pela Escola Nova, “João Pergunta” era um livro elaborado para o trabalho com o método das “lições de coisas”¹¹⁸ no qual a intervenção do professor teria um papel decisivo na aprendizagem pelo aluno.

Imagem VI

Capa do livro “João Pergunta”



Fonte: Academia Cearense de Letras, 1924.

¹¹⁷ Sobre o livro João Pergunta ver estudo de Cavalcante (2006).

¹¹⁸ Ver nota de rodapé 70 (p. 86).

Segundo o próprio autor, era preciso que o docente atuasse como moderador no momento da exploração dos conteúdos, já que algumas lições estariam “ao nível intelectual das crianças; outras, porém, acima dele se elevam”. Assim o professor deveria baixá-lo até a criança, algumas vezes, e, em outras ocasiões, fazer com que a criança subisse até ele (CRAVEIRO, 2005, p: 14-5)¹¹⁹. Quando o seu uso acontecia numa sala com adultos, imaginasse que esse trabalho de mediador também acontecesse, como forma de melhor adequar a metodologia do ensino infantil para a realidade intelectual e de interesse do público de maior idade.

A ajuda recebida do governo também foi assunto de outra correspondência localizada ainda ano de 1929. Endereçada ao Diretor da Instrução, Dr. Joaquim Moreira de Souza, o Ofício da Sociedade Beneficente 24 de Junho informava da fundação de uma escola noturna direcionada à promoção do ensino entre seus associados e filhos. Alegando não poder manter sozinho o funcionamento da escola intitulada “24 de Junho”, o diretor da associação solicitava um auxílio por parte do poder público, da forma como este achasse conveniente. Confiante na pronta aceitação do pedido feito, o Ofício não trazia nenhuma outra informação sobre o funcionamento da referida escola, como se pode perceber em seu texto:

Sociedade Beneficente 24 de Junho

Sede própria – Praça de Pelotas

Fortaleza, 14 de dezembro de 1929

Illmo Senhor Dr. Joaquim Moreira de Souza

DD. Director da Instrução Pública

Saudações

Levo ao vosso conhecimento, que em 1º do corrente, foi fundada na sede desta sociedade uma Escola Nocturna, para a difusão do ensino aos associados e a seus filhos, cujo nome tomou “Escola 24 de Junho”, então diante da deliberação da Directoria, venho mui respeitosamente solicitar de V.S. que se digne, volver os vossas vistas, para a nossa Escola, já com auxilio, no guillo que V.S. julgar conveniente, e já com as instrucções concernentes ao vosso methodo adoptado officialmente para a melhor boa marcha da mesma. A Sociedade 24 de Junho

¹¹⁹ A Secretaria de Educação do Estado do Ceará reeditou no ano de 2005 o livro “João Pergunta ou Brasil Sêcco” de Newton Craveiro, facilitando o trabalho de todos daqueles que se voltam para a compreensão dessa importante fase da história da educação cearense.

presentemente não pode sosinha levar a hombros tamanho desideratun, rasão por que muito confia na protecção do Illustrado Director da Instrucção Publica. Sem outro assumpto, a não ser agradecer, em nome da Diretoria d'esta Sociedade, a vossa benévola atenção.

Augusto Lima
1º Director

(APEC. Instrução Pública. Correspondência Recebida, 1929)

De todas as experiências desenvolvidas na última década da Primeira República as que apresentaram maior consistência, tanto nos seus propósitos quanto nas atividades desenvolvidas, foram aquelas promovidas pelo Círculo Operário Católico. Fundado em Fortaleza, em 14 de fevereiro de 1914, o Círculo de Operário e Trabalhadores Católicos São José foi o primeiro representante do movimento circulista no Brasil¹²⁰.

Criado a partir da iniciativa do Arcebispo Metropolitano, D. Manuel, com a missão de oferecer um serviço de assistência ao trabalhador cearense¹²¹, afastando-o da influência do comunismo, o Círculo Operário tinha na educação o seu principal instrumento nesta luta. Segundo estudo desenvolvido por Santos (2007), sobre a atuação do movimento circulista cearense na primeira metade do século XX, este buscava oferecer os serviços negligenciados pelo poder público, fortalecendo, desta forma, a presença da Igreja Católica no meio popular.

A “ausência do Estado” na implementação de políticas públicas forneceu aos Círculos Operários a oportunidade de pôr em prática os programas de escolarização e assistência, constituindo-os em fortes anteparos no processo de controle e disciplina exercido sobre os trabalhadores, e tentando afastá-los da possibilidade reivindicatória (SANTOS, 2007, p: 80).

O projeto pedagógico do Círculo Operário se fazia presente através de diferentes atividades voltadas para a formação dos trabalhadores, fundamentada nos valores e na moral católica. Destacavam-se, todavia, as intervenções no campo da instrução primária através da

¹²⁰ O Ceará além de ter sido o pioneiro na criação dos Círculos Operários chegou a registrar o maior número de entidades circulistas, existindo somente na capital do Estado cerca de 18 unidades, sendo o C.O.São José o de maior expressão (SANTOS, 2007).

¹²¹ Mais que os serviços educacionais, o C.O oferecia caixa de socorro para sustento dos operários inválidos, caixa de sinistro e mutuaría, além de uma banda de música e um cinema.

criação de escolas de alfabetização destinadas, primeiramente, para os circulistas e depois para seus filhos, além de cursos profissionalizantes.

Datam do início da década de 1920 as primeiras propostas neste sentido, sendo meta do movimento circulista a fundação de, pelo menos, uma escola noturna em cada unidade existente no Estado¹²². Particularmente no Círculo Operário São José, essa experiência rendeu resultados bastante positivos, através da manutenção de uma escola noturna primária e uma secundária para seus sócios e outra voltada para a instrução de meninos pobres. No ano de 1923, apresentaram matrículas de 60 e 80 alunos, respectivamente (ALMANACH, 1924)

A manutenção desses projetos e dos demais serviços oferecidos aos trabalhadores filiados era subsidiada com recursos vindos da arrecadação de taxas cobradas mensalmente aos cerca de 800 sócios efetivos, no valor de 500 réis, acrescidos de outros 100 réis de sinistro “para ocorrer às despesas do enterro e missa de cada sócio que falecer” Ib.Idem, p: 228). No entanto, diante da insuficiência para promover tais ações, a entidade recorria por intermédio de alguns políticos ao Estado, que, recorrentemente, subsidiava as entidades circulistas em seus projetos educacionais (SANTOS, 2007, p: 127)

Destacava-se entre as ações promovidas pelo Círculo São José a escola noturna localizada no próprio prédio da instituição, no bairro do Outeiro. Suas atividades eram constantemente propagadas na imprensa como forma de divulgar o seu propósito de erradicar o analfabetismo entre a classe operária cearense, visto ter sido este apontado como um entrave à sua inserção nas atividades políticas.

O jornal “O Nordeste”, órgão ligado a setores da Igreja Católica, divulgava com destaque os principais acontecimentos promovidos pela escola noturna do Círculo São José. Por ocasião da reabertura das aulas, no ano letivo de 1925, o periódico trazia o seguinte artigo:

Escola do Círculo São José

¹²² Além das unidades distribuídas nos bairros da capital, existiam Círculos também nas cidades de Acarati, Limoeiro do Norte, Mulungu, Itapipoca, entre outros municípios que até a década de 1950 ampliaram a atuação do movimento por todo o Estado.

Com a matrícula de 50 e presença de 31 alumnos, reabriu suas aulas hountem, ás 19 horas, a “Escola Nocturna” do Círculo S.José, que tão relevantes serviços vem prestando á instrucção no populoso bairro do Outeiro.

Estiveram presentes ao acto, o Presidente daquela benemérita sociedade, alguns directores e sócios.

O director da escola, nosso amigo Sr. Carollino de Aquino, antes de iniciar os trabalhos escolares, dirigiu algumas palavras aos seus alumnos, concitando-os ao fiel compromisso de seus deveres, afim de que possam tornar-se cidadãos úteis á religião e á Pátria.

O Sr. Julio Felizola também dirigiu palavras de estímulo aos alumnos.

Todos colheram a melhor impressão da reabertura dos trabalhos da “Escola Nocturna” do operariado catholico desta capital.

(O NORDESTE, Ano III, Nº 774, de 27 de janeiro de 1925. BPMP. Setor de Periódicos)

A partir das informações apresentadas no referido artigo, percebe-se a importância dada à educação pelos próprios membros do Círculo, no qual o início dos trabalhos escolares transformava-se em um momento de formação política dos alunos. Registrou-se naquela ocasião a presença de alguns diretores e sócios do Círculo que, através dos discursos proferidos, exaltavam o “fiel cumprimento dos deveres” como forma de tornar-se “cidadãos úteis à Religião e à Pátria”.

O mesmo ocorreu por ocasião do encerramento do tempo letivo do referido ano. Novamente o jornal “O Nordeste” dava destaque à presença de membros do alto escalão do circulismo cearense nos festejos que marcaram o início das férias desta escola. No noticiário do dia 27 de novembro de 1925¹²³, a cerimônia promovida pela direção da instituição escolar foi descrita com detalhes, merecendo destaque as falas proferidas pelos representantes da Igreja Católica ligados ao Círculo Operário, além de circulistas de outras localidades da capital e do interior.

Destaca-se ainda o momento de divulgação dos alunos que receberiam prêmios referentes à assiduidade e ao comportamento; quase metade dos que compareceram das quatro classes do curso primário noturno foram agraciados. Percebe-se nesta ocasião o interesse em estar constantemente estimulando, seja através das falas proferidas ou por meio da premiação

¹²³ Ver texto em Anexo VI (p: 195)

distribuída, a permanência do trabalhador em sala de aula, como meio de adquirir a sua cidadania.

Além de Fortaleza, os trabalhadores de outras cidades também foram beneficiados por ações de escolarização promovidas pelos Círculos Operários. Segundo o levantamento feito, a cidade de Aracati era uma das que apresentavam um projeto mais solidificado. Fundado em 7 de novembro de 1920, o Círculo de Operário e Trabalhadores São José de Aracati, filiado ao de Fortaleza, mantinha uma escola noturna para meninos pobres através da colaboração de seus 514 sócios (ALMANACH, 1925).

O funcionamento da referida escola, que segundo dados chegou a apresentar matrícula de 60 alunos (ib.idem, p: 218), pode ser comprovada através de Ofício remetido ao Presidente do Círculo aracatiense pela Diretoria da Instrução, referindo-se ao processo de regulamentação junto a esse órgão público.

Directoria da Instrucção. Fortaleza, 12 de junho de 1926

Illmo Sr. João Francisco Moraes

Aracaty

Em resposta ao vosso officio de 2 de junho corrente, scientifico-vos que deveis nomear um procurador para, em vosso nome, assignar nesta repartição, o termo de registro da escola nocturna mantida pela sociedade Círculo de Operários e Trabalhadores Catholicos S.José, de que sois Presidente.

Saudações

Salles Campos
Director Geral

(APEC. Instrução Pública. Correspondência Expedida, 1926)

Através da criação e da manutenção de cursos noturnos para adultos que não estavam alfabetizados, essas instituições representantes dos vários setores sociais e dos diferentes princípios político-filosóficos, estariam desenvolvendo uma tarefa que seria do Estado. Como já afirmado nos capítulos anteriores, a sociedade organizada ocupava cada vez mais o espaço deixado pelo poder público quando o assunto era a instrução dos trabalhadores.

Na etapa final da República Velha, essa realidade tornar-se-ia ainda mais forte, frente à priorização do combate ao iletramento entre as crianças em idade escolar anunciado por ocasião da Reforma Educacional de 1922. Após esse episódio, o que se viu foi uma pronta retirada do poder público do papel de promotor das ações de escolarização da população adulta no Ceará.

Restaria mais uma vez aos próprios trabalhadores, auxiliados por alas da sociedade como a Igreja, as associações beneficentes e de auxílio, e os sindicatos, promover oportunidades de formação. No entanto, apesar de tantos esforços e reivindicações, o problema do iletramento não foi resolvido de forma satisfatória, permanecendo ainda como um dos grandes desafios a serem superados.

O que se viu ao longo dessas quatro primeiras décadas de experiência republicana foi uma proliferação de denúncias sobre os prejuízos provocados à sociedade brasileira pelos baixos níveis de escolarização apresentados, sem que propostas efetivas fossem desenvolvidas para a sua superação. A escola primária chegava ao final desse período como começara: privilégio de alguns e alvo de inúmeras iniciativas reformistas.

Quanto aos cursos noturnos, eles atravessaram esse período histórico, atuando ainda enquanto ações isoladas no combate ao analfabetismo adulto. Apesar da grande diversidade de iniciativas promovidas tanto pelo poder público quanto pelas entidades da sociedade civil, essas experiências educacionais não apresentaram continuidade na sua trajetória cearense. Observaram-se, todavia, algumas regularidades nas vicissitudes do processo evolutivo até aqui analisado e que serão foco das considerações finais desse trabalho.

Ecoss do passado no presente: algumas considerações sobre a educação de adultos no Ceará do século XX

*“Não sou eu quem repete essa história
É a história que adora uma repetição.”*

Chico Buarque

Desenvolvido com o propósito de preencher uma lacuna acadêmica nas pesquisas sobre a história da educação de adultos, este estudo permitiu identificar a existência de um projeto para a educação de adultos no Ceará da Primeira República. Através da constatação do funcionamento de cursos noturnos mantidos pelo Estado e também por grupos sociais diversos, percebeu-se que a educação de adultos se inicia bem antes da segunda metade do século XX.

Durante a pesquisa, observaram-se iniciativas de escolarização para adultos e a existência de uma discussão sobre o problema do iletramento entre esta parcela da população. Tais questões fizeram com que os momentos iniciais da República representassem um período significativo para a história da EJA. Neste sentido, o momento em que o analfabetismo deixa de ser uma condição natural do cidadão brasileiro e passa a ser concebido como uma “chaga” da sociedade republicana pode ser apontado como o de gênese de muitas práticas e concepções presentes na educação de adultos ao longo de todo o século XX.

É, pois, sob o princípio defendido por Le Goff (1998) das mudanças e permanências na construção da História que algumas considerações sobre a investigação serão apontadas, tendo como parâmetros os objetivos traçados. As primeiras delas referem-se às concepções de analfabetismo disseminadas na sociedade cearense do período, cuja contribuição principal foi o desenvolvimento de uma visão preconceituosa do adulto analfabeto.

Ao analisar a atuação das escolas noturnas no combate ao analfabetismo adulto, é preciso compreender como que se concebia, naquele contexto histórico, o analfabetismo e o que significava ser um cidadão (adulto) analfabeto. Através dos dados coletados nos documentos, identificou-se o surgimento de uma concepção distorcida deste indivíduo que não sabia ler nem escrever.

Apontado ao longo de todo o período como principal responsável pelo atraso do País ao representar uma estrutura socioeconômica agrária e patriarcal, a qual se queria transformar, o adulto analfabeto passou a ser alvo de discursos inflamados e de práticas discriminatórias. Mesmo sendo visto como sujeito passivo de ajuda, que viria através do poder salvacionista creditado à escola, o analfabeto era constantemente ceifado do exercício de sua cidadania, como no episódio do veto à sua participação eleitoral.

Esta concepção se fez presente em diferentes momentos da trajetória de consolidação da educação de adultos no cenário brasileiro. A exceção das práticas promovidas baseadas no pensamento de Paulo Freire, principalmente na década de 1960, o adulto sem ou com pouca escolarização era tratado como incapaz e vítima, ao mesmo tempo em que sempre foi identificado como o culpado pela própria situação de privação de direitos.

Em seu estudo sobre o preconceito ao analfabeto, Di Pierro e Galvão (2007) comprovam a presença dessa visão manifestada tanto nas falas e propostas políticas, como nos discursos do próprio sujeito analfabeto. Este, segundo as autoras, incorpora o preconceito, disseminado diariamente na mídia e revelado nas mais diversas situações de interação, e passa a se ver “como cego, sentir-se um ignorante, aquele a quem falta algo para corresponder às expectativas sociais” (GALVÃO e DI PIERRO, 2007, p: 97).

O fenômeno do analfabetismo, por sua vez, defendido como principal problema a ser enfrentado pela “nova” sociedade republicana, trazia em si uma visão distorcida do verdadeiro desafio apresentado. Muito mais do que a mera ausência de conhecimentos léxicos por grande parte da população brasileira, o analfabetismo se manifestava naquele momento como reflexo de um processo histórico de exclusão social.

Até pouco antes da Proclamação da República, eram considerados detentores de direitos apenas os cidadãos livres; excluídas de tais direitos ficaram centenas de milhares de escravos negros que ainda existiam no interior do País. Com a transformação da força de trabalho escrava nos primeiros operários, o Estado viu sua demanda social por melhores condições de vida ampliada, sem que houvesse condições para tal.

Era preciso oferecer condições dignas de sobrevivência a um contingente populacional que, cada vez mais, procurava os grandes centros urbanos em busca de maior

assistência. Em comum tinham o despreparo intelectual, que os excluía das novas relações sociais e de trabalho que se constituíam nas cidades.

Menos por falta de consciência da necessidade e mais pela negação de acesso aos bancos escolares, estava o motivo pelo qual a grande parcela dos brasileiros se encontrava analfabeta. Ao contrário do que defendiam intelectuais e políticos do período, o analfabetismo não era fruto de decisões pessoais daqueles que não queriam frequentar a escola, mas consequência da privação de tantos outros direitos, como o de trabalho digno ou moradia.

Autores como Ferrari (1985) e Neubauer (1988) corroboram com essa perspectiva ao apresentarem algumas explicações para a permanência do analfabetismo entre a população brasileira. Segundo essas autoras, mesmo diante de uma grande diversidade de iniciativas de enfrentamento desenvolvidas ao longo da segunda metade do século passado, que levaram a uma redução significativa nas taxas de analfabetismo no País, esta melhoria foi acompanhada, de forma contraditória, de uma ampliação no número absoluto de analfabetos.

Tal fator pode ser explicado, por um lado, pela expansão demográfica vivenciada em todo o país no último século, mas também como consequência de uma desatenção ao ensino básico por parte dos poderes públicos, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, quando as matrículas no nível primário ficaram abaixo dos índices de crescimento da população (NEUBAUER, 1988, p: 44). Além do fato de não se ofertarem vagas para todos, o sistema público de ensino no Brasil, durante muito tempo, foi acusado de produzir novas gerações de analfabetos que, mesmo passando pelas unidades escolares, foram expulsos dela, seja através da repetência, da reprovação ou mesmo da evasão (FERRARI, 1985, p: 48).

Assim como acontece ainda hoje, os analfabetos foram frutos da negação à escola quando ainda crianças e se mantiveram nessa situação pela ausência de condições que assegurassem o retorno à sala de aula e a permanência nela. Mesmo que existissem oportunidades (isoladas) de escolarização, a população adulta não conseguia se alfabetizar, pois, como identificado nos documentos da época, enfrentava obstáculos tanto internos ao processo escolar (inadequação do método e do espaço utilizado, carência de professores, etc.) quanto externos à sala de aula (ausência de condições financeiras para permanecer estudando, dificuldade de conciliar com o horário de trabalho, etc.).

Apesar de abordar em diferentes momentos do estudo as concepções predominantes no período, este trabalho corrobora com essa visão mais crítica de analfabetismo e analfabeto, no instante em que compreende a existência de tal fenômeno como consequência de um processo histórico de exclusão social. Desta forma, pretende-se ir além e discutir a continuação dos desafios de outrora, que passa também pela permanência de certas práticas pedagógicas nas experiências de escolarização de adultos.

Ao propor identificar os cursos primários noturnos criados no início da República conseguiu-se mais que apenas localizar essas iniciativas de escolarização de adultos e apontar quem as promovia. Através do levantamento e do confronto das fontes, traçou-se um grande painel das ações de combate ao analfabetismo desenvolvidas no Estado do Ceará, tanto pelo poder público como pelos próprios trabalhadores, auxiliados por grupos sociais organizados.

Apesar de representarem ações isoladas de combate ao analfabetismo, os cursos noturnos identificados expressavam diferentes projetos educacionais para a sociedade cearense do início do século passado. Mesmo tendo uma meta em comum - a eliminação do “cancro” do analfabetismo - cada experiência defendia um projeto pedagógico distinto para a criação de suas aulas noturnas, divergindo até mesmo entre os próprios segmentos da sociedade¹²⁴.

Ao mesmo tempo em que o poder público promovia o combate às altas taxas de iletramento, através da priorização do atendimento escolar a crianças e jovens, os diferentes grupos sociais que propuseram atividades educacionais se voltaram para a assistência da camada trabalhadora sem escolarização. O que as distinguiu entre si, todavia, eram os propósitos políticos. Em algumas experiências, mostravam-se revolucionárias, como no caso dos cursos noturnos mantidos por sindicatos, centros e associações de trabalhadores. No âmbito das iniciativas desenvolvidas pela Igreja Católica, ou com o seu auxílio, estas se mostravam mais conservadoras, confundindo-se com a defesa dos valores cristãos.

A atuação do Estado, por sua vez, mostrou-se inexpressiva ao longo das quatro décadas analisadas, ao desenvolver menos do que se proclamava no campo da instrução primária dos adultos. Leis foram elaboradas de forma a se regularizar a atuação dos cursos

¹²⁴ Como visto nos capítulos anteriores, cada experiência desenvolvida no campo da instrução de adultos no Ceará do início do século XX apresentava características distintas mesmo sendo desenvolvida pelo mesmo órgão. Como exemplo tem-se os cursos criados nas cidades de Sobral e Crato que, ao contrário dos cursos mantidos na cidade de Fortaleza, contavam com uma estrutura e organização mais complexa, expresso através de um Regimento próprio.

primários noturnos no Ceará, muito embora poucas tenham sido as intervenções efetivadas pelo governo.

Assim como o observado em diferentes etapas do processo de democratização da escola brasileira, a educação de adultos era tratada como uma questão secundária nas políticas públicas dos primeiros governos republicanos, diante da priorização para a formação das crianças. Exemplo disso aconteceu no principal episódio da educação cearense da época, com a Reforma Educacional de 1922, que, ao colocar a difusão da alfabetização como objetivo primeiro da escola pública, definia uma “idade certa” para que isso acontecesse, excluindo todos os demais grupos etários.

Tal decisão apenas fortalecia uma tendência de priorização da escolarização infantil que já vinha se consolidando, culminando com o fechamento de todos os (poucos) cursos noturnos mantidos pela Diretoria da Instrução Pública do Estado. Esse episódio caracteriza muito bem o espaço que as escolas primárias para adultos ocupavam nas políticas educacionais promovidas pelo poder público cearense: um espaço incipiente diante de tudo que se proclamava sobre a urgência de se vencer a vergonha do analfabetismo.

No intuito de se compreenderem as ações de combate ao analfabetismo, todavia, a figura do professor que atuava nas aulas noturnas surge como elo importante nessa relação entre passado e presente. Levando-se em consideração os diferentes condicionantes temporais, o trabalho docente desenvolvido com o público adulto sem instrução no século passado traz muitas semelhanças com as práticas registradas em alguns programas de EJA.

Uma dessas práticas diz respeito ao tipo de vínculo, estabelecido entre esse profissional e o órgão promotor do curso noturno. Este vínculo que poderia se diferenciar de acordo com a instituição, trazia em si a marca da desvalorização do professor de adultos. Registrou-se, já naquele momento, o trabalho de professores com relações precárias através do regime de voluntariado, como em algumas ações da sociedade. O mais comum era o recebimento de “gratificação módica” por aqueles que acumulassem o ensino regular com o noturno.

Outro fator depreciativo do trabalho com adultos estava na falta de preparação e de condições materiais para atuar com esse público. Segundo as próprias orientações da legislação que regulava esse tipo de turma, os professores noturnos deveriam adequar

currículo, métodos, materiais e espaço físico aplicado ao ensino das crianças em suas turmas de adultos, desconsiderando seus anseios, demandas e estágios de desenvolvimento, que se diferenciam daqueles apresentados pelo público infantil.

Tais características do trabalho docente com turmas de adultos analfabetos também se fizeram presentes ao longo de todo o século XX, chegando ao novo milênio com os mesmos dilemas para serem superados. Assim como acontecia, nos últimos programas do Governo Federal, com o “Alfabetização Solidária” e o “Brasil Alfabetizado”, a informalidade nos vínculos e o despreparo dos alfabetizadores continuam reforçando uma visão depreciativa com relação a essa modalidade de ensino. Por não haver estabilidade no trabalho, remunerando através de “bolsas” o seu alfabetizador, esses programas não conseguem formar um quadro docente bem preparado para o trabalho numa sala de alfabetização de adultos.

Outra característica que permanece nesses programas contemporâneos e que se fizeram presentes nas demais ações de alfabetização desenvolvidas no País a partir de meados do século XX diz respeito à presença da informalidade e da flexibilidade na sua organização. Da mesma forma como observado nas experiências cearenses do início do século passado, essas características estariam representadas na ausência de dados precisos relativos à matrícula e frequência dos alunos, na simplificação da organização curricular, assim como nas desconexões com o próprio sistema educacional, o que levaria à não continuidade dos estudos dos que conseguem se alfabetizar.

Dentre as revelações feitas nesse estudo sobre as práticas de combate ao analfabetismo, algumas merecem um destaque maior pelo caráter inovador que trouxeram à discussão. Através do confronto de diferentes fontes, descobriram-se algumas iniciativas vistas como inovadoras para a educação brasileira e que se faziam presentes no Ceará da Primeira República e não estão referidas em outros estudos.

A primeira delas é a existência de ações educativas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados que, além de ocuparem um espaço deixado pelo Estado na oferta dos direitos sociais, desenvolveram propostas pedagógicas próprias. Como já indicado, cada segmento, ao promover suas aulas noturnas para os trabalhadores, buscava respaldar o próprio projeto de intervenção no contexto social, tendo a instrução como principal ferramenta nesse processo.

Acontecimento que se sobressaiu nas análises sobre a atuação dos cursos noturnos, entretanto, foi a identificação de um tipo específico de relação entre o Estado e esses diferentes grupos. Muito mais que a mera convivência ou compartilhamento dos espaços de atuação, esses atores desenvolveram, em diversas oportunidades, uma relação de parceria.

Representadas através da concessão de subsídio estatal, as parcerias entre o poder público e a sociedade eram um dos principais mecanismos desenvolvidos para que os cursos noturnos fossem criados. A grande maioria das iniciativas privadas de escolarização primária para adultos identificada naquele período não poderia se manter sem que o Estado ofertasse as condições mínimas de funcionamento, como o pagamento dos professores, os empréstimos dos prédios públicos e a doação de material didático.

Apesar de soar atual o discurso da necessidade de que a sociedade deva assumir os espaços negligenciados pelo Estado, recebendo por isso recursos financeiros do próprio governo, tal fato já estava presente no cotidiano educacional do início do século XX. Antes, assim como hoje, esse tipo de parceria trazia consequências de todos os tipos: ao mesmo tempo em que desobrigava o poder público em assegurar o acesso a escola para todos os que demandavam, o fortalecimento dessa postura garantiria também uma maior diversidade de oportunidades e experiências, possibilitando, desta forma, um maior acesso àqueles que foram deixados de fora das prioridades políticas.

O Ceará republicano inova novamente, colocando-se à frente das tendências atuais ao abordar a questão da educação prisional ainda no final dos anos de 1920. Ao criar uma escola primária na cadeia pública da capital, Fortaleza, o governo estadual atendia a um público completamente desassistido. Compreendendo que a discussão acerca da necessidade de promover ações educativas no sistema prisional é algo ainda muito insipiente, esta iniciativa coloca o Ceará na vanguarda, refletida na abrangência que esse tipo de ação toma hoje em todo o País¹²⁵.

De tudo que foi apresentado e discutido ao longo do texto e retomado aqui, alguns pontos não ficam bem resolvidos no estudo, necessitando de análise mais profunda das questões, a partir de coleta mais abrangente de informações. O primeiro desses pontos refere-

¹²⁵ Segundo dados do Ministério da Educação, no ano de 2009, o Estado do Ceará contava com apenas 35 unidades escolares públicas que ofereciam educação para os detentos das unidades prisionais, principalmente com a modalidade de EJA.

se ao governo de João Thomé de Saboya e Silva e a sua importância para a instrução primária de adultos no Ceará.

Ficou claro que em seu governo houve maior difusão dos cursos noturnos em todo o Estado, e foi neste momento que se criaram as primeiras escolas para adultos mantidas pelo poder público. No entanto, nada foi identificado nos documentos produzidos no período que justificasse tamanho empenho por parte do Presidente do Estado, ou se haveria outros sujeitos que estivessem à frente dessa valorização dos cursos noturnos. O certo é que, findo o seu governo, os poucos cursos primários noturnos existentes entre as escolas públicas foram fechados, sem que justificativas fossem dadas e novas propostas fossem desenvolvidas.

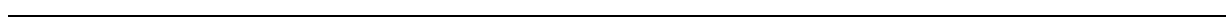
Outra lacuna presente no estudo refere-se a uma exploração mais detalhada das diferentes propostas pedagógicas apresentadas pelas ações da sociedade cearense quando da criação dos cursos noturnos. Em virtude da necessidade de maior levantamento de fontes, em especial aquelas produzidas pelos próprios segmentos, não foi possível aprofundar tal tema nas análises das iniciativas identificadas.

Sabe-se que uma pesquisa acadêmica não se esgota, pois os objetos abrem sempre novas possibilidades de estudo e interpretação. É neste sentido que ainda permanece o mesmo sentimento de busca das raízes apontado nas primeiras páginas deste trabalho. Agora, fortalecido pelas descobertas feitas, acredita-se ser a história da educação de jovens e adultos no Brasil um percurso feito por muitas transformações e por algumas permanências.

A pesquisa permitiu detectar que muito do que se acredita hoje ser novo e revolucionário para Educação de Adultos já fazia parte do cotidiano escolar há um século. E que parte das práticas, das concepções e dos projetos atualmente presentes nos programas de alfabetização de adultos tiveram sua gênese nas experiências dos cursos noturnos do início da República.

Resta ainda compreender como se deu a passagem dessas características presentes nas aulas noturnas para adultos analfabetos às demais fases do processo de consolidação da EJA no País. E mais: é preciso agora buscar preencher a lacuna que resta entre o período imediatamente posterior ao estudado aqui e o que convencionalmente se definiu como início das intervenções governamentais no campo da escolarização de adultos. Está justamente neste período, entre 1930 e 1945, o elo entre as práticas produzidas na Primeira República e o

período das “Grandes Campanhas de Massas,” com destaque para o surgimento de uma nova postura diante do problema do analfabetismo que continuava depreciando a nação.



Fontes Consultadas

Mensagens dos Presidentes de Estado

Disponível em www.crl.edu/info/brazil link: provincial presidential reports (1830-1930). Acesso em 22 de agosto de 2007.

CEARÁ. Mensagem do Presidente do Estado Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléia Legislativa do Ceará, em sua 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura. Fortaleza: Typ:d'A República, 1894.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à respectiva Assembléia Legislativa do Ceará, em sua 4ª sessão ordinária da 1ª legislatura.** Fortaleza: Typ:d'A República, 1895.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly em 1º de julho de 1897.** Fortaleza: Typographia Economica, 1897.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly em 4 de julho de 1898.** Fortaleza: Typographia Economica, 1898.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1903 pelo Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges.** Fortaleza: Typographia Minerva, 1903.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1905 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.** Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1905.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1906 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.** Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1906.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1907 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.** Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1907.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1908 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.** Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1908.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1909 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.** Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1909.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1910 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.** Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1911 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.** Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor,, 1911.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo Presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso.** Fortaleza, 1916.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1917, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado.** Fortaleza, 1917.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1918, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado.** Fortaleza, 1918.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1919, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado.** Fortaleza, 1919.

_____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1920, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado.** Fortaleza, 1920.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1925, pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado.** Fortaleza: Typographia Gadelha, 1925.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1929, por José Carlos de Mat.** Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1929, pelo Desembargador José Moreira dos Peixoto, Presidente do Estado.** Fortaleza: Typographia Gadelha, 1929.

Constituições republicanas

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, decretada em 24 de fevereiro de 1891. In: BALEEIRO, A. **Constituições Brasileiras**. Volume II. 1891. Brasília-DF: Senado Federal/Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos, 2001. (Coleção Constituições Brasileiras, v.2)

_____. *Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926*. In: BALEEIRO, A. **Constituições Brasileiras**. Volume II. 1891. Brasília-DF: Senado Federal/Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos, 2001. (Coleção Constituições Brasileiras, v.2)

CEARÁ. *Constituição do Estado do Ceará de 1891*. In: POMPEU, G. FARIAS, I.S.; VIEIRA, S.L. (orgs). **Constituições do Estado do Ceará, 1891**. Fortaleza: INESP, 2005. (Coleção Constituições cearenses, v.1)

_____. *Constituição do Estado do Ceará de 1892*. In: POMPEU, G. FARIAS, I.S.; VIEIRA, S.L.(orgs). **Constituições do Estado do Ceará, 1892**. Fortaleza: INESP, 2005. (Coleção Constituições cearenses, v.2)

_____. *Constituição do Estado do Ceará de 1921*. In: POMPEU, G. FARIAS, I.S.; VIEIRA, S.L.(orgs). **Constituições do Estado do Ceará, 1921**. Fortaleza: INESP, 2005. (Coleção Constituições cearenses, v.3)

_____. *Constituição do Estado do Ceará de 1925*. In: POMPEU, G. FARIAS, I.S.; VIEIRA, S.L.(orgs). **Constituições do Estado do Ceará, 1925**. Fortaleza: INESP, 2005. (Coleção Constituições cearenses, v.4)

Legislação

BRASIL. *Decreto nº 16.782 A de 13 de janeiro de 1925*. In: VIEIRA, Sofia Lerche. (org). **Leis de reforma da educação no Brasil: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

CEARÁ. *Regulamento da Instrução primária do Estado do Ceará, de 13 de março de 1905*. In: VIEIRA, Sofia Lerche. (org). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Volume 3. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

_____. *Lei Nº 1.208, de 19 de agosto de 1914*. In: _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1914**. 23º vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1914 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Regimento interno das escolas públicas do ensino primário de 1915*. In: VIEIRA, Sofia Lerche. (org). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Volume 3. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

_____. *Lei Nº 1.401, de 02 de outubro de 1916*. In: _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1916**. 25º vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1916 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Lei Nº 1.448, de 29 de setembro de 1917*. In: _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1917**. 26º vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1917 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Decreto Nº 1.513, de 7 de novembro de 1917*. In: _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1917**. 26º vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1917 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Decreto N° 103*, de 07 de março de 1918. In. _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1918**. 27° vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1918 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Decreto N° 1630*, de 4 de novembro de 1918. In. _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1918**. 27° vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1917 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Lei N° 1.717*, de 4 de outubro de 1919. In. _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1919**. 28° vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1919 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Lei N° 1.734*, de 16 de agosto de 1920. In. _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1920**. 29° vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1920 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Lei N° 1.823*, de 25 de outubro de 1920. In. _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1920**. 29° vol. Fortaleza: Typ: Moderna, 1920 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

_____. *Ato do Presidente do Estado*, de 1° de agosto de 1922. (APEC. Instrução Pública. Atos e Decretos do Presidente do Estado, 1922).

_____. *Lei n° 1.953, de 2 de agosto de 1922*. In: VIEIRA, Sofia Lerche. (org). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Volume 3. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

_____. *Regulamento da Instrução pública de 1922*. In: VIEIRA, Sofia Lerche. (org). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Volume 3. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

_____. *Lei N° 2.763*, de 12 de novembro de 1929. In. _____. **Coleção das Leis do Estado do Ceará do ano de 1929**. Fortaleza: Typ: Moderna, 1929 (Setor de Microfilmagem da BPPMP).

Correspondência

APEC. Relação de alunos do Externado de São Vicente de Paula do ano de 1889. Fundo de Instrução Públicas. Série Correspondência Recebida, 1889.

_____. Ofício n°914, de 18 de maio de 1911. Fundo de Instrução Públicas. Série Correspondência Expedida, 1911.

_____. Ofício n° 1612, de 20 de julho de 1914. Fundo de Instrução Públicas. Série Correspondência Expedida, 1914.

_____.Ofício nº 1947, de 21 de agosto de 1914.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1914.

_____.Ofício nº 824, de 24 de abril de 1915.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1915.

_____.Ofício nº 2223, de 21 de julho de 1915.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1915.

_____.Ofício nº 4046, de 22 de dezembro de 1915.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1915.

_____.Ofício nº 725, de 02 de maio de 1916.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1916.

_____.Ofício nº 826, de 17 de maio de 1916.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1916.

_____.Ofício nº 1023, de 7 de junho de 1916.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1916.

_____.Ofício nº 1200, de 19 de julho de 1916.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1916.

_____.Ofício nº 238, de 19 de janeiro de 1917.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1917.

_____.Ofício nº 3711, de 3 de julho de 1917.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1917.

_____.Ofício nº 3956, de 23 de novembro de 1917.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1917.

_____.Ofício nº 516, de 31 de janeiro de 1918.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1918.

_____.Matricula do pessoal docente e administrativo do Cursos Primários Nocturnos da cidades de Sobral e Crato.Fundo de Instrução Públicas.1918-19.

_____.Ofício Nº 3443, de 16 de julho de 1919.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1919.

_____.Ofício Nº 3468, de 17 de julho de 1919.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedido, 1919.

_____.Ofício Nº 3490, de 17 de julho de 1919.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1919.

_____.Ofício nº 3482, de 17 de julho de 1919.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1919.

_____.Ofício nº 4047, de 18 de agosto de 1919.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1919.

_____.Ofício de 26 de janeiro de 1920.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1920.

_____.Ofício de 6 de dezembro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1921.

_____.Ofício nº 184, de 20 de fevereiro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 3969, de 27 de julho de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 99/100/101/102, de 29 de julho de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1922.

_____.Ofício de 25 de agosto de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 4319, de 29 de agosto de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 323, de 12 de setembro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1922.

_____.Ofício nº 4428, de 13 de setembro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 349, de 14 de setembro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1922.

_____.Ofício de 02 de outubro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência recebida, 1922.

_____.Ofício nº 4746, de 13 de outubro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 578, 20 de outubro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1922.

_____.Ofício nº 4913, 31 de outubro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 773, 16 de dezembro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1922.

_____.Ofício nº 5365, 28 de dezembro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 5381, 29 de dezembro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 5382, 29 de dezembro de 1922.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1922.

_____.Ofício nº 724, de 17 de janeiro de 1923.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1923.

_____.Ofício nº 140, de 29 de janeiro de 1923.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1923.

_____.Ofício Nº 2417, de 13 de novembro de 1923.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1923.

_____.Ofício nº 867, de 12 de junho de 1926.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1926.

_____.Protocolo de recebimento de correspondência recebida pela Directoria Geral da Instrução Publica.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1926-8.

_____.Ofício nº 4, de 29 de julho de 1929.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1929.

_____.Ofício de 1º de agosto de 1929.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1929.

_____.Ofício nº 2447, de 09 de setembro de 1929.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Expedida, 1929.

_____.Ofício de 14 de dezembro de 1929.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1929.

_____.Ofício de 14 de dezembro de 1929.Fundo de Instrução Públicas.Série Correspondência Recebida, 1929.

Jornais e Periódicos

ALMANACH DO CEARÁ. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1911.

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1912

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1914

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1917

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1918

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1920

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1921

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1922

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1924

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1925

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1926

_____. Fortaleza,CE: Typo.Lithografia a vapor, Ano1928

CEARENSE,Nº 3, ano XLV, de 8 de janeiro de 1891.

JORNAL DO CEARÁ, Nº 22, ano I, de 25 de abril de 1904.

O NORDESTE, Nº 778, ano III, de 27 de janeiro de 1925.

_____, Nº 1.022, ano III, de 27 de novembro de 1925.

PRIMEIRO DE MAIO, Nº61, ano IV, de 08 de fevereiro de 1908

_____, Nº 64, ano IV, de 08 de fevereiro de 1909.

Sites consultados.

<http://cearadeluz.50webs.com/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_do_Estado_do_Cear%C3%A1.

<http://www.brasilrepublica.com/presidentesbr.htm>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.inep.gov.br/>

www.anpde.org.br

www.cognitiva.com.br-7museu.

www.crl.edu/info/brazil-

[www.histedbr.unicamp:br](http://www.histedbr.unicamp.br)

www2.camara.gov.br

Bibliografia

ALVES, J. O ensino primário na primeira metade do século XX. In: GIRÃO, R. MARTINS FILHO, A. **O Ceará**. 3ª edição. Fortaleza, CE: Editora Instituto do Ceará, 1966.

ANDRADE, J. M. A oligarquia acciolyna e a política dos governadores. In: SOUZA, S. (coord.) **História do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BASBAUM, L. **História Sincera da República: de 1889 a 1930**. 5ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

BARROS, L. Os presidentes do Ceará de Francos Rabelo até 1930. In: **Revista do Instituto do Ceará**. 1987, p: 215-224.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BEZERRA, J. A. B. (et all.). Fontes para a História da Educação: considerações acerca da sistematização dos documentos do Fundo da Instrução Pública do Ceará. In: **Documentos**. Revista do Arquivo Público do Ceará: História e Educação. N°2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006, p: 9-19.

BITENCOURT, R. A educação brasileira no Império e na República. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP/MEC, vol. XIX, n°49, jan-mar, 1953, p: 41-76.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios**. 7ª edição. Madrid: Paraninfo, 1991.

CALADO, S. S.; FERREIRA, S. C. R. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/análisedocuments.pdf>

CARLOS, E. J. **A formação do discurso sobre a educação de adultos no Brasil: de 1889 à década de 1940**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTANHO, S. Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, I. M. (et. al.). **Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas, Sp: Autores Associados, HISTEDBR, 2007. (Coleção memória da educação).

CASTELO, P. A. História da Instrução da Educação do Ceará. Capítulo I. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano LVI, 1942, p: 91-101.

_____. História da Instrução da Educação do Ceará. Capítulo II. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano LVII, 1943, p:52-70.

_____. História da instrução e da educação do Ceará: bolsa de estudos. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano LXXVI, 1962, p:102-114.

CAVALCANTI, M.J.M. **João Hippolyto de Azevedo e Sá**: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará. Fortaleza: EUFC, 2000.

_____. (org.) **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

_____. O livro de leitura para as crianças do Nordeste brasileiro da nova escola primária do Ceará. In: **Documentos**. Revista do Arquivo Público do Ceará: história e educação, nº2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.

CRAVEIRO, N. **João Pergunta ou o Brasil seco**. Fortaleza: Secretaria de Educação Básica, 2005.

CORDEIRO, C. **Brinquedos da memória**: a infância em Fortaleza no início do século XX. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

CURY, C.R.J. A educação e a primeira constituição republicana. In: FÁVERO, O. (org). **A educação nas constituições brasileiras 1823-1988**. Campinas/SP: Autores Associados, 1996 (coleção Memória da Educação).

_____. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Ma. Helena C. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III. Século XX. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DAMASCENO, A.D. **MST e Educação: uma análise sobre a experiência do assentamento Bela Vista na área da Educação de Jovens e Adultos a partir das representações sociais dos alunos**. Monografia do Curso de Graduação em Pedagogia. FAFIDAM/UECE. Limoeiro do Norte, 2001.

_____. **Processo de Municipalização da Educação de Jovens e Adultos no Município de Jaguaruana**. Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Didática. UNICE, Limoeiro do Norte, 2003.

DINIZ, D. M. **‘E o que é o professor, na ordem das coisas?’** Docência de primeiras letras no Ceará imperial. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

DI PIERRO, M.C. **As políticas públicas da Educação básica de Jovens e Adultos no Brasil do período 1985/1999**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica/São Paulo, 2000.

FARIAS, A. **História do Ceará**: dos índios à geração cambeba. Fortaleza: Tropical Editora, 1997.

FARIAS FILHO,L.M. Instrução elementar no século XIX.In: LOPES, E.M.T.FARIAS FILHO,L.M. VEIGA,C.G.(orgs).**500 anos de educação no Brasil**.3ª edição.Belo Horizonte/MG:Autentica,2003.

FEITOSA,A.M.S.**Escola Primária na Província do Ceará**: organização e formação docente. Dissertação (Mestrado).Universidade Estadual do Ceará,Fortaleza,2008.

FERNANDEZ,F.A.**As raízes históricas dos modelos actuais de educação de pessoas adultas**.Lisboa,Portugal:Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação,2006.(Cadernos Sísifo,2)

FERRARI,A.Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes.In:**Cadernos de Pesquisa**.São Paulo,Nº52,fev.1985(p.35-49).

FREIRE,A.M.**Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista....São Paulo:Cotrez/Brasília:INEP,1989(Biblioteca da Educação Serie 1 Escola, v.4)

FILHO,A.M.Três fases da educação no Ceará.In:**Revista do Instituto do Ceará**.Ano XLIX,1985,p: 6-14.

GAMBOA,S.S.Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica.In:SANTOS FILHO,J.C.dos.GAMBOA,S.S.(orgs).**Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade.São Paulo:Cortez,1995(Questões da nossa época, v.42).

GALVÃO,A.M.O.DI PIERRO,M.C.**Preconceito contra o analfabeto**.São Paulo:Cortez, 2007.(Coleção Preconceitos)

GIRÃO,R.**Evolução histórica cearense**.Fortaleza,Ce:BNB,ETENE,1985(Documentos do Nordeste, 5)

GOHN,M.G.**História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros.2ª edição.São Paulo:Edições Loyola,2001.

GONÇALVES,A.A **imprensa dos trabalhadores no Ceará e 1862 aos anos de 1920**.Tese de Doutorado em História.Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis,2001.

_____.Muitos Typos na educação para os pobres: imprensa e instrução no Ceará de fins do século XIX aos anos de 1920.In:**Documentos**. Revista do Arquivo Público do Ceará: História e Educação.Nº2.Fortaleza:Arquivo Público do Ceará,2006,p:57-100.

_____.“Uma fábrica de homens utilizáveis”: sobre escola e instrução pública para os pobres no Ceará.In:RIOS,Kênia S.FILHO,E.F.(orgs).**Em Tempo**:História, Memória, educação.Fortaleza:Imprensa Universitária,2008.

HADDAD,S.**Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**.Brasília-DF:MEC/INEP/COMPED,2002.(Coleção Série do Conhecimento, Nº 8)

_____**DI PIERRO, M.C.**Escolarização de adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**. N° 14, maio/ago 2000, p: 108-140.

IBGE. **Séries Estatísticas Retrospectivas**. Volume 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986a.

_____**Estatísticas Históricas do Brasil**. Volume 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1986b. (Séries Econômicas, Demográficas e Sociais-1550 a 1985).

_____**Censo Demográfico Populacional**, 2001.

_____**Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio, 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>. Acesso em 26 de outubro de 2007.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. 4ª edição. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996.

_____**A História Nova**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOMBARDI, J. C. **História e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Unicamp/HISTEDBR, 2003. Disponível em www.histedbr.unicamp.br. Acesso em 20/11/2008.

LOPES, E. M. T. FARIAS FILHO, L. M. VEIGA, C. G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª edição. Belo Horizonte/MG: Autentica, 2003.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4ª edição aumentada. Brasília, DF: Inep/MEC, 2002. (Coleção Lourenço Filho, 5).

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 15ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1984 (Coleção Atualidades pedagógicas, v. 59)

MADEIRA, M. G. L. **Recompondo memórias da Educação: A Escola de Aprendizizes Artífices do Ceará (1910-1918)**. Fortaleza: Gráfica do CEFET-CE, 1999.

MAGALHÃES JUNIOR, A. G. Punição, Vigilância e Transgressão: história de moças em escolas católicas na década de 1960. In: CAVALCANTE M. J. M.; BEZERRA, J. A. B. (Org.). **Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais**. Fortaleza: Editora UFC, 2004, v. 1, p: 241-262.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEZES, D. A educação no Ceará: repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930). In: GIRÃO, R. MARTINS FILHO, A. **O Ceará**. 3ª edição. Fortaleza, CE: Editora Instituto do Ceará, 1966.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26ª edição. São Paulo, 2007.

MOACYR, P. **A instrução e as províncias: subsídios para a História da Educação no Brasil – 1834 a 1889**. I volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

MORTATTI, M.R.L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo (1876-1994). São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade** na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. A Importância da pesquisa histórica no campo educacional (Apresentação). In: CAVALCANTE, M.J.M.(org.). **História e Memória da Educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

_____. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, B.O **Brasil republicano**. Tomo 3: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, volume 2)

NEUBAUER, T.R.O que foi feito e o que ainda resta fazer para alfabetizar a população brasileira. In: **Alternativas de alfabetização para a América Latina e o Caribe**. Brasília: INEP, 1988 (série Encontros e Debates, 5).

NOGUEIRA, R.F.S. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

NETO, L. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, F.A.S. **Os caixeiros no Ceará: trabalho e educação** na Revista Phenix- 1891-1916. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

PAIVA, V.P. **Educação popular e educação de adultos**. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1987. (Col. Temas Brasileiros, II)

PESSOA, F. **Educação e a rotina**. Rio de Janeiro, RJ: Oficina Industrial Graphica, 1924.

_____. **Divulgação do ensino primário**. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos & Cia, 1928.

_____. **A realidade brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves, 1931.

PINTO, S. Instrução Pública Primária do Ceará: regime colonial, regime monárquico, regime republicano. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano LIII, 1939, p:63-110.

PONTE, S.R. *A Belle Époque* em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, S.(coord.). **Uma nova história do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

RAGAZZINI, D. Os estudos histórico-educativos e a História da Educação. In: SANFELICE, S.L. SAVIANE, D. LOMBARDI, J.C.(orgs) **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

RAMOS, F.R.L. Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano. In: SOUZA, S.(coord.). **Uma nova história do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

REIS, J.C. A Renovação Teórico-Metodológica e “Utopia” da História pela Reconstrução do Tempo Histórico. In: SAVIANI, D. LOMBARDI, J.C. SANFELICE, J.L. (Org.). **História e História da Educação – O Debate Teórico-Metodológico Atual**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 4ª edição. São Paulo: Editora Moraes, 1982. (Coleção Educação Universitária).

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. **População dos municípios do Ceará**. Recenseamento de 1920. Ano XXXVI, 1922, p:495-497

ROCHA, H.H.P. **Imagens do analfabetismo**: a educação na perspectiva do olhar médico do Brasil dos anos 20. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 1995

SANFELICE, J.L. (Org.). **História e História da Educação – O Debate Teórico-Metodológico Atual**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

SANTOS, J.S. **Círculos operários no Ceará**: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

SANTOS FILHO, J.C. GAMBOA, S.S. (orgs). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995 (Questões da nossa época, v.42)

SAVIANI, D. **Histórias das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memórias da Educação)

_____. LOMBARDI, J.C. SANFELICE, J.L. (Org.). **História e História da Educação: debate teórico metodológico atual**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

SILVA, V.M.T da. Aspectos da crise política de 1912 no Ceará. In: SOUZA, S. (coord.) **História do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.

SOARES, M. **Letramento**: um estudo em três gêneros. Autêntica: Belo Horizonte, 1998.

SOUZA, S. (coord.) **História do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.

_____. **Uma nova história do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SOARES, L. GALVÃO, A.M.O. Uma História da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, M. BASTOS, M.H.C. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III. Século XX. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (p:257-277)

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Ma. Helena C. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III. Século XX. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA,A.Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. In:**Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**.Rio de Janeiro,v.37,n.86,abr./jun.1962,p:5-79.

TRIVIÑOS,A.N.Silva.**Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação.São Paulo:Atlas,1987.

VIEIRA,S.L. FARIAS,I.S.**História da Educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza:Edições Demócrito Rocha,2002.

_____**Política educacional no Brasil**: introdução histórica.Brasília:Plano Editora,2003.

_____.Para uma (re)leitura da reforma Lourenço Filho no Ceará.**Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED**.Poços de Calda,MG,2003b.Disponível em www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/sofialerchevieira.rtf.

VIEIRA,S.L.(org). **Documentos de política educacional no Ceará**: Império e República.4 Volumes.Brasília:Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira,2006a.(Coleção Documentos da Educação Brasileira).

_____**A educação nas Constituições: Brasil e Ceará**.Fortaleza,CE:SEDUC/CEC,2007a.(Coleção Base Legal, v.1)

_____**Ementário da legislação educacional do Ceará**.Fortaleza,CE:SEDUC/CEC,2007b.(Coleção Base Legal, v.4)

_____**Leis de reforma da educação no Brasil**: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,2008a.(Coleção Documentos da Educação Brasileira)

_____**Desejos de reforma**:Legislação educacional no Brasil Império e República. Brasília:Líber Livro,2008b.

_____.Um novo olhar sobre os pioneiros da Educação Nova: idéias e teses de Frota Pessoa. In: **Anais do VII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação**. Portugal. 2008c.

VIÑAO,A.Fracasan las reformas educativas?La respuest de um historiador.In:SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (org).**Educação no Brasil**:história e historiografia.Campinas,SP:Autores Associados.São Paulo:SBHE,2001.(Coleção Memória da Educação).

XAVIER,M.E.S. P:**A educação na literatura do Século XIX**.Campinas,SP:Editora Alínea, 2008.

Apêndices

APÊNDICE I

MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO NO CEARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Ano	Nº de Escolas	Matrícula	Frequência	%
1889	267	11.907	*	*
1890	252	9.100	*	*
1891	261	10.338	*	*
1892	271	7.230	*	*
1893	271	7.576	4.645	61,3
1894	258	8.687	5.002	57,5
1895	259	9.088	5.151	56,6
1896	264	9.122	5.258	57,6
1897	298	9.956	8.674	87,1
1898	312	10.572	8.695	82,2
1899	336	10.479	9.025	86,1
1900	336	11.305	8.821	78,0
1901	246	9.540	7.260	76,1
1902	246	10.571	7.759	73,4
1903	246	11.091	8.433	76,0
1904	272	10.602	8.434	79,5
1905	272	11.896	9.534	80,1
1906	295	11.973	11.110	92,8
1907	314	13.035	10.516	80,6
1908	327	14.159	11.520	81,3
1909	332	13.828	10.799	78,1
1910	344	12.857	9.693	75,4
1916	403	*	*	*
1917	419	*	*	*
1918	468	19.116	10.189	53,3
1919	513	*	*	*
1924	699	*	*	*
1925	650	29.230	16.703	57,1
1926	372	28.342	16.252	57,3
1927	410	29.351	17.271	58,8
1928	*	30.752	18.533	60,2
1929	434	31.421	19.332	61,5

*Dados não localizados nas Mensagens. Nos períodos de 1911 a 1915, de 1920 a 1923 e no ano de 1930 não foram encontrados quaisquer dados referentes a instrução primária nos documentos.

Fonte: Mensagens dos Presidentes do Estado enviadas a Assembléia Legislativa no período de 1891 a 1930

APÊNDICE II

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA DO BRASIL NO PERÍODO DE 1889 A 1930

Nº	Nome	Naturalidade	Formação/Profissão	Início	Término	Observação
1.	Manuel Deodoro da Fonseca	Vila Madalena-AL	Militar	15 de novembro de 1889	23 de novembro de 1891	-
2.	Florianio Vieira Peixoto	Vila de Ipioca - AL	Militar	23 de novembro de 1891	15 de novembro de 1894	-
3.	Prudente José de Moraes Barros	Itu-SP	Advogado	15 de novembro de 1894	15 de novembro de 1898	-
4.	Manuel Ferraz e Campos Sales	Campinas-SP	Advogado	15 de novembro de 1898	15 de novembro de 1902	-
5.	Francisco de Paula Rodrigues Alves	Guaratinguetá-SP	Advogado	15 de novembro de 1902	15 de novembro de 1906	-
6.	Afonso Augusto Moreira Pena	Santa Barbosa-MG	Advogado e jurista	15 de novembro de 1906	14 de junho de 1909	-
7.	Nilo Procópio Peçanha	Campos dos Goytacazes - RJ	Advogado	14 de junho de 1909	15 de novembro de 1910	-
8.	Hermes Rodrigues da Fonseca	São Gabriel-RS	Militar	15 de novembro de 1910	15 de novembro de 1914	-
9.	Venceslau Brás Pereira Gomes	São Caetano da V. Grande - MG	Advogado	15 de novembro de 1914	15 de novembro de 1918	-
10.	Francisco de Paula Rodrigues Alves	Guaratinguetá-SP	Advogado	-	-	Foi eleito pela segunda vez, mas faleceu antes de assumir o governo novamente.
11.	Delfim Moreira da Costa Ribeiro	Cristina-MG	Advogado	15 de novembro de 1918	16 de julho de 1919	-
12.	Epitácio da Silva Pessoa	Umbuzeiro - PB	Professor de Direito	16 de julho de 1919	15 de novembro de 1922	-
13.	Artur da Silva Bernardes	Viçosa-MG	Advogado	15 de novembro de 1922	15 de novembro de 1926	-
14.	Washington Luis Pereira de Souza	Macaé-RJ	Advogado	15 de novembro de 1926	24 de outubro de 1930	-

Fonte: <http://www.brasilrepublica.com/presidentesbr.htm>. Acesso em 17 de fevereiro de 2009

APÊNDICE III

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE ESTADO DO CEARÁ NO PERÍODO REPUBLICANO 1889-1930

Nº	Nome	Naturalidade	Formação/Profissão	Início	Término	Observação
1.	Luis Antonio Ferraz	*	Militar	16 de novembro de 1889	22 de janeiro de 1891	**
2.	Benjamim Liberato Barroso	Fortaleza-Ce	Engenharia, matemática, Ciências Físicas, Militar	22 de janeiro de 1891	06 de abril de 1891	Governou pouco mais de dois meses
3.	Feliciano Antonio Benjamim	*	*	06 de abril de 1891	28 de abril de 1891	Governou apenas 22 dias
4.	José Clarindo de Queiroz	Amazonas	Militar	28 de abril de 1891	16 de fevereiro de 1892	-
5.	José Nepomuceno de Medeiros Mallet	Bagé-RJ	Bacharel em Ciências Físicas, Militar	16 de fevereiro de 1892	18 de fevereiro de 1892	Governou apenas dois dias
6.	Benjamim Liberato Barroso	Fortaleza-Ce	Engenharia, matemática, Ciências Físicas, Militar.	18 de fevereiro de 1892	12 de julho de 1892	Governou por quase cinco meses
7.	Antonio Pinto Nogueira Accioli	Ico-Ce	Bacharel em Direito, Comendador	12 de julho de 1892	27 de agosto de 1892	Governou pouco mais de um mês
8.	José Freire Bezerril Fontenelle	Viçosa-Ce	Engenharia, Ciências Físicas, Militar	27 de agosto de 1892	12 de julho de 1896	-
9.	Antonio Pinto Nogueira Accioli	Ico-Ce	Bacharel em Direito, Comendador	12 de julho de 1896	12 de julho de 1900	-
10.	Pedro Augusto Borges	Fortaleza-Ce	Médio, militar	12 de julho de 1900	12 de julho de 1904	-
11.	Antonio Pinto Nogueira Accioli	Ico-Ce	Bacharel em Direito, Comendador	12 de julho de 1904	12 de julho de 1908	-
12.	Antonio Pinto Nogueira Accioli	Ico-Ce	Bacharel em Direito, Comendador	12 de julho de 1908	24 de janeiro de 1912	-
13.	Antonio Frederico de Carvalho Mota	Granja-Ce	Militar	24 de janeiro de 1912	12 de julho de 1912	Governou por quase seis meses
14.	Belesário Cícero Alexandrino	Ico-Ce	Advogado	12 de julho de 1912	14 de julho de 1912	Governou apenas dois dias
15.	Marcos Franco Rabelo	Fortaleza-Ce	Militar	14 de julho de 1912	14 de março de 1914	-
16.	Fernando Setembrino de Carvalho	Uruguaiana-RS	Militar	14 de março de 1914	24 de junho de 1914	Governou por pouco mais de três meses
17.	Benjamim Liberato Barroso	Fortaleza-Ce	Engenharia, matemática, Ciências Físicas, Militar.	24 de junho de 1914	12 de julho de 1916	-

18.	João Tomé de Sabóia e Silva	Sobral - Ce	Engenharia, Magistratura	12 de julho de 1916	12 de julho de 1920	-
19.	Justiniano de Serpa	Aquiraz-Ce	Bacharel em Direito, escritor	12 de julho de 1920	12 de julho de 1923	**
20.	Ildefonso Albano	Fortaleza-Ce	*	12 de julho de 1923	12 de julho de 1924	**
21.	José Moreira da Rocha	Sobral - Ce	*	12 de julho de 1924	19 de maio de 1928	-
22.	Eduardo Henrique Girão	Morada Nova-Ce	Advogado	19 de maio de 1928	12 de julho de 1928	Governou quase dois meses
23.	José Carlos de Matos Peixoto	Iguatu-Ce	Jurista	12 de julho de 1928	08 de outubro de 1930	-

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_do_Estado_do_Cear%C3%A1. Acesso dia 17 de fevereiro de 09.

* Dados biográficos não identificados.

** Mensagens enviadas ao Legislativo durante seus governos não foram encontradas nos acervos pesquisados.

APÊNDICE IV

CATEGORIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOBRE A ATUAÇÃO DAS ESCOLAS *NOCTURNAS* NO CEARÁ DURANTE O PERÍODO DE 1889 A 1930

Tipo de documento: Legislação

Nº	Ano	Local	Responsável	Documento de referência	Assunto abordado
1	1905	-	-	Regulamento da instrução primária do Ceará, de 13 de março de 1905	Definição de normas para o funcionamento dos cursos noturnos e dominicais em todo o Estado
2	1914	Fortaleza Granja	Estado	Lei Nº 1.208, de 9 de agosto de 1914	Abertura de crédito para cinco cursos noturnos
3	1915	-	Estado	Regimento das escolas públicas no ensino primário de 1915	Definição de normas para o funcionamento dos cursos noturnos e dominicais de ensino público
4	1916	Fortaleza Granja	Estado	Lei nº 1401, de 02 de outubro de 1916	Fixação das despesas do Estado com quatro cursos noturnos na capital e um em Granja, referentes ao pagamento dos professores, expediente e iluminação.
5	1917	Sobral Crato	Estado	Lei nº 1448, de 29 de setembro de 1917	Autorização para o executivo criar os cursos secundários e primários noturnos de Crato e Sobral
6	1917	-	Liga cearense contra o analfabetismo; Estado	Decreto nº 1513, de 7 de novembro de 1917	Concessão de benefício para os professores públicos que atuarem em outras turmas (aulas noturnas promovidas pela Liga cearense contra o analfabetismo)
7	1918	Sobral Crato	Estado	Decreto nº 103, de 7 de março de 1918	Regulamentação do funcionamento dos cursos secundários e primários noturnos de Crato e Sobral
8	1918	Sobral Crato	Estado	Regulamento dos cursos secundários e primários noturnos de Crato e Sobral (anexo ao Decreto nº 103)	Regulamentação do funcionamento dos cursos secundários e primários noturnos de Crato e Sobral
9	1918	Sobral Crato	Estado	Decreto nº 1630, de 4 de novembro de 1918	Aprovação do regulamento dos cursos secundários e primários noturnos nas cidades do Crato e Sobral
10	1919	Fortaleza Granja Sobral Crato Aracati Pereiro Ipú	Estado Gabinete de leitura de Aracaty Centro Artístico Ipuense	Lei nº 1717, de 4 de outubro de 1919	Fixação das despesas com seis cursos noturnos promovidos pelo Estado e também com três sob a orientação de outras instituições

11	1920	Sobral Crato	Estado	Lei nº 1734, de 16 de agosto de 1920	Fechamento dos cursos secundários e primários noturnos de Sobral e Crato
12	1920	Fortaleza	Estado	Lei nº 1823, de 25 de outubro de 1920	Fixação das despesas com a manutenção de quatro cursos noturnos sob a orientação do Estado na capital
13	1922	-	Estado	Regulamento da instrução Pública (Reforma Lourenço Filho)	Definição de competência do Presidente do Estado para criar cursos noturnos e priorização das matrículas dos analfabetos entre 7 e 12 anos de idade
14	1922	Fortaleza (Benfica, Matadouro, Outeiro e Moura Brasil)	Estado	Ato do Presidente do Estado do Ceará, de 1º de agosto de 1922	Extinção das quatro das quatro escolas noturnas mantidas pelo poder público na cidade de Fortaleza.
15	1925	Brasil	Estado União	Decreto Nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925	Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, através da criação de escolas subvencionadas, inclusive noturnas, em todos os Estados
16	1929	Fortaleza	Estado	Lei N 2763, de 12 de novembro de 1929	Autoriza a criação pelo Estado de uma escola Primaria na cadeia pública da capital.

Tipo de documento: Correspondência

Nº	Ano	Local	Responsável	Documento de referência	Assunto abordado
1	1889	Fortaleza	Externato de São Vicente de Paula	Relação de alunos do Externado de São Vicente de Paula do ano de 1889	Informação sobre a quantidade de 190 moças que frequentam o curso dominical desta instituição.
2	1911	Fortaleza	Grêmio Brasileiro Propagador da Instrução Popular	Ofício nº914, de 18 de maio de 1911, do Secretário dos Negócios do Interior ao Diretor Geral do Grêmio Brasileiro Propagador da instrução Pública	Confirmação de comunicado sobre a criação da Liga contra o Analfabetismo
3	1914	Fortaleza (Baixa Preta / Messejana)	Estado	Ofício nº 1612, de 20 de julho de 1914, do Secretário dos negócios do Interior ao Inspetor Escolar do 4º distrito de Fortaleza	Pedido de transferência de escola primária para o prédio onde funciona a escola noturna de Messejana.
4	1914	Fortaleza (Benfica)	Estado	Ofício nº 1947, de 21 de agosto de 1914, do Secretário dos Negócios do Interior ao Inspetor escolar do 3º distrito de Fortaleza	Aprovação do contrato de aluguel de casa para o funcionamento de curso noturno no bairro do Benfica.
5	1915	São Francisco	Club Progressista	Ofício nº 824, de 2 de abril de 1915, do Secretário de Negócios do Interior ao Inspetor escolar da vila de São	Autorização de funcionamento em prédio público das aulas noturnas do Club Progressista

				Francisco	
6	1915	Fortaleza (Moura Brasil)	Estado	Ofício nº 2223, de 21 de julho de 1915, do Secretário dos Negócios do Interior ao Inspetor escolar do 2º distrito de Fortaleza	Resposta a petição do professor acerca de pagamento referente a despesa com a escola noturna
7	1915	Fortaleza	Estado	Ofício nº 4046, de 22 de dezembro de 1915, do Secretário dos Negócios do Interior ao Inspetor escolar do 1º distrito de Fortaleza. (idêntico aos outros inspetores escolares da cidade)	Pedido de informação sobre o funcionamento de cadeiras primárias nos prédios alugados para os cursos noturnos.
8	1916	Fortaleza (Arraial 25 de março)	Estado	Ofício nº 725, de 02 de maio de 1916, do Dr. A. de Lavor ao Secretário dos Negócios da Fazenda.	Pedido de pagamento dos aluguéis do prédio onde funciona a escola noturna e a cadeira mista do arraial 25 de Março, em Fortaleza
9	1916	Fortaleza (Benfica)	Estado	Ofício nº 826, de 17 de maio de 1916, do Dr A. de Lavor ao Secretário da Fazenda	Exoneração do professor interino do curso noturno do bairro do Benfica e nomeação de outro professor interino.
10	1916	Fortaleza (Benfica)	Estado	Ofício nº 1023, de 7 de junho de 1916, do Dr. A. de Lavor ao Secretário dos Negócios da Fazenda	Informação do início do exercício das atividades do professor interino do curso noturno de Benfica
11	1916	Fortaleza (Moura Brasil)	Estado	Ofício nº 1200, de 19 de junho de 1916, de J. do Rego Lemos ao Secretário da Fazenda	Pedido de pagamento dos aluguéis do prédio onde funciona o curso noturno do bairro Moura Brasil, em Fortaleza
12	1917	Fortaleza (Moura Brasil)	Estado	Ofício nº 238, de 19 de janeiro de 1917, do Secretário dos Negócios do Interior ao Inspetor escolar do 2º distrito de Fortaleza	Pedido de mudança do curso noturno do arraial Moura Brasil para outra casa mais adequada.
13	1917	Fortaleza	Estado	Ofício nº 2215, de 7 de julho de 1917, do Secretário dos Negócios do Interior ao Inspetor do 4º distrito de Fortaleza	Resposta a petição de pagamento dos aluguéis do prédio onde funciona curso noturno.
14	1917	Fortaleza (Mondubim)	Grupo das Perpétuas	Ofício nº3711, de 3 de novembro de 1917, do Secretário dos negócios do Interior ao Inspetor escolar de Mondubim.	Confirmação de comunicado de inauguração do curso noturno mantido pelo Grupo das Perpétuas
15	1917	Fortaleza (Mondubim)	Grupo das Perpétuas	Ofício nº 3956, de 23 de novembro de 1917, enviado Secretário dos Negócios do Interior ao Inspetor escolar de Mondubim	Resposta ao convite para a inauguração do curso noturno "15 de novembro".
16	1918	Fortaleza (Moura Brasil)	Estado	Ofício nº 516, de 31 de janeiro de 1918, do Secretário dos Negócios do Interior ao inspetor escolar do 3º distrito de Fortaleza	Envio de livro em branco para a escola noturno do Bairro Moura Brasil
17	1919	Granja	Estado	Ofício Nº 3443, de 16 de julho de 1919, do Dês José Moreira da Rocha ao Secretário da Fazenda do Estado	Comunicado do incio das atividades do professor da escola noturna de Granja
18	1919	Fortaleza (Matadouro)	Estado	Ofício Nº 3468, de 17 de julho de 1919, do Dês. José Moreira da Rocha ao Secretário da Fazenda	Comunicado de início da licença do professor do curso noturno do bairro de Matadouro, em Fortaleza
19	1919	Fortaleza (Matadouro)	Estado	Ofício nº 3482, de 17 de julho de 1919, do Dês. José Moreira da Rocha ao Inspetor Escolar do 3º Distrito	Aprovação da nomeação do professor interino para o curso noturno de Matadouro, em Fortaleza

20	1919	Granja	Estado	Ofício N° 3490, de 17 de julho de 1919, do Dês. José Moreira da Rocha ao Secretário da Fazenda	Pedido de autorização para pagamento dos vencimentos do professor do curso noturno de Granja
21	1919	Fortaleza (Matadouro)	Estado	Ofício n° 4047, de 18 de agosto de 1919, do Dês. José Moreira da Rocha ao Inspetor Escolar do 3° Distrito	Informação do equívoco na indicação do dia de início das funções do professor da escola noturna de Matadouro
22	1920	Crato	Estado	Ofício de 26 de janeiro de 1920, do prof. José Deusdedit Mendes ao Secretário do Interior e Justiça (anexo parecer do diretor do Lyceo de Crato)	Argumentação do professor do curso noturno do Crato para reduzir a carga horária das aulas (anexo parecer do diretor do Lyceo)
23	1921	Fortaleza (Benfica)	Estado	Ofício remetido ao Inspetor escolar pelo professor do curso noturno de Benfica	Comunicado de início do exercício no curso noturno
24	1922	Fortaleza (Moura Brasil)	Estado	Ofício n° 184, de 20 de fevereiro de 1922, de João da Costa Ramolli ao Inspetor Escolar do 2° Distrito	Pedido de confirmação de funcionamento do curso noturno do arraial Moura Brasil
25	1922	Fortaleza (Benfica)	Estado	Ofício n° 3969, de 27 de julho de 1922, do Secretário do Interior e Justiça ao Inspetor escolar de Fortaleza	Ordem para transferência do curso noturno do bairro do Benfica para outro prédio devido aumento do valor do aluguel pedido pelo novo dono do imóvel.
26	1922	Fortaleza (Outeiro; Benfica; Matadouro; Moura Brasil)	Estado	Ofício n° 99/100/101/102, de 29 de julho de 1922, do Diretor geral da Instrução Pública aos professores dos cursos noturnos	Solicitação de presença dos professores noturnos a Diretoria de Instrução Pública
27	1922	Mulungu	Particular	Ofício de 25 de agosto de 1922 de João Barroso ao Diretor da Instrução Pública	Informação sobre funcionamento do curso primário noturno em Mulungu para o processo de regularização
28	1922	Fortaleza (Moura Brasil)	Estado	Ofício n° 4319, de 29 de agosto de 1922, do Secretário do Interior ao Diretor da Instrução Pública	Pedido de informação sobre petição de pagamento de aluguel do prédio em que funciona a escola noturna do arraial Moura Brasil.
29	1922	Fortaleza (Moura Brasil)	Estado	Ofício n° 323, de 12 de setembro de 1922, do Diretor Geral da Instrução Pública ao Secretário do Interior	Pedido de pagamento dos aluguéis do prédio onde funcionava o curso noturno do Bairro de Moura Brasil, em Fortaleza
30	1922	Fortaleza (Matadouro)	Estado	Ofício n° 4428, de 13 de setembro de 1922, do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça.	Pedido de informação sobre petição de pagamento de aluguel do prédio ocupado pela escola noturna do bairro de Matadouro.
31	1922	Fortaleza (Matadouro)	Estado	Ofício n° 349, de 14 de setembro de 1922, do Diretor Geral da Instrução Pública ao Secretário do Interior	Pedido de pagamento dos aluguéis do prédio onde funcionava o curso noturno do bairro de Matadouro, em Fortaleza
32	1922	Baturité	Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada	Ofício de 02 de outubro de 1922, da Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité ao Diretor da Instrução Pública.	Comunicado do início das atividades do curso noturno dessa Associação de acordo com a nomeação do Presidente do Estado.

			(Estado paga o salário do professor)		
33	1922	Fortaleza (Benfica)	Estado	Ofício nº 4746, de 13 de outubro de 1922, do Secretário do Interior ao Diretor geral da Instrução Pública	Pedido de informação acerca da petição de pagamento de aluguel do prédio ocupado pela escola noturna do Benfica
34	1922	Fortaleza (Benfica)	Estado	Ofício nº 578, de 20 de outubro de 1922, do Diretor Geral ao Secretário do Interior	Pedido de pagamento dos aluguéis onde funcionava o curso noturno do Bairro de Benfica, em Fortaleza
35	1922	Fortaleza (Rua Senador Pompeu)	Estado	Ofício nº 4913, de 31 de outubro de 1922, do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça ao diretor geral da Instrução Pública.	Pedido de informação sobre petição de pagamento de aluguéis do prédio ocupado pela escola noturna de estudos secundários
36	1922	Fortaleza (Boulevard Viscond do Coutipe)	Estado	Ofício nº 773, 16 de dezembro de 1922, do Diretor Geral da Instrução Pública ao gerente da Ceará Gás CºLTd	Pedido de retirada do registro de energia do prédio onde funcionava o curso noturno
37	1922	Fortaleza (Benfica)	Estado	Ofício nº 5365, de 28 de dezembro de 1922, do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça ao Diretor geral	Pedido de informações acerca de petição de pagamento de aluguel do imóvel ocupado pelo curso noturno de Benfica.
38	1922	Fortaleza (Rua Senador Pompeu)	Estado	Ofício nº 5381, de 29 de dezembro de 1922, do Secretário do Interior e Justiça ao Diretor geral da Instrução Pública	Pedido de informação sobre petição de pagamento de aluguel de imóvel ocupado pela Escola noturna de estudos secundários
39	1922	Fortaleza (Rua Senador Pompeu)	Estado	Ofício nº5382, de 29 de dezembro de 1922, do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça ao de geral da Instrução Pública.	Pedido de informação sobre petição de pagamento de aluguéis de imóvel onde funciona curso noturno
40	1923	Fortaleza (Outeiro)	Estado	Ofício nº 724, de 17 de janeiro de 1923, do Inspetor Escolar de Fortaleza ao Diretor Geral da Instrução	Pedido para retirada dos utensílios da extinta escola noturna de outeiro do prédio onde funcionava
41	1923	Fortaleza (Boulevard Visconde do Rio Branco)	Estado	Ofício nº 140, de 29 de janeiro de 1923, do Diretor Geral da Instrução Pública ao Diretor das Obras Públicas	Pedido para retirar os móveis do imóvel onde funcionava curso noturno desta localidade.
42	1923	Fortaleza	Círculo Operário São José	Ofício nº2417, de 13 de novembro de 1923, do Diretor Geral da instrução Pública ao Diretor das Escolas noturnas do Círculo Operário S. José	Solicitação de envio de dados estatísticos do ano de 1923
43	1926	Aracati	Círculo Operário São José	Ofício nº 867, de 12 de junho de 1916, do Diretor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Sociedade Círculo Operário S. José.	Pedido de nomeação de procurador para registro da escola noturna mantida pelo Círculo Operário em Aracati

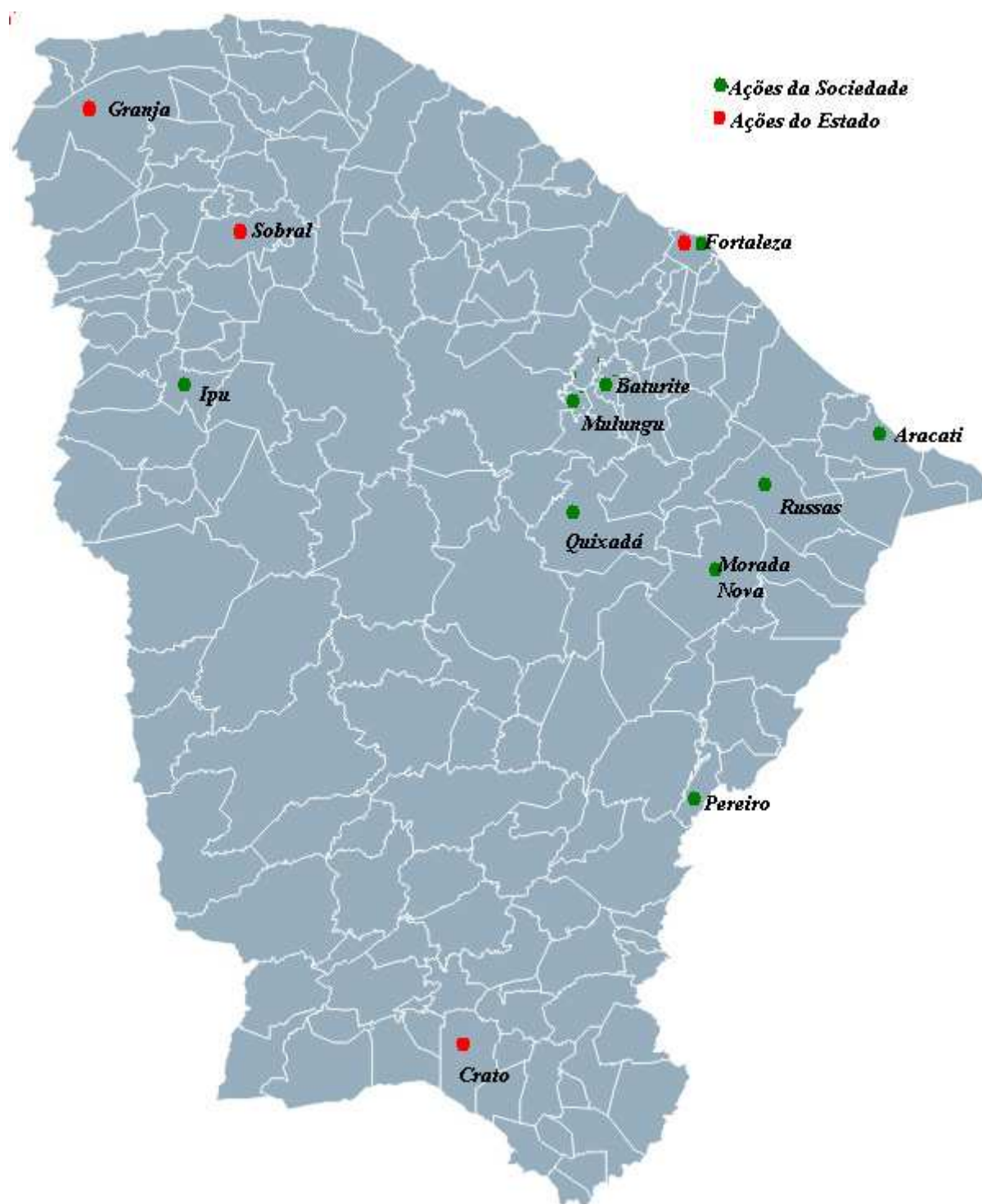
44	1926 – 1928	-	Sociedade Artística beneficente; C.O. S. José; Trabalhador do Porto	Livro de protocolo de recebimento de correspondência recebida do ano de 1926 a 1928	Assuntos das correspondências recebidas referentes aos cursos noturnos
45	1929	Russas	Sociedade Beneficente Russana	Ofício nº 4, de 29 de julho de 1929, do 1º Secretário da Sociedade Beneficente Russana ao Diretor Geral da Instrução Pública	Comunicado de recebimento de livro para matrícula e 20 livros “João Pergunta” à escola noturna mantida pela Associação
46	1929	Morada Nova	Centro de Cultura Clóvis Beviláqua	Ofício de 1º de agosto de 1929 do Presidente do Centro de Cultura Clóvis Beviláqua ao Diretor Geral da Instrução Pública	Comunicado de criação de uma aula noturna mantida por esta entidade, informando matrícula, horário de funcionamento e nome do professor.
47	1929	Morada Nova	Centro de Cultura Clóvis Beviláqua	Ofício nº 2447, de 09 de setembro de 1929, de Aristóteles Bezerra ao Presidente do Centro de Cultura Clóvis Beviláqua.	Acusação de recebimento de comunicado sobre a criação de aula noturna em Morada Nova, pelo Centro Cultural
48	1929	Fortaleza	Círculo Operário São José	Ofício de 14 de dezembro de 1929 da Escola Nocturna do Círculo Operário S. José ao Diretor da Instrução Pública	Comunicado da movimentação escolar e fim das aulas do ano letivo de 1929 da escola noturna mantida pela instituição
49	1929	Fortaleza	Sociedade Beneficente 24 de Julho	Ofício de 14 de dezembro de 1929 da Sociedade Beneficente 24 de Junho ao Diretor da Instrução Pública	Comunicado de criação da Escola noturna 24 de Julho e pedido de ajuda ao Estado para manutenção de suas atividades.

Tipo de documento: Jornais e Periódicos

Nº	Ano	Local	Responsável	Documento de referência	Assunto abordado
1	1891	Fortaleza	Sociedade Beneficente Popular 20 de abril	Cearense, nº 3, ano XLV, 8 de janeiro de 1891	Anúncio do dia de reabertura da aula noturna mantida pela entidade para aquele ano.
2	1904	Fortaleza	-	Jornal do Ceará, Nº 22, Ano I, 25 de abril de 1904	Denúncia do problema do analfabetismo no Estado do Ceará, enfatizando a importância da Instrução pública.
3	1908	Fortaleza	Centro Artístico Cearense	Primeiro de maio, nº 61, ano IV, 8 de fevereiro de 1908	Abertura das atividades escolares das escolas noturnas masculina e feminina mantidas pelo Centro e o movimento escolar do ano anterior.
4	1909	Fortaleza	Centro Artístico Cearense	Primeiro de maio, nº 64, ano IV, 8 de fevereiro de 1909	Início das atividades letivas da Escola Pinto Machado no ano de 1909.
5	1911	Fortaleza	Colégio Imaculada Conceição Loja Maçônica Centro Artístico	Almanach do Ceará, 1911	Matrícula dos cursos noturnos e dominicais mantidos pelas escolas particulares em Fortaleza no ano de 1909 e 1910.

6	1912	Fortaleza	Colégio Imaculada Conceição Loja Maçônica Centro Artístico	Almanach do Ceará , 1912	Idem para o ano de 1911
7	1914	Fortaleza	Colégio Imaculada Conceição Loja Maçônica	Almanach do Ceará , 1914	Idem para o ano de 1912 e 1913
8	1917	Fortaleza Granja	Estado	Almanach do Ceará , 1917	Identificação dos professores dos cursos noturnos mantidos pelo Estado em Fortaleza e em Granja no ano de 1916
9	1918	Fortaleza	Colégio Imaculada Conceição Centro Artístico	Almanach do Ceará , 1918	Matrícula dos cursos noturnos e dominicais mantidos no ensino particular e a identificação dos professores que atuaram nos cursos noturnos mantidos pelo Estado no ano de 1917
10	1920	Sobral Crato Fortaleza Granja	Estado Sociedade S. Vicente de Paulo Liga Cearense contra o analfabetismo	Almanach do ceará , 1920	Identificação dos profissionais que atuavam nos cursos noturnos mantidos pelo Estado no ano de 1919, indicação das ações de alfabetização de adultos da Sociedade S. Vicente e a criação da Liga Cearense contra o Analfabetismo.
11	1921	Fortaleza Granja	Estado Centro Artístico Cearense	Almanach do ceará , 1921	Identificação dos professores dos cursos noturnos da capital e interior mantidos pelo Estado, além da matrícula da Escola Pinto Machado no ano de 1920.
12	1922	Fortaleza Granja	Estado	Almanach do ceará , 1922	Nomes dos professores dos cursos noturnos existentes no ano de 1921 na rede pública.
13	1924	Fortaleza Quixadá	Sind. Dos trabalhadores do Porto Aliança Art. E Prod. De Quixadá Círculo Operário S. José Soc. S. Vicente de Paulo	Almanach do Ceará , 1924	Estatística dos cursos noturnos mantidos por diferentes entidades da sociedade organizada no ano de 1923
14	1925	Fortaleza Vilas de Pescadores Quixadá Aracaty	Centro Artístico Cearense Conf. Dos pescadores Sind. Trabalhadores do porto Aliança Art. E Prod. De Quixadá Círculo Operário S. José	Almanach do Ceará , 1925	Idem para o ano de 1924
15	1925	Fortaleza	Círculo Operário Católico S. José	O Nordeste, nº 774, ano III, 27 de janeiro de 1925,	Reabertura das aulas da escola noturna do Círculo Operário S. José no ano de 1925
16	1925	Fortaleza	Círculo Operário Católico S. José	O Nordeste, nº 1.022, ano III, 27 de novembro de 1925,	Fim do ano letivo início das férias da escola noturna do C.O. S. José, noticiando a festa e a premiação dos melhores alunos..
17	1926	Fortaleza	Escola de Aprendizes Artífices Centro Artístico Cearense	Almanach do Ceará, 1926	Matrícula de cursos noturnos existentes na Escola de Aprendizes Artífices e na Escola Pinto Machado no ano de 1925.
18	1928	Fortaleza	Escola de Aprendizes Artífices	Almanach do ceará , 1928	Matrícula d curso noturno da Escola de Aprendizes Artífices no ano de 1927

APÊNDICE V

MAPA DE IDENTIFICAÇÃO DOS CURSOS NOTURNOS CRIADOS NO CEARÁ
DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

APÊNDICE V I

QUADRO COMPARATIVO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL DE 1991 E ESTADUAIS PRODUZIDAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

CATEGORIAS		CF 1891	EC 1926	CE 1891	CE 1892	CE 1921	CE 1925
C O M P E T Ê N C I A S	União	<p>Art. 34. Compete privativamente ao Congresso Nacional:</p> <p>30. Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o governo da União.</p> <p>Art 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:</p> <p>2º-Animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais;</p> <p>3º-Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;</p> <p>4º-Prover a instrução Primária no Distrito Federal</p>	<p>Art. 4. Compete privativamente ao Congresso Nacional:</p> <p>30. Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o governo da União.</p>	*	*	*	*

	Estado	*	*	Art. 19 – É da atribuição do Congresso: §11 – legislar sobre a instrução pública em todos os seus graus.	Art 29 – À Assembleia Legislativa compete: 5º - Legislar sobre: f) a instrução pública;	Art. A Assembleia Legislativa compete privativamente: 5º - Decretar as leis e resoluções necessárias ao exercício dos poderes pertencentes ao Estado (art.4º) e, especialmente, os que tiverem por objeto: f) a instrução pública.	Art. 24. A Assembleia Legislativa compete privativamente: 5º - Decretar as leis e resoluções necessárias ao exercício dos poderes pertencentes ao Estado (art. 4º) e, especialmente, os que tiverem por objeto: f) a instrução pública; Art. 56 – Compete privativamente ao Presidente: 20- fiscalizar a aplicação da parte das rendas municipais destinadas à instrução pública e ao reparo ou conservação das estradas, na conformidade dos art. 94, n 14 e 100.
	Municípios	*	*	*		Art 94 – Compete privativamente à Câmara municipal: 13º - Criar escolas de instrução primária e profissional, reservando para este serviço dez por cento, pelo menos, de suas rendas;	Art. 94 – Compete privativamente à Câmara Municipal: 13 – criar escolas de instrução primaria e profissional, reservando para este serviço dez por cento, pelo menos, das suas rendas.

D I R E I T O S	Ensino leigo	Art.72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à prosperidade nos termos seguintes: §6ºSerá ligo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.	*	*	*	*	*
	Liberdade de ensino	*		Art. 85 – São assegurados garantidos a todos os habitantes do Estado os seguintes direitos: § 4º - Liberdade profissional e de ensino, sem ofensa à moral e sem prejuízo da segurança e higiene pública		*	*
	Gratuidade	*	*	Art. 95 – A instrução primária será gratuita nas condições e pelo modo que a lei estabelecer.	Art. 132 – A instrução primária será gratuita, inclusive o ensino elementar das artes e ofícios.	*	*

<p style="text-align: center;">RESTRIÇÃO AO VOTO DOS ANALFABETOS</p>	<p>Art.70 - São eleitos os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem a forma da lei. § 1º. Não poderam alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as do Estado: 2º os analfabetos.</p>	<p style="text-align: center;">*</p>	<p>Art. O direito do voto é garantido em toda sua plenitude aos cidadãos que residem no Estado há mais de um ano, sabendo ler e escrever, tiverem mais de 21 anos de idade e não se acharem impossibilitados de exercê-lo por disposição expressa da lei; Art. 76 – Os estrangeiros que requererem poderão ser alistados pelo Conselho municipal em qualificação especial para as eleições do município, contando que saibam ler e escrever, sejam contribuintes residam no município há mais de dois anos.</p>	<p style="text-align: center;">*</p>	<p>Art. 107 – São Eleitores do Estado e dos municípios os brasileiros maiores de 21 anos, que se alistem na forma da lei: § 1º - Não podem se alistar eleitores: 2º - os analfabetos;</p>	<p style="text-align: center;">*</p>
---	--	--------------------------------------	--	--------------------------------------	---	--------------------------------------

FONTE: BRASIL, 1891 e 1926; CEARÁ,1891,1892, 1921 e 1925.

Anexos

ANEXO I

Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará - 1905

Capítulo I

Organização Do Ensino

Art. 1.º - O ensino primário do Estado do Ceará é dado:

(...) 4.º - Nas escolas nocturnas e dominicaes. (...)

Art. 2.º - O ensino é gratuito, leigo e graduado.

Art. 3.º - o ensino é obrigatório em determinadas áreas e na forma prescripta por este Regulamento.

Capítulo II

Instituições Auxiliares Do Ensino

Secção III

Dos Cursos Nocturnos e Dominicaes

Art. 83 - Os cursos nocturnos são destinados a ministrar a instrução a adultos que não puderam adquirir essa instrução ou completal-a.

Art. 84 - A idade mínima para a instrução nesses cursos será de 14 annos.

Art. 85 - O curso constará das seguintes matérias: leitura, escripta, grammatica portugueza arthmetica (operações fundamentaes com applicações, fracções decimaes e ordinárias, systema métrico, proporções e suas applicações).

Art. 86 - Nos cursos nocturnos o ensino será dado numa só sessão, das 7 as 9 horas.

Art. 87 - As lições de leitura e de escripta serão diárias; as outras alternadas.

Art. 88 - Os cursos dominicaes são destinados ao sexo femininno e durarão também duas horas em cada sessão.

Art. 89 - Esses cursos nocturnos ou dominicaes poderão funcionar nos prédios do Estado em que funcionaram as escolas publicas.

Art. 90 - Enquanto estiverem funcionando os cursos dominicaes e nocturnos, serão admitidos á matrícula os indivíduos que se apresentarem pra os frequentar.

Art. 91 - A matrícula é annual e o respectivo registro conterà:

1.º - o número do matriculado.

2.º - o nome, filiação, naturalidade, profissão e idade.

3.º - Presenças e faltas.

4.º - Observações.

Art. 92 - Onde for possível, serão os cursos nocturnos e dominicaes regidos por professores públicos ou quaesquer pessoas habilitadas a quem o Governo arbitrará uma gratificação razoável.

(...)

ANEXO II

Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário – 1915

Dos cursos nocturnos dominicaes

Art. 142 – A matrícula nos cursos nocturnos e dominicaes far-se-á por simples apresentação do aluno ao professor.

Art. 143 – Esses cursos começam com anno lectivo das aulas publicas diurnas e terminam no ultimo dia lectivo dessas mesmas aulas.

Art. 144 – Nos cursos nocturnos o professor dividirá o estudo das diferentes disciplinas pelas classes e dias da semana do modo mais conveniente, attendendo a optidão dos alumnos e ao tempo do curso.

Art. 145 – As lições de grammatica e de arithmetica serão em dias alternados, e diários as leituras e escriptas.

Art. 146 – O professor dará a todos os exercícos character d simplicidade e de utilidade pratica.

Art. 147 – Cada lição começará por uma recapitulação, quando menos, útil aos alumnos que tiverem faltado na véspera.

Art. 148 – No fim de cada sessão haverá uma leitura feita pelo professor, uma paletas instructiva, uma lição de cousas.

Art. 149 – O professor fará da leitura o principal meio de desenvolvimento intellectual. Leituras bem escolhidas, sentidas e explicadas, auxiliarão mui poderosamente o ensino moral e cívico, histórico, geographico, agrícola, industrial, scientifico, etc.

Art. 150 – Nos cursos dominicaes, alem do ensino primario elementar, as professoras devem dar com o possível desenvolvimento, o ensino de costura, noções sobre hygiene, economia domestica, deveres da mulher, e inculcarás alumnas hábitos de trabalho, de asseio, de ordem, de economia.

Art. 151 – O professor deve fazer observar pelos seus alumnos rigorosamente os princípios de disciplina.

Art. 152 – O professor deve prohibir expressamente, sob pena de eliminação, no caso de reincidência, que os alumnos escrevam ou desenhem figuras nas paredes da escola bem como nos bancos-carteiras.

Art. 153 – A hora da sahida dos alumnos o professor deve evitar que façam algazarra ou profiram palavras inconvenientes.

Art. 154 – No fim do anno lectivo haverá exame nas escolas nocturnas sob a presidência dos inspectores escolares e perante commissarios por estes nomeados.

Art. 155 – Os cursos nocturnos devem ser francos a todos as pessoas que mostrando interesse pela instrucção desejem visital-os.

ANEXO III

Decreto n.º 103, de 7 de Março de 1918

Regula o funcionamento dos Cursos Secundários e Cursos Primários Nocturnos que a Lei N.º 1448, de 29 de setembro de 1917, autorizou o Poder Executivo do Estado a criar.

O Presidente do Estado, tendo em vista o disposto na Lei n.º 1448, de 29 de Setembro de 1917, que autoriza a criação, nas cidades de Sobral e Crato, de Cursos Secundários para os alumnos de ambos os sexos e Cursos Primários Nocturnos para os alumnos do sexo masculino, e considerando a necessidade da instituição dos mesmos para aquelles que, pretendendo adquirir conhecimentos geraes, não o podem fazer por se acharem afastados desta capital, onde somente funcionam institutos dessa natureza.

Considerando que a mesma razão prevalece quanto aos Cursos Nocturnos, pela dificuldade que encontram em instruir-se os que não podem frequentar as escolas primarias diurnas, por coincidirem as horas de trabalho destas com as dos serviços a que se dedicam e de que tiram os meios de sua subsistência;

Resolve instituir, nas cidades de Sobral e Crato, os Cursos de que trata a lei citada, os quaes reger-se-ão pelo Regulamento seguinte:

Palácio da Presidência do Estado do Ceará, em 7 de março de 1918.

João Thomé de Saboya e Silva
José Saboya de Albuquerque.

Regulamento a que se refere o decreto supra

Capitulo I

Art. 1.º - São instituídos em cada uma das cidades de Sobral e Crato, deste Estado, um Curso de Estudos Secundários para ambos os sexos, e um Curso Primário Nocturno para alumnos do sexo masculino.

Art. 2.º - Os Cursos Secundários, assim instituídos, funcionarão sob o regimen de externato mixto e se regerão pelo Regulamento que opportunamente. For expedido pelo Governo.

Art. 3.º - O curso de estudos, nestas escolas, far-se-á em quatro annos e compreenderá as seguintes disciplinas, para cada uma das quaes haverá um professor:

1. Portuguez;
2. Latim;
3. Francez;
4. Inglez;
5. Aritmética e Álgebra;
6. Geometria theorica e pratica;
7. Geographia, particularmente a do Brasil;
8. Historia Universal, particularmente a do Brasil;
9. Elementos de Sciencias naturaes e physico chemicas, applicados a Agricultura e criação de animaes;
10. Escripura Mercantil, dactylographia e Stenographia;

Art. 4^o - As disciplinas enumeradas no art precedente, com o respectivo numero de licções por semana, serão assim distribuidas pelos quatro annos do curso.

1 ^o anno		2 ^o anno	
Português	3 licções	Português	4 licções
Latim	3 licções	Latim	4 licções
Francez	3 licções	Francez	3 licções
Aritmedica	3 licções	Aritmedica e	
Geographia	3 licções	Álgebra	3 licções
		Geographia	3 licções
		4 ^o anno	
		Inglez	4 licções
		Historia do Brasil	2 licções
		Escrituração	
		mercantil, datilographia	
		e stenografia	6 licções
		Elementos de	
		sciencias naturaes e	
		physico chemicas	6 licções
3 ^o anno			
Português	2 licções		
Latim	2 licções		
Francez	2 licções		
Inglez	4 licções		
Geographia	5 licções		
Historia geral	4 licções		

Art. 5º - O tempo lectivo desses cursos será o estabelecido no Regime que opportunamente for expedido.

Art. 6º - O pessoal administrativo dos Cursos Secundários será de nomeação do Presidente do Estado e se constituirá de:

- a) um director;
- b) um amanuense archivista;
- c) um porteiro;
- d) um bedel;
- e) um servente.

Art. 7º - Os directores do Cursos Secundários serão nomeados pelo Presidente do Estado dentre os professores, sem prejuízo do exercício de suas cadeiras, e preceberão, além dos vencimentos de professor, a gratificação annual de um conto e duzentos mil réis.

Art. 8º - As primeiras nomeações para o preenchimento das diversas cadeiras serão feitas livremente pelo Presidente do Estado, que poderá igualmente designar, para nellas terem exercícios, professores de outros institutos secundários do Estado, na conformidade do art. 2º da Lei nº 1427, de 10 de setembro de 1917.

Art. 9º - As vagas que se verificarem no corpo docente de qualquer dessas escolas, serão preenchidas mediante concurso, de accordo com o preceituado no Regulamento do Lyceo do Estado.

Art. 10 - Os professores nomeados na conformidade do art. 8º (1ª parte) só adquirirão vitaliciedade depois de dez annos de effectivo exercicio. Os que forem nomeados em virtude de concurso adquirirão-o desde a data da posse.

§ único - Os professores nomeados sem concurso poderão requerel-o em qualquer tempo, a fim de gozarem da garantia de vitaliciedade.

Art. 11 - Os professores dos Cursos Secundários poderão reger interinamente além da sua, uma outra cadeira que esteja vaga por falta ou impedimento do respectivo professor, percebendo a metade dos vencimentos, si a cadeira estiver vaga, e somente a gratificação, si o seu cathedratico estiver licenciado.

Art. 12 - As disciplinas que constituem os estudos dos Cursos Secundários serão ensinadas na conformidade dos programas do Lyceo, os quaes serão adaptados, no tocante á sua extensão, á índole e fins dos mesmos Cursos.

Art. 13 - Aos alumnos que terminarem seus estudos nos Cursos Secundários, será conferido um diploma que os habilitará a concorrerem ao magistério, conforme for estabelecido em regulamento especial e dará acesso a empregos nas repartições do Estado, independente de outra prova de habilitação.

Capítulo II

Art. 14 – Os Cursos Nocturnos destinam-se ás pessoas do sexo masculino, maiores de 12 annos, que por suas occupações durante o dia, não possam frequentar as escolas diurnas.

Art. 15 – O ensino nesses Cursos será de três annos e comprehende as seguintes matérias:

- a) leitura, escripta, linguagem e redacção;
- b) arithmedica pratica: as quatro operações sobre números inteiros; fracções decimaes e ordinários; systema antigo de pesos e medidas (parte em uso); systema métrico decimal; letras promissórias; juros e descontos;
- c) noções de geographia geral, especialmente a do Brazil e a do Estado do Ceará;
- d) noções de História do Brazil, particularmente da Historia do Ceará; leitura sobre a vida dos grandes homens da História;
- e) ensino prático das formas geométricas;
- f) desenho linear;
- g) noções de sciencias phisicas e naturaes, nas suas mais simples applicações;
- h) instrução moral e cívica (por meio de leitura e exercícios apropriados)

Art. 16 – O ensino primário nos Cursos Nocturnos é dividido em três classes: elementar, media e superior.

Art. 17 – Cada uma dessas classes, regida por um professor, abrangerá o estudo simultâneo de todas as matérias do ensino escolar.

Art. 18 – O ensino em cada classe será dado em conformidade com os programas das escolas publicas primarias de curso integral e dos grupos escolares, nos limites traçados pelo art.15.

Art. 19 – A classe elementar comprehenderá a 1^a e a 2^a classes; a classe media a 3^a; a classe superior a 4^a e 5^a.

Art. 20 – A classe media e a classe superior não serão organizadas enquanto os alumnos não estiverem sufficientemente preparados para segui-las.

Art. 21 – Para os Cursos Nocturnos, o anno lectivo começará a 8 de janeiro e terminará a 30 de novembro.

Art. 22 – Os Cursos Nocturnos funcionarão durante o anno lectivo, das 6 as 9 horas da noite, excepto aos domingos e dias santificados e feriados por lei.

Art. 23 – Os Cursos Nocturnos funcionarão nos mesmos edificios das escolas secundárias e nelles servirá o pessoal dirigente e administrativo nomeado para estas, si razões de ordem superior não determinarem procedência diversa.

Art. 24 – A matrícula nas escolas nocturnas é gratuita e estará aberta cinco dias antes dos trabalhos lectivos.

§ único – é de 40 o numero de alumnos a matricular em cada curso da escola nocturna, a qual não poderá funcionar com frequência inferior a 15 alumnos;

Art. 25 – No fim do anno lectivo haverá exames, sob a presidência da respectiva autoridade escolar.

Art. 26 – Aos alumnos promovidos de uma classe para outra será conferido um certificado de aproveitamento.

Art. 27 – Aos alumnos que concluírem o curso integral será conferido um certificado de estudos primários, o qual lhe dará acesso aos Cursos Secundários.

Art. 28 – O horário dos Cursos Nocturnos será organizado de modo que corresponda ás condições peculiares dos mesmos Cursos.

Art. 29 – Esses cursos serão regidos por homens de reconhecida competência, a juízo do Poder Executivo, independente de diplomas de habilitação official.

Art. 30 – Aos professores dos Cursos Nocturnos são applicaveis as disposições dos art. 7 e 10 § único. O disposto no ar. 11 não é applicavel aos professores dos Cursos Nocturnos.

Art. 31 – Aos professores dos Cursos Nocturnos incumbem, no que forem applicaveis, as mesmas attribuições e deveres dos professores públicos primários do Estado.

Art. 32 – Os Cursos Nocturnos serão regidos pela legislação escolar em vigor, em tudo que não estiver previsto neste Decreto, e no Reg. Interno que, para os mesmos será elaborado.

Art. 33 – Os professores, tanto dos Cursos Secundários como dos Cursos Nocturnos, e respectivo pessoal administrativo, perceberão os vencimentos constantes da tabella annexa, divididos, para esse effeito, em ordenado e gratificação.

Tabella a que se refere o Art. 33 supra

Professores do Curso Secundário	200\$000
Primário	120\$000
Gratificação ao professor que servir de director	100\$000
Amanuense archivista	150\$000
Porteiro	120\$000
Bedel	120\$000
Servente (diária)	2\$000

Palácio da Presidência do Ceará, em 7 de Março de 1918.

João Thomé de Saboya e Silva
J. Saboya de Albuquerque

ANEXO IV

Lei n.º 1717, de 4 de outubro de 1919

Fixa a receita e orça a despesa para o exercício financeiro de 1920.

O povo do Estado do Ceará, por meio de seus representantes decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º - A despesa geral do Estado para o exercício financeiro do anno de mil novecentos e vinte (1920) é fixada na quantia de seis mil seiscentos e noventa e cinco contos duzentos e doze mil reis (6.695:000\$212) a qual, será distribuída nos paragraphos e números seguintes:

(...) § 18 - *Ensino Primário*

- (...) N.º 2. 4 aulas nocturnas na capital, a 1:200\$000..... 4:800\$000
 3 uma aula nocturna na Cidade de Granja.....1:200\$000
 4 expediente para 521 escolas, sendo:
 (...) 4 Nocturnas da capital a 24\$000.....96\$000
 Uma nocturna da cidade de Granja21\$000
 5. Iluminação de cinco escolas nocturnas, sendo:
 Quatro na capital e uma em Granja.....60\$000

(...) § 33 - *Titulos Diversos:*

(...)N.º 16 - Subvenção ao Gabinete de Leitura de Aracaty com a condição de manter uma escola Nocturna1:200\$000

(...)

N.º 20 - Idem, á Escola Nocturna de Pereiro600\$000

21 - Idem, á Escola Nocturna do Centro Artístico Ipuense....1.200\$000

(...) § 9.º - *Curso Secundário de Sobral*

(...) 2 Vencimentos do corpo docente:

(...)Um professor do curso nocturno primário anexo ao mesmo Instituto.....1:440\$000

§ 10 - *Curso Secundário de Crato*

(...) 2 Vencimentos do corpo docente:

(...)Um professor do curso nocturno primário anexo ao mesmo Instituto.....1:440\$000

ANEXO V

Ofício enviado pelo professor José Deusdedit Mendes, em 26 de janeiro de 1920, ao Secretário do Interior e Justiça. (anexo informações do Diretor do Lyceo de Crato sobre o fato e deferimento do Secretario)

Exc.mo Sr. Dr. José Moreira da Rocha
D.D. Secretario do Interior e Justiça

Tendo sido nomeado professor da Classe Elementar do Curso Nocturno do Lyceo desta cidade, pelo Exc.mo Sr. Presidente do Estado, e estando há sete mezes investindo nas funções do referido cargo, venho perante V.Excia, expor que o horário determinado pelo regulamento que é das seis as nove horas da noite, é excessivo, desde que a matrícula é de um numero de alumnos bem inferior a quarenta – o numero Maximo – e os ensinós são elementares e fáceis, não sendo, portanto, necessário que as aulas da referida classe durem três horas. Fazendo estas exposições e estes esclarecimentos, é que me dirijo a V.Excia, no sentido de auferir a redução da durabilidade das aulas para duas horas (das seis as oito), tempo muito sufficiente para a execução de todos os meus trabalhos lectivos concernentes aquella classe.

Dirigi-me também ao D.D. Diretor do Curso Secundário d'esta cidade – o Dr. Ruy de Almeida Monte, esclarecendo igualmente as minhas razões sobre o caso a que me refiro, com o fim de obter do mesmo alguns esclarecimentos perante V. Excia a respeito das onveniencias da redução do alludido horário.

Saúde e fraternidade

Jose Deusdedit Mendes

Professos da Classe Elementar do Curso Nocturno de Sobral

Sobral, 26 de janeiro de 1920.

Informação.

O Decreto n. 103 de 7 de março de 1918 qu regula o funcionamento do Curso Primário Nocturno desta cidade e da do Crato, creadas pela Lei N.1448 de 29 de setembro de 1917, esta dicto no art. 22 que “funcionarão durante o período lectivo, das 6 as 9 da noite”, tempo que não é demasiado para ministrar o ensino que só pode ser individual, a 40 alumnos, limite maximo da matrícula em cada uma das classes das trez que constam.

Accede, porém, que a frequência á aula da classe elementar, única que funciona no corrente anno, tem sido apenas a estrictamente determinada para a sua continuação nestas condições, a redução com caracter provisório da duração de cada aula para duas horas, ainda mantém uma media de tempo, para cada alumno, superior aquella obtida, quando, sendo de 3 horas cada aula,

andasse a frequência pelo seu limite máximo. O governo na sua sabedoria, porém, resolverá pelo melhor modo.

Sobral, 10 de março de 1920

Dr. Ruy de Almeida Monte

Director

Deferido de accordo com as informações

26 - 04 - 20

Aff. Ao Director do Curso Sec. Do Crato

Em 27- 04-20

ANEXO VI

Jornal 'O Nordeste'. Anno IV. N° 1022. Fortaleza, sexta-feira, 27 de novembro de 1925.

Autoria: Andrade Furtado e José M. Rodrigues

Férias da Escola Nocturna do Círculo Operário S. José

Realizaram-se, no dia 24 do corrente, as férias desta Escola, que vai prestando assignalado serviço ao populoso bairro do Outeiro e da Prainha.

Estivera presentes ao acto os revdmos. Padres Guilherme Waessen e Sumercindo Sampaio, respectivamente director espiritual do "Círculo" e dos Aspirantes; o cursista do Seminário Theogenes Gondim, o presidente e o director do Círculo de Aracaty, presidente, directores, sócios e aspirantes do Círculo de Fortaleza, sócios do Círculo de Cajazeiras, PArabyba, famílias de alumnos e outras pessoas distintas.

Compareceram ao encerramento das aulas 93 alumnos assimdiscriminados: da 4ª classe, 10; da 3ª, 17; da 2ª, 18, da 1ª, 24, do Curso Infantil, 24.

Mereceram prêmios de assiduidade e comportamento: Expedicto Rodrigues, Francisco Felix Rodrigues, Antero Pinto Ferreira, Antonio Domingues, Luis Gonzaga de Carvalho, Hermes Ribeiro, João José de Sousa, Francisco Correia, Luis Monteiro, Jospe de Sousa Filgueira, Firmino Felismino, Varder Nunes Vieira, Luis Pino Ferreira, Francisco Mendes Pereira, João Vieira da Silva, Raimundo José da Rocha, Romão Joaoquim de Oliveira, Francisco Chagas e Silva, Josias de Araujo, Luis Gonzaga da Rocha, Francisco Margarida da Silva, Luis Rodrigues da Silva.

De comportamento: Abílio Silva, Francisco das Chagas, Amarilio José da Silva e Erijvaldo Silva. De assiduidade: Francisco das Chagas. De optimo comportamento: Felicíssimo Firmino, Romão Joaoquim de Oliveira e Antonio Domingus.

Referidos prêmios serão distribuídos no próximo dia 8 de dezembro vindouro, festa da Imaculada Conceição, na sede da Escola do 'Círculo', ás 12 horas.

Foi organizado o seguinte programma fielmenteexecutado:

1ª parte - Hymno do Círculo, discursos e Hymno da Bandeira.

2ª parte - Hymno dos Syndicalistas Christãos, leitura das notas, hymno a Nossa Senhora, Hymno Nacional e encerramento das aulas pelo revdmo. Padre Guilherme Waessen, diretor geral do Círculo de Fortaleza.

Usaram da palavra o revdmo. Padre Sumercindo Sampaio, Carolino d' Aquino, directos da Escola, José Agostinho Filho e Julio Felizola, professores Marcos Silva, José Vicente e José Agostinho, os quais falaram sobre as férias, a dedicação dos professores e a grande necessidade de os alumnos comprehenderem o valor da assiduidade ás aulas, para o seu real proveito.

Finalmente, o revdmo. Padre Guilherme dirigiu algumas palavras, em que felicitou ao director e professore pelos fins collimados.

Terminou a festa com a projecção de interessante comedia, no cinema dos Operários Catholicos, o que muito agradou.

Pelo exposto, verificou-se a tenacidade do Circulo S. José que vai á rigorosa cumprindo fielmente o seu programma, desenvolvendo suas obras de acção social e mui especialmente diffundindo a instrucção, no seio das classes pobres, merecedoras de amparo e protecção.

Que Deus abençoe e proteja essa instituição tão benéfica, de carácter legitimamente educacional, tornando os filhos dos operários cidadãos dignos, úteis á Pátria, á religião e á Família.

ANEXO VII

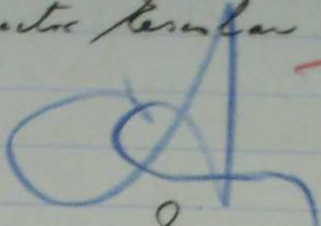
Ofício N° 3482, de 17 de julho de 1919, remetido ao Inspetor Escolar do 3° Distrito pelo Dês. Moreira da Rocha.

Secção de Letriss. Com 17 de julho de
 1919.

N. 3482.

CEARÁ

Sr. Inspetor Escolar do 3.º Distrito



Com respeito ao vosso
 offício de 9 de julho corrente, de lar-
 vos que fiz a favor da nomeação
 que fizestes ao cidadão Cláudio de
 Andrade Junior para reger interin-
 mente o cargo de professor de curso
 nocturno do bairro "Ebata Dourada", cum-
 prido em comunicar a v. S. S. a
 respeito, mas que dada a ausência
 excessiva de suas funções.

S. A. D. A. S.

Dês. M. da Rocha

ANEXO VIII

Ofício enviado por João Barroso ao Diretor da Instrução Pública em 25 de agosto de 1922.

M.º Sr. Inspector Escolar desta povoação
 Atteto afirmativamente
 Nulunguá 25 de Agosto de 1922
 Justino Café
 Inspector Escolar

João Barroso segue a V.ª S.ª que attete afirmativamente ou não o seguinte:

a — Si o sequente iniciou no mez de Abril deste anno, um outro concorreente com os seus officios, uma escola particular nesta povoação, para ensino primario, com aulas diurnas e nocturnas.

b — Si a referida escola tem funcionado regularmente desde o seu inicio até esta data, observando os feixados facionaes.

c — Si a matricula da mesma escola é de 50 alumnos e a frequencia media de 44.

d — Si o predio onde funciona a referida é de propriedade do sequente, e se referido predio possui as condições hygienicas exigidas por lei.

e — Se V.ª S.ª sabe — ao menos por ouvia dizer — se a dita escola já foi usada qualquer disciplina de rigor em contrario aos regulamentos escolares em vigor.

Nulunguá 25 de Agosto de 1922
 João Barroso

ANEXO IX

Ofício N° 578, de 20 de outubro de 1922, do Diretor Geral da Instrução Pública Lourenço Filho ao Secretário do Interior.

Instrução Pública
 Em 20 de outubro de 1922.
 N.º 578
 Excmo. Sr. Secretário do Interior.

Permitto a V. Excia, devidamente informada, a petição do sr. Plínio Pacifico Barroso, pela qual requer pagamento de aluguel ^{(na importância de cem mil reis (100%000))} do prédio onde funcionou o Curso de Direito do Bairro do Benfica, com-
 pendentes aos meses de junho e julho ^{últimos} p. finais

Saudáveis.
 Lourenço Filho
 Diretor Geral.

ANEXO X

Ofício N° 5382 do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça ao Diretor geral da Instrução Pública, em 29 de dezembro de 1922.

